

COMUM

Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso - v.7 - nº 18 - jan./jun. de 2002

ISSN 0101-305X

18

À frente, o passado - **Nilson Lage** / Entre os canhões e as idéias: Latino-americanos debatem o futuro do ensino superior no século XXI - **Oswaldo Munteal Filho** / Violência e solidão: a velhice precoce do século XXI - Paulo Bahia / Em defesa de uma crítica sociológica - **Augusto Cesar Freitas de Oliveira** / O intelectual e a construção de representações sociais: leitura da revista *Proposta* - **Kátia Sento Sé Mello** / O fantasma da reinfestação: a epidemia de dengue no Rio de Janeiro como *drama social* - **Neiva Vieira da Cunha** / Maneirismo: por uma nova abordagem - **Aristides Alonso** / Thomas Edison: o gênio de *marketing* da lâmpada - **Fred Tavares** / Erros e acertos da mídia que manda no Brasil - **Roberto M. Moura**

Editorial

Abrimos este número 18 da *Comum* com dois textos polêmicos sobre o ensino universitário no Brasil. Nilson Lage, que entre outras tantas atividades foi um dos fundadores desta Revista, escreve sobre a importância e a necessidade da formação universitária para se exercer a profissão de jornalista. O estudo de Oswaldo Munteal Filho, apresentado em Seminário Internacional realizado em Cuba e promovido pela Unesco, em fevereiro de 2002, trata das relações entre universidade e sociedade no Brasil contemporâneo.

Em seguida, publicamos um bloco de quatro artigos que guardam entre si a semelhança de terem sido gestados no campo da sociologia. O texto de Paulo Bahia discute as questões da violência, do individualismo, da solidão e da perversidade, bem como os seus efeitos no mundo contemporâneo. Augusto Cesar Freitas de Oliveira faz um ensaio que é composto de reflexões sobre o que tem sido produzido atualmente em termos de “teoria social” e que se propõe a pensar os limites e as possibilidades do pensamento sociológico. Kátia Sento Sé Mello, a partir da leitura da revista *Proposta*, veículo público de uma das maiores ONGs que atuam no Brasil, a FASE, faz uma reflexão acerca da mudança na representação social sobre o *pequeno produtor rural*. Para completar este bloco de textos com viés sociológico, Neiva Vieira da Cunha faz um estudo sobre a presença, em meados da década de 80, do mosquito *Aedes aegypti* na Baixada Fluminense, e de como o noticiário em torno da epidemia de dengue e suas possíveis complicações, fazem acordar o velho fantasma da reinfestação. O debate que se instaura através da imprensa, a partir desse momento, acaba por configurar um autêntico *drama social*.

Estética e psicanálise, *marketing* e televisão são as idéias centrais dos próximos textos. Maneirismo é o tema do artigo de Aristides Alonso, que procura fazer um mapeamento das principais questões envolvidas no debate sobre o estilo maneirista e apresenta uma nova forma de entendê-lo a partir da Nova Psicanálise.

O trabalho de Fred Tavares busca retratar a genialidade de Thomas Edison na criação do sistema de funcionamento da lâmpada incandescente. Através de reflexões envolvendo inovação, tecnologia, estratégia e *marketing*, o texto procura demonstrar o processo heurístico para o *insight* do “mago de Menlo Park”.

Para fechar esta edição, publicamos um texto de Roberto M. Moura que sintetiza o que aconteceu no I Encontro Internacional de Televisão, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 2001, no Hotel Glória. O autor acompanhou todos os debates e traça um breve painel do que foi discutido sobre o papel que a televisão representa hoje no mundo e, em especial, na sociedade brasileira.

Colaboram neste número

Nilson Lage

Jornalista e Professor titular de redação jornalística da Universidade Federal de Santa Catarina, com 47 anos de profissão. Doutor em Linguística, mestre em comunicação. Integrante das comissões do Exame Nacional de Cursos (1998, 1999, 2000, 2001, 2002) e da Avaliação das Condições de Ensino de Jornalismo da Sesu (2000) do INEP-MEC (2002).

Oswaldo Munteal Filho

Doutor em História Social – IFCS/UFRJ, Professor de Teoria Política das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), Professor Adjunto de História Moderna da UFRJ e da PUC-Rio, Pesquisador do NAVEGAR – Laboratório de Estudos Portugueses da UERJ.

Paulo Bahia

Sociólogo, mestre em Ciências Políticas pela UFF, Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Augusto Cesar Freitas de Oliveira

Sociólogo, mestre em Sociologia pelo IUPERJ, doutorando em Sociologia pelo mesmo Instituto.

Kátia Sento Sé Mello

Socióloga, mestre em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ, Professora das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). Pesquisadora-bolsista da FAPERJ no Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana – IFCS/UFRJ.

Neiva Vieira da Cunha

Professora do Departamento de Antropologia – IFCS-UFRJ, Professora do Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação – FLEBI-UERJ e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS-UFRJ.

Aristides Alonso

Doutor em Letras (UERJ), Pesquisador do CNPq, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), Diretor da UniverCidadeDeDeus (UD) e membro do grupo NOVAMENTE.

Fred Tavares

Publicitário e Consultor de Estratégia, *Marketing* e *Branding*, Especialista em *Marketing*, Mestre em Administração, Doutorando em Psicossociologia, Professor Titular da FACHA, Professor de Graduação e Pós-Graduação em *Marketing* do Instituto Metodista Bennett, Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Estácio de Sá.

Roberto M. Moura

Jornalista, crítico musical, apresentador e roteirista de programas culturais da TV, mestre em Comunicação e Cultura pela ECG/UFRJ, doutorando em música pela UNIRIO.

Sumário

À frente, o passado <i>Nilson Lage</i>	05
Entre os canhões e as idéias Latino-americanos debatem o futuro do ensino superior no século XXI <i>Oswaldo Munteal Filho</i>	18
Violência e solidão: a velhice precoce do século XXI <i>Paulo Bahia</i>	32
Em defesa de uma crítica sociológica <i>Augusto Cesar Freitas de Oliveira</i>	51
O intelectual e a construção de representações sociais: leitura da revista <i>Proposta</i> <i>Kátia Sento Sé Mello</i>	72
O fantasma da reinfestação: a epidemia de dengue no Rio de Janeiro como <i>drama social</i> <i>Neiva Vieira da Cunha</i>	83
Maneirismo: por uma nova abordagem <i>Aristides Alonso</i>	112
Thomas Edison: o gênio de <i>marketing</i> da lâmpada <i>Fred Tavares</i>	128
Erros e acertos da mídia que manda no Brasil <i>Roberto M. Moura</i>	156

Expediente

Conselho Editorial:

Carlos Deane, Drauzio Gonzaga, Fernando Sá, José Guilherme de Azevedo Leite, Nailton de Agostinho Maia, Noéli Correia de Melo Sobrinho, Rosângela de A. Atubinder.

Coordenação Editorial: Fernando Sá

Secretário Executivo: Marcelo Bastos

Projeto Gráfico: Miguel Alonso

Editoração Eletrônica: André Luiz Cunha

Impressão: Corbã Editora Artes Gráficas Ltda.

Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura

Instituição de caráter educativo criada em 08.08.69, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º Graus e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua da Matriz, 49 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ.

FACHA

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel./FAX: (021) 2553-0405

E-mail: facha@helioalonso.com.br

Diretor Geral: Hélio Alonso

COMUM – v7 – nº18– (janeiro/junho 2002) ISSN 0101-305X

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

2002

Semestral

172 Páginas

I. Comunicação – Periódicos.II. Educação

CDD 001.501

À FRENTE, O PASSADO

Nilson Lage

Há certas lembranças que, embora não sendo íntimas, adorariamos guardar para nós mesmos. Exporíamos ao mundo somente outras, promissoras ou engraçadas, que alimentam esperança, alegria ou entusiasmo.

Assim com o *Diário Carioca*: o introdutor no Brasil do *lead*, da uniformidade gráfica, de padrões lingüísticos decorrentes do movimento de renovação literária da Semana de Arte Moderna; a redação em que conviviam Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Carlos Castelo Branco, Jânio de Freitas, Nilson Viana, Evandro Carlos de Andrade, José Ramos Tinhorão, Luís Edgar de Andrade, Oscar Maurício de Lima Azedo; o lugar em que, afastadas as mesas no final do expediente, começo da madrugada, jogava-se futebol com bola de meia; o inventor da sigla JK e que pela primeira vez contou a história do mineiro que comprou um bonde de um carioca vigarista; o veículo dos artigos políticos de J. E. de Macedo Soares e de Danton Jobim; meu primeiro emprego, em 1955, quando pretendia custear o estudo de medicina, e descobri o jornalismo.

No entanto – e me custa escrever os parágrafos que se seguem – meu primeiro chefe, com quem trabalhei por alguns meses, nos momentos agudos da crise econômica em que vivíamos (o *Diário* atrasava sistematicamente o pagamento, de dias, semanas ou meses), passava no Zico, o banqueiro de bicho que era dono de um bar na Praça Mauá, e apanhava dinheiro; levei-o, uma vez, bêbado, para a casa pobre de um conjunto proletário, onde vivia com mulher e filhos. O colunista da página era um experito de criminalística que tinha vários *jóqueis* na Delegacia de Costumes. *Jóqueis* eram policiais indicados para funções rendosas junto a prostitutas e bicheiros; a indicação representava participação do patrono do policial na *caixinha* administrada pela Chefatura de Polícia.

A maior parte do tempo, eu ficava ao telefone falando com sectoristas de hospitais (que recebiam gratificação rateada entre vários jornais para coletar dados) ou pessoas, geralmente policiais, que trocavam o fornecimento eventual de informações pela menção de seus nomes nas matérias ou pela carteirinha de jornalista. Toda vez, tinha que formular as mesmas perguntas, porque os interlocutores, embora desempenhassem há anos o papel de informantes, não conseguiam estabelecer relações causais, omitiam detalhes relevantes e avaliavam mal a importância do que acontecia. Começavam invariavelmente pelos nomes dos personagens, seguidos de um código tal como *bb45* (brasileiro, branco, casado, de 45 anos), e aí contavam o que havia acontecido, numa linguagem que incluía “o indigitado” (o acusado), “o indivíduo Fulano” (o bandido), “tombou em decúbito dorsal” (caiu de costas), “sofreu uma contusão na região occipito-frontal” (levou uma pancada na cabeça) e por aí em diante; copiavam, em suma, boletins de ocorrências e fichas médicas, pouco se importando com o que significavam as palavras.

As razões do *copy desk*

Quando, tempos depois, passei a trabalhar no *copy desk*, rapidamente descobri porque o jornal era quase todo reescrito: muitos dos repórteres, alguns com longo tempo de profissão e experiência na coleta de informações, não apenas não dominavam a técnica jornalística que estava sendo introduzida como jamais a dominariam: simplesmente não sabiam escrever. Textos chegavam com erros de regência, concordância, ortografia, às vezes contraditórios ou ininteligíveis. As “salas de imprensa”: em regra, atuavam impedindo o acesso de jornalistas “não acreditados” às fontes internas de serviços públicos e instituições. Também em regra, os “acreditados” complementavam o salário miserável pago pelo jornal com empregos ou favores das entidades que deviam cobrar; no mínimo, a cortesia de anúncios. Era comum um sistema em que um “acreditado”, escolhido por rodízio ou *terceirizado* pelos demais, escrevia todas as matérias do dia e distribuía em cópias de carbono, em papel fino, aos colegas; essas

cópias ou chegavam diretamente aos editores ou eram redatilografadas, com poucas ou nenhuma emendas, pelo "acreditado" que trabalhava (?) para o jornal. Daí, a única forma de não publicar matérias iguais às dos concorrentes era mudar o texto na relação. Raramente o setorista fazia uma matéria "exclusiva", e promovia, então, bastante, o seu esforço.

Do ponto de vista formal, havia uma multidão de jornalistas, com carteiras funcionais de sindicatos (o verdadeiro e os fantasmas), de associações existentes e inexistentes, de veículos reais ou fictícios, de "cursos de jornalismo" que se limitavam a breves ciclos de palestras de políticos e figurões. Ser ou ter sido jornalista significava, para empresários, acadêmicos e profissionais liberais, um título acrescentado a seus currículos; para estelionatários, bicheiros, proxenetas e marginais de todo tipo, o direito, principalmente, à prisão especial (quem já viu um xadrez de delegacia brasileira sabe o quanto isso é importante); para pequenos vigaristas e espertalhões, o poder de dar *carteiradas* em boates, bares, nos casos de intervenção eventual do policiamento ostensivo etc.

Outros estímulos à proliferação desses "jornalistas" dependiam de registro no Ministério do Trabalho (a regulamentação profissional é de 1938), mas os funcionários não podiam negar esse reconhecimento legal desde que o requerente tivesse trabalhado, ainda que por pouco tempo, em um veículo (diário, semanário, mensário, anuário ou *devezenuandário*); que alguma empresa (para perto de uma dúzia de jornais circulando, os registros de veículos no Rio de Janeiro estava na ordem de centenas) declarasse que ele trabalhou; ou, enfim, gozasse da proteção de um bom padrinho. As regalias (a exceção é a prisão especial, a que têm direito graduados em nível superior) foram suprimidas, à medida que a profissão se moralizava: a isenção do imposto de renda, que na época beneficiava executivos da indústria da informação e raríssimos profissionais (por exemplo, um David Nasser, cujas aventuras e negócios são relatados no livro *Cobras criadas*, de Luís Maklouf Carvalho); passagens aéreas nas poltronas não vendidas dos aviões (também fora da realidade da época, a não ser para as próprias empresas, seus diretores em férias e jornalistas a serviço).

Finalmente, um fator imaginário funcionava e ainda funciona: acadêmicos e profissionais liberais acreditam que, por trabalhar numa redação, qualquer um de nós "comanda a opinião pública"; ser jornalista seria fator importante, portanto, para quem tem ambições políticas. Essa é a visão publicística do nosso ofício, correspondente a uma realidade anterior à revolução industrial ou a momentos históricos específicos, como a Revolução Russa ou a ascensão do nazismo na leniente República de Weimar.

A profissão tinha, assim, dois níveis: a dos jornalistas de verdade e a dos falsos jornalistas. E duas categorias éticas: os que viviam de salários pagos pelos veículos ou trabalhavam efetivamente em dois ou três empregos (não apenas recebiam vencimentos em empresas públicas ou privadas); e os que desenvolviam seu próprio negócio, associando-se a bandidos ou policiais-bandidos, intermediando o acesso a verbas oficiais, descobrindo segredos das pessoas para chantageá-las. A situação mais triste era a dos jornalistas que, embora competentes, entravam nessas jogadas, por pura insegurança.

Os ventos da mudança

O Brasil experimentou, na década de 1950, uma revolução industrial tardia, com a implantação de grandes empresas estatais e privadas dentro de um modelo gerencial que excluía as formas anteriores de corrupção. Com isso, o grosso da publicidade transferiu-se de vez para as agências, que haviam surgido aqui na década de 1920 mas só então ampliaram decisivamente sua presença no mercado: a figura do jornalista corretor de anúncios ficou relegada a áreas marginais: editais de alguns órgãos públicos, cursos vestibulares, empresários viciados em matéria paga (que os jornais sobretaxavam para disfarçar como se fosse matéria editorial) etc. Difundiram-se, aos poucos, as assessorias de imprensa (não mais de "comunicação" ou de "relações públicas") realmente profissionais.

A pressão dos profissionais decentes para obter a qualificação da categoria em nível superior, que data de 1919, vinha crescendo lentamente, à medida que se tomava consciência de quanto o sistema propiciava todo

tipo de distorção na informação jornalística. A criação dos cursos de jornalismo estava prevista na regulamentação profissional de 1938; as primeiras faculdades surgiram na década de 40. Os contatos internacionais desenvolvidos durante e no pós-guerra evidenciavam o atraso técnico da imprensa brasileira – não apenas em termos de equipamentos, o que foi fácil de resolver, graças às linhas de crédito do governo; mas também e principalmente quanto a procedimentos que, direta ou indiretamente, envolviam a formação de pessoal.

Pouca gente se lembra, mas a instituição da obrigatoriedade do curso superior era iminente desde o final da década de 50 e foi estipulada numa lei do início dos anos 60. Foi a expectativa da edição dessa lei que levou o sujeito que está escrevendo esse artigo, inimigo jurado da burocracia, a registrar-se na Delegacia Regional do Trabalho, em 1961. A aplicação da exigência foi sendo protelada por dois motivos: primeiro, a pressão dos donos de jornal, que resistiam ao inevitável aumento das folhas de salários e à mudança dos métodos empresariais (a redação padronizada dos textos noticiosos tornava ridículos os elogios das matérias pagas disfarçadas, por exemplo); segundo, a intervenção do governo norte-americano.

Na sua análise da Revolução Cubana, os Estados Unidos concluíram que o papel dos jornalistas foi importante para Fidel Castro e seus partidários: teriam municiado os guerrilheiros com informação e, de um modo ou de outro, ajudado a torná-los simpáticos e populares. Atribuíam esse fato à difusão das teses marxistas, na época intensa na América Latina; promoveram, então, através do Ciespal, organismo sediado no Equador, a adoção de uma formação básica que se fundava no estruturalismo, então entendido como alternativa a Marx. Parte importante do projeto era a diluição do conteúdo crítico inerente ao jornalismo em um curso de “comunicação social” que formaria também publicitários, pessoal de relações públicas e cineastas.

Na maioria dos países latino-americanos foi feito assim. No Brasil, a essa altura um país já industrializado, o parecer Celso Kelly, que instituiu os cursos de comunicação, em 1968, previa o curso polivalente, mas ad-

mitia a especialização por área profissional; as escolas que optaram pela polivalência (como a da Universidade Federal do Rio de Janeiro) tiveram seus formandos recusados pelo mercado e foram obrigados a rematriculá-los na habilitação pretendida.

O decreto-lei de 1969, que instituiu, afinal, a formação de nível superior, estava pronto há muito tempo e vinha sendo retido em função dessas pressões a que era sensível o General Artur da Costa e Silva. Mas sairia da gaveta mais cedo ou mais tarde.

Os “idiotas da objetividade”

Na década de 60, os grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo – à exceção do *Jornal do Brasil*, que adotou, a partir da contratação de redatores, as normas de tratamento do texto do *Diário* – tinha horror aos redatores de *copy desk*. A razão é que, em 1962, foram esses redatores que garantiram o êxito da uma greve inédita nas redações cariocas. Os objetivos eram claros: tínhamos registrado em carteira um salário pequeno – o mínimo ou pouco mais. A maior parte do que recebíamos era *por fora*, o que significa não ter direito a férias, 13^o (que foi criado por essa época) e à aposentadoria ou verbas rescisórias correspondentes ao ganho real. Precisávamos acabar com isso.

Mas o que de fato incomodou é que, depois de paralisar o *Jornal do Brasil*, um piquete foi para a porta do *Globo* e, sentado na frente dos caminhões – eu, José Ramos Tinhorão e mais alguns –, impediu a distribuição dos pacotes já impressos. Outras equipes paralisaram o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e os demais jornais. Na linguagem apaixonada da época, isso significava que “um grupo de jovens comunistas” havia maculado a sagrada liberdade das empresas jornalísticas. Houve uma tentativa de nos colocar numa *lista negra* (quando os redatores saíssem do JB, ninguém mais os contrataria), mas não teve êxito: o primeiro a violar esse pacto, se é que dele participou, foi Samuel Weiner, dono da *Última Hora*.

Essa é a origem da campanha movida contra os “idiotas da objetividade” (o *copy desk* do *Jornal do Brasil*), por Nelson Rodrigues, cuja coluna era

frequentemente pautada por Roberto Marinho, dono de *O Globo* (se deixassem por conta dele, Nelson só escreveria sobre os temas existenciais da classe média, seu assunto de eleição). Só mais tarde, sentindo-se protegido da subversão pelo AI-5, Marinho (homem informado, sabia que o texto de *O Globo* era deficiente): contratou esse que lhes escreve, em 1970, para reformá-lo, o que foi feito até que assumiu, como director de redação, outro profissional oriundo do *Diário Carioca*, Evandro Carlos de Andrade. Passei, então, à editoria nacional.

Por essa época, a imprensa paulista, que havia começado a reforma pelo setor de revistas, principalmente com *Realidade*, iniciou a transformação de seus jornais, a começar pelo *Jornal da Tarde*, edição vespertina revisteira do Estadão.

As razões da elite

É claro que a existência de escolas superiores de jornalismo foi vista pelos profissionais que já estavam trabalhando— principalmente os menos competentes e menos éticos, mas também alguns competentes e inseguros — como ameaça. Esse é o tipo de reação que ainda hoje se manifesta toda vez que, em alguma região, inaugura-se um curso de jornalismo ou profissionais formados chegam em busca de trabalho. Culpam-se as escolas pelos defeitos que têm e pelos que não têm; exige-se do recém-formado um tipo de conhecimento que só experiência extensa pode garantir; alega-se que, se o jornalismo depende de talento, o curso universitário é inútil. Mas isso passa com o tempo, até porque, mesmo se o jornalismo fosse atividade restrita a pessoas talentosas — como, por exemplo, a composição de sinfonias ou a pintura de quadros —, ainda assim o aprendizado seria útil, como são úteis os estudos de música e de artes plásticas.

O liberalismo sempre foi popular, marcadamente entre as elites intelectuais. Nos últimos anos, ele tem sido apresentado como a face simpática da globalização e valorizado por expressões como *abertura*: quem é a favor do *fechamento*? Ora, ser liberal inclui o combate às regulamentações em geral, deixando a decisão ao mercado. A exigência da formação supe-

rior é vista como restrição antidemocrática; caberia apenas em áreas como a medicina (em que pese a proliferação dos *terapeutas*) e a engenharia, que “envolvem responsabilidade pela vida humana”.

A elite – incluindo a intelectualidade, principalmente na área de ciências humanas –, realiza estranhas transferências: culpa o empregado por decisões do patrão, o intermediário pela mensagem, o veículo pelo conjunto de forças econômicas e políticas (poder concedente, financiadores, detentores de tecnologia, anunciantes) que o sustentam. É claro que, dessa perspectiva, a informação jornalística absorve uma infinidade de culpas; por que, então, não começar pelo jornalismo essa liquidação de direitos adquiridos, agora chamados de *privilégios*? Quem sabe se depois de atingir os jornalistas, conseguirão enfim “abrir” as corporações de advogados, economistas, matemáticos, administradores, agrônomos, veterinários etc. – nenhum deles responsáveis diretamente “pela vida humana”?

Para alguns jornalistas, em geral mais bem pagos, situados mais próximos da direção de grandes empresas ou empregados em órgãos públicos, a formação universitária específica também seria dispensável. Essa opinião os aproxima da elite com que convivem e a que, ideologicamente, pertencem; valoriza-os diante dos acadêmicos (comunicólogos, antropólogos, sociólogos...); tem a elegância dos anarquistas de salão (lembra-me Andréa Chenier, na ópera de Umberto Giordano, cantando a revolução francesa nos salões da corte), o charme dos democratas de fachada; parece altruísta, embora não seja – afinal, quanto mais gente despreparada houver nas redações, mais intensamente brilharão essas estrelas.

Outro aspecto da questão é o culto da excepcionalidade. Admitamos que alguns indivíduos sejam capazes de formar uma cultura autodidata e aprender as técnicas jornalísticas à primeira vista. Sabe-se de casos raros de meninos de 15 anos capazes de tecer considerações pertinentes sobre a Teoria dos Quanta, ostentar um belo currículo de produções artísticas ou comandar revoluções. Mas isso não significa que esses talentos desapareceriam se estudassem mais, ou que seja possível, em regra, nomear professores titulares, maestros de sinfônicas ou generais de exército de 15 anos.

As razões patronais

A retórica contrária à formação universitária dos jornalistas sustenta que, se a profissão é “aberta a todos” nos Estados Unidos e na Europa, então aqui também deve ser.

Em primeiro lugar, esses países têm uma tradição que vem do publicismo do século XVII, na Europa, e do tipo de colonização que os governos ingleses e, depois, americanos, estimularam, instalando cidades em terras tomadas dos índios: entre os serviços disponíveis nessas cidades incluía-se o bar, a delegacia com seu xerife e o jornal.

Em segundo lugar, a suposta abertura não existe em lugar algum.

Nos países europeus, as regulamentações variam, mas é comum que os jornalistas sejam submetidos a provas de tempos em tempos, ou a sistemas de seleção corporativos que lembram as guildas medievais. O nível superior é geralmente exigido e alguns países preferem a pós-graduação – equivalente ao mestrado profissionalizante que se tenta agora introduzir no Brasil. Na Inglaterra, onde os tablóides de escândalos constituem problema sério, cogita-se há anos de tornar obrigatória a formação superior específica. Os cursos de jornalismo de universidades espanholas, principalmente a de Navarra, têm prestígio internacional, mesmo no setor empresarial brasileiro.

Nos EUA, o mercado altamente desenvolvido e a forte disputa pelos postos de trabalho alia-se à tradição (foi lá que surgiram os cursos superiores de jornalismo no início do século XX, por iniciativa de um famoso magnata da imprensa, Pulitzer) para tornar a exigência até certo ponto dispensável: os jornalistas, em imensa maioria, graduaram-se em universidades ou, raramente, se formados em outras áreas, cursaram mestrado profissionalizante em jornalismo – oferecida, por exemplo, pela Universidade de Columbia. Por outro lado, a profissão é vigiada por poderosos grupos de pressão de ideologia variada, predominando, é claro, os conservadores; em vários estados, a sindicalização é praticamente compulsória. Leis regulam a atividade e algumas nos parecem exóticas: aquela, por exemplo, que, em nome dos “direitos humanos”, veda a publicação de

nome ou imagem de vítimas antes da comunicação formal à família. No caso da explosão das torres de Nova Iorque, quando não se dispunha de endereço e parentesco de doentes ou mortos, esse tipo de informação deixou de ser veiculado e, por isso, parentes de milhares de pessoas desaparecidas tiveram que sair pela rua colando retratos nas paredes, percorrendo dezenas de necrotérios e hospitais.

Em resumo, a exigência da formação superior específica é uma posição vanguardista do Brasil, perfeitamente adaptada à nossa realidade: um país grande, de culturas variadas, com milhares de cidades onde o jornalismo com qualidade e ética ainda não chegou, e onde leis equivocadas – como a que obriga as prefeituras a divulgar seus editais em jornal local – estimulam o surgimento de veículos de tiragem insignificante, circulação temporária, sem informação jornalística que preste, comprometidos com o poder local. A interiorização dos cursos de jornalismo é um dos instrumentos para mudar esse estado de coisas e serão as cidades do interior as primeiras prejudicadas pelo retrocesso que significaria o fim da exigência de formação específica.

Outro argumento comum é que a qualidade da informação melhoraria se os repórteres fossem especialistas no tema sobre que escrevem. A falácia se torna evidente quando se considera a questão na prática:

a) A fragmentação do conhecimento é hoje de tal ordem que seria impossível contemplar todas as áreas de interesse, ou mesmo as principais – as redações ocupariam estádios. Será um engenheiro civil capaz de avaliar questões pertinentes à engenharia de alimentos? Terá um economista de formação monetarista ortodoxa condição de julgar com isenção os êxitos de uma política keynesiana? A guerra é um assunto de estrategistas, cientistas políticos, historiadores, geógrafos ou especialistas na indústria de armamentos?

b) Os empecilhos de natureza ética seriam um obstáculo nos casos, por exemplo, de médicos tratando de procedimentos de outros médicos ou de advogados acompanhando processos. Cada profissão protege-se a seu jeito, seja impedindo a manifestação pública da opinião antes da comunicação aos conselhos profissionais (o caso dos médicos), seja criando

rituais exóticos de referência, tais como *meritíssimo* (juiz), *nobre* (o colega), *egrégio* (o tribunal) e a coleção de frases feitas latinas, chamados de *brocardos*, que se encontram sob a rubrica "revisor" em quase todas as edições brasileiras do Words, da Microsoft. Nada mais sagrado, para um especialista, do que o jargão do ofício; para ele, dependendo da área, temos *refrigeradores*, não *geladeiras*; *viaturas*, não *carros*; *ventre*, não *barriga*; *bovinos*, *suínos* e *caprinos* não *bois*, *porcos* e *cabras*; *frascos* ou *invólucros*, não *garrafas*. De fato, o indivíduo teria de abandonar os comportamentos e até itens da linguagem exigidos em sua profissão originária para atuar como jornalista.

c) A dupla formação seria exceção, jamais regra. Representaria, socialmente, uma perda de tempo (seis anos na faculdade de medicina ou cinco na de direito, a residência ou estágio, mais cerca de dois anos para dominar as técnicas jornalísticas e conhecer o mínimo de ética profissional) – menor para algumas formações (em letras, por exemplo, a graduação dura quatro anos) e maior para outras (um bom físico teórico estuda por até 25 anos). Para veículos ou assessorias, um custo mais elevado, já que trabalhariam com profissionais de preparação mais longa.

d) Empresas grandes e prósperas (na realidade ou na imagem que projetam) alegam que seriam capazes de formar seus próprios profissionais. O argumento é apoiado pela experiência que têm em cursos de treinamento oferecidos a formandos de jornalismo, selecionados com rigor em extensas áreas do país. Mas a experiência seria outra caso o público se ampliasse: os cursos de jornalismo, se ministrados honestamente, são, ao lado do Instituto Rio Branco, que forma diplomatas, os únicos a preparar o aluno para a utilização desse instrumento que é a língua nacional, em que se pretende produzir veículos de circulação abrangente. E, na melhor das hipóteses, o profissional adestrado exclusivamente por uma empresa terá seu mercado reduzido: aprenderá, se aprender, a trabalhar em uma só mídia (jornal; revista; rádio; televisão; internet; assessoria a empresas e instituições). A distinção técnica entre os sistemas de produção das mídias tende a aumentar na medida em que elas são crescentemente informatizadas e cada jornalista é levado a assumir várias funções (repórter; redator; editor de textos e imagens; diagramador; revisor; produtor de

rádio ou telejornalismo etc.). É consensual que o grau de desenvolvimento do mercado brasileiro não permite esse nível de especialização na graduação, mesmo nos maiores centros produtores do país, São Paulo e Rio de Janeiro.

A quem interessa?

A argumentação jurídica utilizada por um promotor paulista para obter de uma juíza substituta a liminar (tecnicamente, a *tutela antecipada*) que suspendeu a exigência de formação universitária (chamá-la de *diploma* é assumir ressentimento comum em um país de iletrados) é absurda. A regulamentação profissional é muito clara quando estabelece as funções privativas dos jornalistas profissionais (repórter, redator, editor...): como os leitores de jornal, ouvintes de rádio ou espectadores de televisão sabem, qualquer pessoa pode manifestar-se nesses veículos sobre temas de sua especialidade, como articulista ou comentarista. A categoria também não rejeita, e até promove, o exercício amador do jornalismo em bairros carentes ou nas escolas de primeiro e segundo grau, como forma de estimular o aprendizado do idioma, o contato humano, a integração social e despertar a curiosidade de crianças e adolescentes em busca do conhecimento: nossa profissão apenas crescerá com o ingresso nos cursos de jornalismo de pessoas motivadas por essas iniciativas. A existência da profissão não significa, portanto, nenhuma restrição à liberdade de expressão – o que, aliás, é explicitamente estipulado na Constituição.

Ainda assim, a liminar foi mantida por um juiz no desempenho excepcional da função de desembargador. A partir desse momento, inexistindo temporariamente (até o julgamento do mérito), em todo o país, qualquer limitação ao exercício da profissão de jornalista, sindicatos e delegacias regionais do trabalho passaram a receber pedidos de registro de todo tipo de gente – alfabetizados alguns, analfabetos outros, vaidosos alguns, marginais outros. Vale tudo.

Um jornal paulista empenhado na campanha contra a formação universitária dos jornalistas por motivo pessoal de seu diretor regozijou-se.

Parcia que estava vencendo uma batalha contra o "corporativismo" dos jornalistas e a "indústria do ensino". No entanto, nenhum jornalista competente está de fato ameaçado pela proliferação de falsos jornalistas e nenhuma escola que tenha um currículo decente perderá alunos por isso: o curso de publicidade, onde não há limitação de formação específica ou superior (entre outras razões porque o responsável pela informação publicitária é, em última análise, o cliente, que a patrocina, informa e aprova), é um dos mais procurados.

A questão é outra. O interesse é do povo e, embora essa palavra esteja em desuso na sua anterior nobreza, da pátria. Na sociedade da informação, não importa apenas dispor de canais: é necessário produzir conteúdos claros, éticos e honestos. O desenvolvimento de padrões técnicos elevados, a expansão do jornalismo de qualidade a todo território do país, a instalação de sucursais e correspondentes no exterior são questões que envolvem a auto-estima da população das diferentes regiões, a perpetuação da cultura e da soberania nacionais, com as variedades que ela comporta; um conjunto de fatores que nos permitirá, algum dia, ver a nós mesmos e ao mundo com a perspectiva brasileira. Na sociedade globalizada, um jornalismo de má qualidade submergirá no mar de discursos imperiais e de valores homogêneos que se difundem com competência.

ENTRE OS CANHÕES E AS IDÉIAS

Latino-americanos debatem o futuro do ensino superior no século XXI

Oswaldo Munteal Filho

Um balanço das políticas educacionais nos anos 90 remete-nos a um saldo ambíguo, pois a capacidade de um novo marco conceitual que propiciou a formulação de políticas *ad hoc*, não ocultaram a insuficiência dos modelos de políticas e a falta de profundidade de implementação destas. Isto tem como resultado que seus efeitos sejam muitas vezes marginais no contexto do sistema.

Francisco López Segrera (IESALC-UNESCO)

Ainda sob a mira do embargo econômico imposto pelos EUA, ao longo dos últimos quarenta anos, os cubanos organizaram uma Convenção Internacional sobre o futuro da universidade latino-americana que contou com delegados, observadores e participantes de todos os países da América Latina entre os dias 4 e 8 de fevereiro de 2002.

O encontro *Universidad 2002 - La Universidad en el nuevo milenio*, representou mais um esforço dos países da periferia do capitalismo, no sentido de repensar as suas políticas educacionais. O destaque maior foi para o caráter estratégico do evento. O programa científico teve uma ênfase muito clara no campo da gestão educacional, e para as alternativas que a América Latina tem oferecido, quanto à superação da distância que separa o continente do mundo desenvolvido.

Fidel Castro em seu discurso de abertura da Feira Internacional do Livro no dia 7 de fevereiro, fez uma referência ao fato de que deixara os canhões de lado, e agora está voltado somente para as idéias. O comandante em chefe da Revolução Cubana alertou para uma mudança, na direção da solidariedade e de uma integração vertical dos países latino-americanos. As contradições presentes em todo modelo marcado pelo isolamento são amplamente conhecidas, e a distância entre a intenção e o

gesto, nós brasileiros conhecemos igualmente bem. O conteúdo do discurso, entretanto, atingiu o alvo do espírito do encontro. Precisamente devemos deixar de lado algumas diferenças que não serão apagadas pela ALCA, e partirmos para um trabalho cooperativo e em Rede.

Este trabalho tem por finalidade principal apresentar um quadro recente e sumário, das experiências didático-pedagógicas na área de Humanidades, especialmente no contexto dos diálogos assimétricos entre o governo, as universidades públicas e as instituições privadas no nosso país. Avaliação docente, avaliação institucional, evolução da carreira técnico-administrativa, extensão universitária, e pesquisa e pós-graduação estão articulados por um fio comum. Esta liga tem na graduação um anel poderoso que é a formação dos nossos estudantes. Há uma forte pressão contemporânea pelo crescimento da democratização numa escala mundial. A demanda pelo aumento de gastos em educação, saúde, e a crescente reivindicação para um impulso da massa de salários, tem exigido da Universidade um investimento cada vez mais pesado na formação de profissionais tecnicamente preparados, e sensíveis aos problemas sociais. O que fazer para eliminar a violenta defasagem material na periferia? Mas, antes disso, como aproximar efetivamente a Universidade da nossa sociedade? Esta é uma questão que atravessa a experiência histórica latino-americana, e alcançou os dilemas do mundo contemporâneo. Licenciados, bacharéis, mestres, e doutores, dirigidos para as demandas da sociedade brasileira. Talvez seja uma utopia possível na periferia do capitalismo. A área de Humanidades vive um episódio decisivo na produção do conhecimento. A defesa destes princípios no interior de uma Universidade, depende da compreensão ética do significado da graduação, e das suas políticas de fomento. Torna-se fundamental perceber que num momento de irrupção desordenada do Terceiro Mundo, a educação adquire contornos decisivos e civilizadores, no sentido de propor uma nova forma de inserção dos indivíduos na sociedade. Educar é também propor uma nova cidadania fundada na solidariedade e no conhecimento. Pretendo desenvolver o objeto desse estudo a partir de três variáveis: o papel do *ensino superior público*, a *retomada da cidadania como centro nervoso da educa-*

ção, e, finalmente alinhar algumas contribuições que o ensino de História hoje, pode dar para a *formulação de políticas de graduação*, e para a ampliação da capacidade de intervenção da Universidade no mundo real.

1. O ensino superior, o ensino de história e os dilemas do mundo contemporâneo

A educação é hoje um dos empreendimentos mais lucrativos do mundo, movendo algo em torno de 3 trilhões de dólares/ano no planeta.¹ Reside exatamente neste aspecto, uma das maiores ameaças aos princípios que orientam a tradição do ensino superior, voltado para a construção da cidadania, e não necessariamente para uma sociedade de consumidores. A interrupção deste processo de financeirização da educação não é simples, e envolve uma retomada racional do papel do poder público no âmbito desta área estratégica para o país. Afinal, podemos indagar: ainda é legítimo reivindicar que o Estado brasileiro, e latino-americano, tome a iniciativa de promover um envolvimento mais amplo da população com o ensino público e gratuito? O Brasil teve na Universidade uma instituição formadora de quadros para o Estado. O que aconteceu nas últimas décadas? Com a fragmentação dos Estados Nacionais, a Universidade também foi ferida em sua autonomia, e na sua capacidade de formular políticas alternativas ao modelo econômico e burocrático hegemônico. O que nos cabe então, diante do advento de um novo Sistema Histórico, ainda desconhecido? Estas questões são efetivamente por demais amplas para o alcance desse estudo, entretanto tenho que reconhecer que, de alguma maneira, elas presidem algumas zonas de interpretação do trabalho que apresento neste Congresso.

Em primeiro lugar deve-se trazer a tona um rápido painel da história da história contemporânea no Brasil, propondo desta forma um conjunto de apontamentos para um debate sobre o presente. O editor do jornal *Le monde diplomatique*, Ignacio Ramonet, em seu número de maio de 2001, escreveu um artigo chamado: "Delicioso despotismo", a fim de provocar os seus leitores a exercitarem a reflexão. Um hábito, por sinal, pouco cul-

tivado pelos periodistas contemporâneos. O argumento central do ensaio enfoca o domínio que os norte-americanos exercem sobre o mundo. A preponderância dos Estados Unidos da América repousa, não só no incomparável arsenal militar e econômico acumulado ao longo de quase um século, mas também numa potente capacidade de persuasão. O império estadunidense exerce o seu domínio, mediante a incorporação ao imaginário coletivo de seus modelos culturais. A única superpotência se instala imperceptivelmente nos cérebros igualando desejos e valores. Ramonet chama a atenção para o fato de que o controle do simbólico remete ao exercício da "dominação carismática" analisada por Max Weber. O risonho, próspero, e simpático despotismo americano, confrontado à crise da democracia no século XX, nos faz pensar sobre a inserção da nossa agenda historiográfica confrontada ao processo de inovação tecnológica, reorganização administrativa, e ideológica do mundo contemporâneo. O "jornalismo-denúncia" praticado por uma parte da imprensa européia, solda uma imagem do mundo marcada pela análise, que, confrontada ao bombardeio desorientado de informações diárias, oferece um evidente salto de qualidade. Fica, entretanto, uma pergunta: o que os historiadores fazem para oferecer uma outra perspectiva que vá além da denúncia ou da adesão oportunista? Recentemente, historiadores como Eric Hobsbawm, Ernst Nolte, e o já falecido François Furet meditaram longamente sobre as perspectivas para o próximo milênio, aproximando o diagnóstico dos acontecimentos vividos no século XX ao exercício prospectivo, tendo a humanidade como objeto, e, de certa maneira, integrada às indagações dos intelectuais.

As tendências da historiografia brasileira contemporânea sinalizam para uma agenda diversificada. Os diálogos com a tradição do pensamento histórico do século XIX tornam-se cada vez mais relevantes, num cenário de recuperação da história da historiografia brasileira. Alguns temas podem ser destacados a partir de grandes áreas ou zonas de preocupação da produção historiográfica brasileira contemporânea: I - As fontes de inspiração dos historiadores em torno das nossas origens nacionais. II - As novas áreas de investigação e a relação com o Brasil. O alargamento

do horizonte intelectual do historiador é uma marca da produção acadêmica das duas últimas décadas do século XX. Sem pretender ser exaustivo, destaco, a seguir, alguns pontos desta agenda para uma discussão:

1.1 O desenvolvimento da historiografia brasileira contemporânea resultou de um esforço realizado, em larga escala, a partir das atividades de ensino & pesquisa, do amadurecimento dos programas de pós-graduação, e do trabalho de investigação histórica nas principais casas de memória do país. A disciplina de história “ainda não chegou” ao ensino básico, no sentido do alcance das discussões, nacionais e internacionais, propostas pelos cursos de formação de professores e pesquisadores nas grandes universidades do país. Mantém-se apartados de uma discussão densa, um enorme contingente de trabalhadores da educação em nosso país. Com todo o “progresso” da história produzida no Brasil, não foi possível, por exemplo, sensibilizar a sociedade para o passado colonial simbolizado nas comemorações em torno dos 500 anos.

1.2 A história elaborada no século XIX, de viés providencialista e profundamente apegada à tradição, teve uma participação ativa na fundação dos pilares ideológicos do Estado nacional brasileiro. O paradigma inicial da nossa historiografia está associado à obra *História Geral do Brasil* (1852-1854) escrita por Varnhagen. Esta vertente de inspiração conservadora angariou um volume enorme de críticas negativas, que afinal viam nesta perspectiva uma clara adesão à lógica do Estado imperial. Os compromissos estabelecidos por esta historiografia com a ordem então existente, acarretou uma visão que consagrou um sentido para o país, a partir da idéia de centralização. Hoje, de alguma maneira, perguntamo-nos acerca da relação entre destino e sentido, no processo de construção de uma individualidade histórica chamada de Brasil, confrontada com a sua própria identidade de raiz despótica. O que fazer com este espólio?

1.3 A interpretação do Brasil produzida nos anos 30, teve nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior um mar-

co fundamental no sentido do enfrentamento da nação com seus mitos fundadores, com a sua identidade superficial, e com as camadas mais profundas da nossa existência coletiva. Nas décadas seguintes pode-se observar uma destruição dos objetivos iniciais centrados num exame da originalidade do Brasil, para uma forte tendência à curiosidade, e a simplificação da fonte autoritária da tradição ibero-americana. Os argumentos em torno da tese do país acolhedor, com uma ética duvidosa, e cheio de "criatividade", lentamente ganham força no imaginário popular. A dimensão estética da nossa identidade confere um sentido à própria história do Brasil, numa perspectiva culturalista mais ortodoxa. O arquétipo de uma nação converte-se em verdade insofismável. Uma maneira de ser e de saber adquire estatuto de legalidade.

1.4 O escoadouro da produção intelectual, depende nos dias que correm, de uma adesão cada vez maior às tendências dominantes da historiografia largamente comprometida com o indivíduo, com ênfase na ausência da crítica social. A vulgarização da história foi vista por alguns como uma espécie de redenção, encobrindo assim a crise de identidade que a própria história tem em nosso país. Afinal, muitos jovens estudantes percebem que a aplicabilidade do seu aprendizado escolar, depende da presença de uma sensibilidade especial ou mesmo do afloramento da consciência social. O treinamento para o ofício do historiador, no sentido da ótica da pesquisa, é visto como uma negação das correntes dominantes pós-modernas. A singularidade da nossa atividade intelectual, muitas vezes, é relegada a uma condição de oposição das potencialidades criativas do texto. Descrição, interpretação e análise, profundidade teórica, aproximação com as diversas disciplinas das ciências humanas e com as suas categorias e conceitos. Todo este movimento tem, de forma complementar, uma outra influência, que sinaliza para a enorme vitalidade da pesquisa criativa no Brasil, inclusive incidindo sobre temas ligados à licenciatura.

1.5 O deslocamento da produção de conhecimento de São Paulo para o resto do Brasil, foi um movimento louvável, e imperioso. Não podemos desconsiderar o fato de que o progresso regionalizado, das atividades de pesquisa em ciências humanas democratizou o olhar sobre o país. Esta inflexão mais fragmentada favoreceu a subalternização de um enfoque nacional e estratégico sobre os destinos do Brasil, afinal um dos objetos mais discutidos pelo pensamento brasileiro. Há um rompimento com esta tradição intelectual. Esta ruptura ainda está sob a mira dos estudiosos da história dos intelectuais.² A proliferação dos programas de pós-graduação, e a obsessiva preocupação com os processos seletivos: por exemplo o “provão” (Exame Nacional de Cursos) e o vestibular, transformaram a relação da população jovem com a história e com o conhecimento de uma maneira geral, numa relação meramente instrumental. Mensurar qualitativamente os nossos jovens do ensino básico é importante sem dúvida alguma, entretanto faz-se necessário marcar aqui que a quantidade, a acumulação de informações e de senso crítico adquire-se com trabalho permanente e árduo. Algumas distorções se apresentam como um corolário da ausência de políticas públicas para a educação. Os fatores são visíveis, e os estragos sobre a nossa produção intelectual sem grande dificuldade de observação: muitos profissionais de pós-graduação sem experiência institucional; alguns docentes extremamente especializados, porém sem visão de conjunto no contexto do cotidiano do ensino e da pesquisa; um déficit ainda considerável de pesquisas coletivas; a política de recursos humanos das nossas principais casas de memória, ainda não incorporou a pós-graduação como um mecanismo de alavancagem dos seus quadros técnico-científicos; a ausência de uma discussão sobre o papel da iniciativa privada na investigação histórica, sobretudo no que tange aos trabalhos realizados pelos meios de comunicação, qual a relação dos historiadores com este tipo de atividade?

1.6 O debate em torno do rompimento com Portugal, aliado à dependência econômica do Brasil relativamente ao centro dinâmico da economia mundial, produziu nos anos 50 um efeito reflexivo fecundo. A neces-

sidade que os intelectuais tinham naquela altura, de elaborar um programa intelectual autônomo para o Brasil³, redundou em duas fontes desenvolvimentistas, uma de matriz conservadora e, de certa maneira, vencedora, representada por Otávio G. de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos e, mais tarde Delfim Netto e M. H. Simonsen (com as suas incipientes diferenças de enfoque); e outra de caráter progressista e nalguns casos libertadora. Relevo para as obras de Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes que ganharam representatividade nacional e internacional.

1.7 O mapeamento das influências da historiografia europeia, e norte-americana sobre o Brasil, merece uma atenção especial em qualquer balanço. O alargamento da pesquisa histórica, nos últimos 20 anos em todo o nosso país através dos programas de pós-graduação nas universidades federais, estaduais, católicas e em algumas escolas privadas de bom nível, acabaram acelerando o contato com uma bibliografia internacional, ao lado de uma troca mais constante de informações com alguns centros de pesquisa no exterior. A hegemonia francesa nestes intercâmbios é flagrante, com algumas incursões pelas universidades norte-americanas. Entre os estudantes de graduação é notável o crescimento do interesse pela pesquisa histórica, especialmente sobre o período colonial. A compreensão sobre o passado colonial luso-brasileiro avançou na última década, a despeito da indiferença da sociedade civil para o acontecimento 500 anos, e para o seu significado e alcance histórico/formador do povo brasileiro.⁴ A produção intelectual voltada para o material didático escolar, tem uma dívida enorme relativamente às nossas raízes. O negro, o índio e o papel do português ainda são analisados à luz de estereótipos, e de enormes preconceitos se consideramos os avanços das pesquisas nesta área. A Universidade deve atuar como uma das instituições aparelhadas para o acompanhamento da produção deste material didático, visando o ensino das crianças e dos jovens brasileiros.

1.8 Immanuel Wallerstein, num livro recente chamado *Depois do liberalismo*, tem refletido sobre a reconstrução social para os excluídos, reféns do “hegemon neoliberal”, propondo que pesquisadores e professores repensem as suas práticas didático-pedagógicas em função de um repensar das ciências humanas. O historiador contemporâneo diante do movimento de redefinição do território numa escala planetária, pode estabelecer uma relação de enfrentamento com um esforço de análise prospectiva? Os coveiros da história, que apressadamente decretaram a morte do Estado e por assim dizer do espaço público, percebem um poderoso renascimento das ideologias e das suas respectivas burocracias portadoras de novas atribuições e mensagens. A retomada do mundo como objeto de pesquisa cresce, na proporção em que reivindica-se do pesquisador uma reflexão constante sobre o presente.⁵

2. Avaliar e criar valores: a reconquista da cidadania

2.1 Trata-se nesta parte de recortar um objeto - a cidadania - e encará-lo enquanto “objeto de pesquisa da educação”. Como já mencionei no início deste estudo, o processo educativo tornou-se paulatinamente uma etapa da evolução do capitalismo histórico, como lembra I. Wallerstein: “O próprio conceito de educação formal universal é um produto (relativamente recente) da economia-mundo capitalista. As instituições educacionais se expandiram de maneira estável tanto em termos da quantidade de tempo que os estudantes passam na escola quanto do acesso a elas por parte dos diversos grupos da população mundial. Essa expansão vem ocorrendo há dois séculos, mas se acelerou no período posterior a 1945. Hoje não há virtualmente nenhuma jurisdição política em que a educação primária não esteja disponível, pelo menos em teoria, para todas as crianças do sexo masculino; nas maioria delas, essa disponibilidade também alcança todas as crianças do sexo feminino. Houve uma expansão simultânea (apesar de menos importante) das educações secundária e terciária.”⁶ O credenciamento e a autorização para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino têm o seu centro nos seguintes princípios: previsão de

recursos, idoneidade dos dirigentes, infra-estrutura da instituição, objetivos e tipo de formação que pretendem oferecer, existência de processos de avaliação, plano de desenvolvimento institucional, plano de capacitação docente, perfil desejado para os docentes, plano de carreira e regime de trabalho e o projeto pedagógico.⁷ As exigências devem suplantar as questões básicas, e atingir os problemas sociais e pedagógicos do dia a dia da vida dos nossos estudantes. Os critérios de avaliação institucional devem incidir sobre estes indicadores, numa luta renhida pela ampliação dos recursos, e consolidação dos Programas de Avaliação Institucional preparados pelas próprias Universidades.⁸ Além disso, lado a lado com a manutenção da autonomia universitária, parece-me que o projeto de uma participação mais ampla da sociedade no interior das Universidades públicas seja essencial. Isto quer dizer, não só a ampliação do número de vagas, do ponto de vista quantitativo, mas um investimento em projetos institucionais capazes de promover novos valores culturais no sentido mais amplo, articulando a informação com qualidade, ao propósito de formar o profissional nas diversas áreas do conhecimento.

2.2 O trabalho de pesquisa e as de atividades de ensino realizadas nos Museus, Bibliotecas, Arquivos, no Palácio Laranjeiras (sede do executivo estadual do Rio de Janeiro), a intenção manifestada também pela Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, e na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Palácio Tiradentes, tem demonstrado um alto padrão de eficiência, ao relacionar o trabalho prático do nosso aluno ao olhar que a sociedade tem sobre a Universidade, antes da formatura do jovem estudante. No caso específico do Palácio Tiradentes pretende-se demonstrar que a experiência parlamentar brasileira tem história. Como Assembléia Geral, na Constituição do Império, ou Congresso Nacional, nas Constituições republicanas, o Parlamento vem participando da vida nacional desde 1826. Antecedem-lhe, ademais, importantes experiências de representação política, como as Câmaras Municipais, no período colonial, a participação de Deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa, em 1821; e a frustrada Assembléia Constituinte de 1823. Refletir sobre essa história

da representação política no país é uma forma de olharmos nossa própria história, abrindo a discussão sobre os desafios e perspectivas do parlamento fluminense no próximo milênio. A intenção da UERJ, por exemplo, é desenvolver uma reflexão que expresse a diversidade nacional: que seja multidisciplinar; e situe o Parlamento em um país marcado pela heterogeneidade - regional e étnica, social e política, esteja aberta à Universidade, aos partidos políticos, às organizações, entidades e movimentos da sociedade civil. O aluno-cidadão da UERJ está aberto e preparado para explicar ao público a história política do Brasil, e simultaneamente se abastece da prática que a atividade da *oficina de história e cidadania* possibilita, como recurso ao perímetro da sala de aula. O docente tem, por sua vez, um estudante mais ativo e disposto a articular a teoria à prática.

2.3 O ensino da história não deve ficar apartado das propostas que atingem a Universidade pública como um todo. A graduação no Brasil atualmente, vive um dos momentos mais decisivos da sua reestruturação, com o envolvimento das instituições em várias frentes, e em todos os casos chegando à formação do estudante na raiz dos problemas da licenciatura, da prática de ensino, e do fomento à pesquisa no âmbito da docência.

3. Políticas de graduação: a busca de uma agenda

3.1 A Universidade brasileira vive hoje um processo de avaliação permanente⁹, face às exigências do Ministério da Educação.¹⁰ Os técnicos do governo recomendam através de uma legislação muito clara e direta, ainda que marcada por uma interação extremamente rarefeita com as principais instituições de ensino no Brasil, um processo de auto-avaliação realizado pela própria instituição; uma avaliação externa através de uma visita *in loco*; e finalmente uma apreciação técnica dos relatórios da avaliação interna e da avaliação externa pelo Comitê Assessor do PAIUB.¹¹ Bem, deve-se considerar que os avaliadores do governo federal, muitas vezes operam numa situação ideal, que não corresponde à realidade e ao investimento no ensino no Brasil e na América Latina. Alguns gargalos

persistem nos últimos 30 anos, como por exemplo: o lugar ocupado pelo Brasil no que diz respeito à população total que possui escolarização até o décimo ano (dados da CEPAL de 1999 colocavam o Brasil no penúltimo lugar na taxa de escolaridade, somente à frente da Nicarágua).¹² Além disso, deve-se ainda observar outros elementos surpreendentes: a Universidade brasileira não tem sido atendida por políticas públicas dirigidas para as áreas onde as escolas superiores podem atuar; a autonomia universitária (inscrita na constituição de 1988) tem sido ferida seguidamente pelos executivos - federal ou estadual - face ao controle financeiro e administrativo, ou mesmo pela política de reserva de vagas, sem um debate preliminar com a comunidade acadêmica (gestores e professores). Pode-se ainda lembrar o domínio do sistema de ensino privado, como um instrumento para suportar o déficit de vagas nas Universidades, o recuo do financiamento público diante da falta de perspectiva para a expansão do ensino público, e o sistema de avaliação que valoriza indicadores quantitativos de desempenho.

3.2 As políticas de graduação racionais e socialmente atentas para uma sociedade brasileira em constante mudança, devem recorrer aos tópicos que se referem ao aprimoramento da qualidade do ensino, como forma inclusive de prestação de contas à sociedade.¹³ Para uma agenda mais integrada chamo a atenção para os pontos a seguir: abertura da Universidade para a sociedade, sem a perda das características próprias à extensão, pesquisa e graduação; equilíbrio na participação do sistema de avaliação das Universidades brasileiras, levando-se em consideração a longa experiência da Universidade brasileira na formulação de políticas públicas; elaboração de pontos de vista claros e objetivos acerca do alcance da educação na sociedade brasileira; a revalorização da graduação coincide com as respostas mais eficientes das escolas superiores às demandas da sociedade, retomando assim a missão histórica quanto à formação de quadros para o mercado e para o Estado brasileiro.

3.3 As medidas mais recentes do governo brasileiro, tiveram resposta imediata das instituições de ensino. O chamado “provão”, a avaliação entre os vários atores que atuam no sistema universitário: docentes, discentes e funcionários administrativos, e as reformas nos métodos de aprendizagem e nos currículos a partir dos calendários do MEC; sinalizaram para respostas próprias. A conjuntura internacional é de forte pressão em torno de investimentos que atendam às prioridades das agências internacionais. Em certa medida, o apoio externo a projetos educacionais na periferia, está cada vez mais condicionado ao ritmo das reformas econômicas sintonizadas com os ajustes neoliberais, e com a lógica do capitalismo global. A evolução das políticas do Banco Mundial tem refletido claramente esta tendência.¹⁴ O enfrentamento com esta situação delicada da Universidade hoje, remete os professores, cientistas, pesquisadores, e trabalhadores da educação como um todo, ao estabelecimento de um novo pacto com a sociedade brasileira, que efetivamente passe por um compromisso com a questão nacional, e com o futuro dos jovens nos países do Terceiro Mundo.¹⁵ A perspectiva de um embate entre o racionalismo e o irracionalismo no ensino - inclusive quanto aos procedimentos metodológicos docentes -, parece dominar parcialmente a abertura do século XXI, especialmente no que se refere aos rumos que desejamos para a educação superior em nossos países.

Notas

* Este trabalho foi apresentado no Seminário Internacional Universidad 2002, realizado em Havana, entre 04 e 09 de fevereiro de 2002, organizado pela Unesco e pelo Ministério do Ensino Superior de Cuba.

1. Ver sobre este aspecto: Dilvo I. Ristoff. *Universidade em foco - reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Editora Insular, 1999.

2. Cf. Krzysztof Pomian. “The secular evolution of the concept of cycles”. *Review*, n. 4, vol. II, pp. 563-646, 1979.

3. Cf. Theotônio dos Santos. *Economia global, integração regional e desenvolvimento sustentável*. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 139: 5/24, out-dez, 1999.

4. Indico a leitura de um trabalho provocador sobre este ponto: Lucy Dias e Roberto Gambini. *Outros 500: uma conversa sobre a alma brasileira*. São Paulo: Senac, 1999.

5. Ver sobre este aspecto: Immanuel Wallerstein. *Los intelectuales en una época de transición*. Ponencia presentada en el Coloquio Internacional Economía, Modernidad y Ciencias Sociales. Guatemala, 2001.

6. Immanuel Wallerstein. *Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 108.

7. Conselho Nacional de Educação/DF. Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior. CES-Par: 1.070/99, aprovado em 23/11/99 (Proc. 23001.000406/99-64), p. 189.
8. Consultar sobre este aspecto: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Subsídios para formulação de propostas de avaliação dos cursos de graduação da UERJ*. Rio de Janeiro: Cadernos de Graduação, vol. 1, DEG/Sub-Reitoria de Graduação, 2001.
9. Ver sobre este ponto: Pedro Demo. *A Nova LDB - raios e avanços*. Campinas: Papirus, 1997.
10. Para uma maior clareza das ações do governo brasileiro em torno do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, verificar: Portaria N. 302 de 7/4/1998; Decreto N. 2026 de 10/10/1996; Decreto N. 2306 de 19/8/1997.
11. Para uma perspectiva analítica deste processo de avaliação, consultar: José Dias Sobrinho e Dilyo I. Ristoff. *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Editora Insular, 2000. Ver também os documentos produzidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. (FORGRAD), 2000-2001.
12. Sobre este aspecto consultar: Héglio Trindade. Universidade, ciência e Estado. In: *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 9-27.
13. A UERJ tem investido, através da Sub-Reitoria de Graduação, na criação de um Programa de Aprimoramento das Licenciaturas como forma de revalorização e fomento do ofício do professor.
14. Consultar: Livia De Tommasi, Mirian Jorge Warde e Sérgio Haddad (orgs). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez/PUC-SP, 2000.
15. Esta proposta está contida no seguinte trabalho de Carlos Lessa. A Universidade e a Pós-Modernidade: o panorama brasileiro. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, vol. 42, n. 1, 1999. pp. 159-189.

Resumo

Este estudo trata das relações entre universidade e sociedade no Brasil contemporâneo. Os principais problemas são os seguintes: o impacto da globalização sobre a estrutura do ensino; o nível de investimentos e o modelo de sistema de avaliação

Palavras-chave

Universidade, globalização, democracia.

Abstract

This work to discourse on relationship between university and society in contemporary Brazil. The main problems are: the globalization effects concerning education, the level of investments and the evaluation sistem.

Key-words

University, globalization, democracy

VIOLÊNCIA E SOLIDÃO: A VELHICE PRECOCE DO SÉCULO XXI

Paulo Babia

A maioria dos sociólogos, quando fazem alusão ao futuro, o fazem com muitas restrições. Entretanto, formular uma teoria geral para a humanidade é um projeto intelectual constituinte da própria sociologia. Assim o fizeram muitos.

Creio que contribuímos muito pouco em termos empíricos para tal projeto intelectual. A maioria de nossos exercícios mais consistentes, talvez seja a ousadia de se pronunciar sobre o porvir, pensando com a história (Schorske, 2000), ouvindo a voz do passado a partir do presente.

Revisitar o passado. Interpretá-lo, reinterpretá-lo, produzir novas compreensões do que aconteceu tendo como referência a experiência vivida do hoje. Então, deste patamar, pronunciar-se sobre o futuro, sabendo que se está mais próximo de uma ficção ao estilo da formulada como *campo de possibilidades* por Clifford Geertz (1978) do que de uma realidade social como fato empírico. Talvez esta seja a nossa melhor contribuição para lançar entendimentos sobre o amanhã, e, particularmente, sobre o hoje. Usando como referência o presente vivido e o passado repensado, traçar cenários sobre o futuro. Um exercício de hipóteses.

Como sociólogo, tenho na história uma fonte inesgotável de riquezas, um tesouro político, cultural e educacional. E é da experiência concreta da história, que pode-se extrair lições para enfrentar o futuro envelhecido precocemente do século XXI.

De fato, valemo-nos de premissas culturais e ideológicas para elaborar quase que uma metateoria sobre o que virá, e normalmente traçamos roteiros de possibilidades presumidas.

E é nas perspectivas teóricas e políticas dos erros cometidos no passado recente que observo apreensivo a euforia das análises prospectivas que apontam, com garantia e uma certa petulância, a formulação de que

o século XXI alcançará uma plataforma política de compreensão, de civilidade e uma multidiversidade salutar e includente. Estas análises tendem a nos fazer acreditar que os avanços científicos e tecnológicos mundializados serão o fundamento de uma sociabilidade na qual o respeito às diferenças será a principal evidência, produzindo assim um cenário social onde as diferenças serão simétricas, ou seja, haverá igualdade na diversidade. Este é um sonho acalentado pelo humanismo desde o século XVII.

Por dever de ofício, sou cético. Não creio nisto. O futuro, o século XXI, consolida-se com muita rapidez, em um campo minado de múltiplas possibilidades, tecnológicas, científicas, políticas e culturais, todas fundamentadas na intolerância ao "outro". Na crença unicista de que é o indivíduo o agente central e único de sua própria transformação, e não falo aqui de um indivíduo weberiano, que é coletivo e solidário.

O século XXI consolida-se como o século da solidão.

Em recente estudo que realizei sobre o voluntariado como evento sociológico, constatei diversas formas de ansiedade, e que variados tipos de sentimentos levavam milhares de voluntários a promover ações pessoais em várias áreas e em todo tipo de atividade. Constatei igualmente que estes agem sinceramente acreditando que estão a construir um mundo mais feliz e ajudando a romper a alienação e a violência impostas a imensas parcelas da população. Meu estudo constatou que são gente honesta e todos muito bem intencionados. Mas, como diz o ditado popular, de boa intenção o inferno está cheio. Também constatei, que de fato, esta legião de voluntários está procurando romper a sua própria solidão, pois, ao ajudar a alguém, ajudam a si mesmos, assim me relatavam. Creio que o voluntariado produzia nas pessoas um fugaz momento de solidariedade, e, portanto, de bem estar pessoal. Constatei que como evento sociológico os casos que estudei não estabeleciam vínculos sociais de permanência e durabilidade. Na prática, verifiquei que os movimentos de voluntariado estão dirigidos à própria solidão dos voluntários, que são tão vítimas quanto os assistidos, pois, em suas ausências existenciais urbanas, a sociabilidade tornou-se invisível e etérea; daí uma busca pessoal no estabeleci-

mento de parcerias que se precarizam pelo anonimato, a eventualidade ou o prestígio de uma evidência pública volátil.

Constatei a fragilidade de um projeto de sociabilidade que tem na caridade pessoal seu principal eixo de relação, não consegue estabelecer redes face a face de convivência, nem produzir contatos permanentes intergrupais, e que, portanto, acaba por diluir-se em relações furtivas ou virtuais.

A este cenário associei o reforço de que a tradição das práticas políticas brasileiras, baseadas na clientela (Faoro, 1979), são geradoras de dispersões e alicerçam a edificação de um imaginário social mistificado, um espetáculo bufo, nebuloso e de enredo indefinido para os atores sociais (Goffman, 1985) que o vivem nas duas pontas da relação.

Sobre o voluntariado, faço algumas relativizações para os movimentos coordenados por algumas religiões, pois constatei que a religiosidade ainda é um fundamento poderoso de construção de redes de sociabilidade e civilidade, sobretudo como contraponto à ética da violência e do enriquecimento fácil e ilícito via mercado de drogas (Lins, 1997).

Diante de um cotidiano dominado pelo ócio, uma nova hierarquia de valores sociais começa a ser produzida; e a violência é a principal delas. Chegando a um tal nível, que parece estabelecer-se como um novo centro ético de comportamento; assim já o é em vários territórios das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Falar sobre o futuro tornou-se um hábito anacrônico, cuja racionalidade a médio prazo é o medo, diante do poder crescente da *limpen-elite* sobre o Estado e sobre a sociedade e do monopólio dos *especialistas* do MERCADO financeiro mundializado, que com seus PhDs em Harvard e Yale e suas agências de análises de riscos, pitonizam os indicadores de riscos para cada sociedade e nação, com critérios duvidosos e especulativos (Silveira, 1998).

Diante disto, meus caros amigos, os cenários presumíveis para mulheres, homens, idosos e crianças no século XXI no Brasil não são bons, são sombrios, incertos e violentos.

Há um esgotamento no estoque de idéias criativas e construtivas, tanto do Estado como da sociedade (Cerqueira Filho, 1982). No momento, vence e se impõe um individualismo narcísico e solitário, que acarreta a dissolução das redes tradicionais de sociabilidade, abrindo possibilidades políticas e históricas para um rearranjo das redes sociais e civilidade, hoje coagidas e/ou seduzidas pela violência como valor ético de convivência cotidiana (Hirschman, 1992).

A crise da segurança pública reflete a crise da cultura política brasileira, revelando o desespero que se generalizou e se difundiu na população, pela falta de esperança, que era produzida pela ética do trabalho. As pessoas foram dominadas pelo ceticismo das largas diferenças, consolidadas pelas exclusões históricas, e na ausência de perspectivas de melhora para o futuro.

A idéia de trabalho, ao deixar de ser o fundamento da sociedade, e, portanto, valor ético e eixo de organização dos desejos, vontades e esperanças, desaparece (Habermas, 1987), favorecendo que a violência se transforme em uma via política de ascensão social.

O trabalho, ao deixar de ser o fator ético catalisador da organização social, promove um desarranjo nas *subjetividades coletivas*. Promove a emergência em escala crescente da violência e da religiosidade pentecostal como formas de reagrupamento simbólico e concreto de indivíduos desesperançados (Alvito, 2001).

Portanto, a meu ver, o individualismo que configurou a política de formação do Estado moderno tinha nas idéias da posse, da propriedade e do trabalho seus centros de tensão e organização. O individualismo clássico produziu os sentidos, os significados, de duas concepções tradicionais de Estado: o Estado liberal, que regula a ação entre o privado e o público; e um Estado que, sem romper com a tradição liberal, aponta para uma socialização simbólica da propriedade, através de mecanismos mitigadores para os despossuídos e não proprietários.

De qualquer forma, seja qual for a vereda que se percorra, tem-se que os princípios da sociabilidade, do contrato de cidadania, estavam intimamente vinculados à própria formação da idéia do Estado-nação (Bendix,

1996), e reforçaram-se nos pressupostos da revolução americana e da revolução francesa, conferindo legitimidade à propriedade a todo aquele que, de alguma forma, estabelecesse um laço de “pertencimento” a um estatuto jurídico e simbólico com uma comunidade política, com um Estado.

Portanto, aquilo que a princípio parecia separado e distinto, configurou-se como uma equação de variáveis interdependentes. O Estado, ao estabelecer-se centrado no indivíduo, no individualismo, na posse particularizada, engendrou formas políticas de administrar uma coletividade despossuída, consolidou uma maneira de regular e controlar conflitos daí decorrentes, produzindo uma concepção de Estado mediador e provedor (Bobbio, 2000). O Estado-nação moderno assegurou a propriedade material e simbólica, manipulando e gerindo os conflitos através de mecanismos públicos de distribuição de bens de natureza simbólica e material.

Percebo que a questão do individualismo do Estado-nação está diretamente ligada à questão da organização política, e, portanto da organização das sociedades, formadas historicamente, cada uma de maneira diferente das outras, com suas peculiaridades e características próprias.

O contrato de cidadania estava centrado nessa lógica, o individualismo gerando um Estado que organiza o conflito via distribuição de bens simbólicos e o estímulo à mobilidade social e à esperança de um futuro melhor via trabalho e poupança.

Essa estratégia, bem sucedida do século XIX ao século XX, fortaleceu uma matriz do indivíduo como ator social, portador de um direito natural a toda forma de posse, tradição política liberal herdada de Locke.

Entretanto, a expressão posse introduz a questão da propriedade e do conflito daí decorrente, das formas de legitimar socialmente, em cada Estado-nação, a obtenção e manutenção da propriedade (Bendix, 1996). O Estado e as sociedades engendraram as formas políticas de controle social e legitimação política e ideológica para as exclusões e os despossuídos, mantendo a ordem pública e o espírito de pertencimento a uma nacionalidade.

O individualismo coletivizou-se através do Estado de direito, mantenedor das formas particularizadas de propriedade material, simbólica e afetiva, sendo ele, o Estado, tanto liberal como social-democrata, uma materialização de um *eu coletivo*, onde havia uma subordinação do privado ao público.

Associo ainda a idéia de que o Estado administra o individualismo coletivizado pela comunidade política, fazendo com que os despossuídos sintam-se confortáveis dentro de suas esferas de atuação no trabalho. E, ainda, a idéia de que o despossuído legitima o exercício da posse através dos mecanismos públicos eficientes de um Estado distributivista, que opera a ética do trabalho como fundamento das esperanças de se ter posse e ser proprietário.

Para os individualismos clássicos, o Estado é o ente fundamental para solucionar e administrar crises sociais, conflitos, gerir os ambientes de mudança, de antagonismos. E ainda, enxergar nos antagonismos a oportunidade criativa de se implantar políticas afirmativas, um Estado mitigador (Boudon, 1979). Um “Estado do equilíbrio instável”, um Estado centrado no desenvolvimento dos bens materiais e coletivos, capaz de identificar e controlar os efeitos perversos de uma ordem social capitalista e excludente. Pelo menos em tese e em doutrina jurídica.

Por exemplo, o desenvolvimento da indústria do petróleo no Rio de Janeiro gera poluição, gera má qualidade de vida nos territórios da Baía de Guanabara, que é encarada, com naturalidade, como um efeito perverso de um desenvolvimento bom, para a humanidade, para o ser humano, e, particularmente para o Rio de Janeiro, lógica explicitada nas análises de custo-benefício que os governos e a indústria do petróleo produzem.

Portanto, o Estado, como lógica política de intervenção, justifica estas mazelas ao promover ações para mitigar esses efeitos perversos através de uma política pública de controle ambiental e industrial. O Estado é um contraponto administrativo e político para aqueles que têm posse e as utilizam em um contexto de legitimidade social e jurídica.

O Estado que se consolidou ao longo dos séculos XVIII até o século XX materializou um sentimento de responsabilidade coletiva dos que têm

posse, procurando mitigar os efeitos perversos de uma ordem social contraditória. Estes eram e são os pressupostos políticos e doutrinários que orientaram a formação dos diversos Estados-nações na modernidade (Bobbio, 2000).

A história do Estado-nação no Brasil parece-me caminhar na contra-mão destes pressupostos (Fragoso & Florentino, 1993). Entender o confronto do Estado de direito no Brasil com o individualismo narcísico e solitário, passa necessariamente por conhecer como, nos séculos passados, as elites brasileiras apostaram na idéia de que seria melhor construir um Estado gerador de privilégios do que um Estado promotor e defensor da cidadania clássica (Carvalho, 2001), passa necessariamente por desvendar a trama de hostilidades e perversidades que foram cometidas contra a população pobre, particularmente com os escravos africanos e seus descendentes. Entender como o arcaísmo foi o projeto de futuro para as elites em formação no século XVIII no Brasil (Fragoso & Florentino, 1993).

No Brasil, o individualismo patrimonialista consolidou o desejo e o sentido da posse, arraigado na idéia de controle estatal, marca da tradição histórica do Estado-nação brasileiro, cuja racionalidade e normatização garante a posse ao indivíduo através de mecanismos institucionais de um Estado excludente (Faoro, 1994). Que está, hipoteticamente, pela doutrina jurídica, a disposição de qualquer ator social, disponibilidade esta que se consolida através das esperanças produzidas pela ética do trabalho.

A ordem social contemporânea, do século XXI, configura um mundo que nos parece não ter espessura, em movimento quase que incessante, como que se vivêssemos dentro do rodopiar de um tornado, em que uma força centrífuga nos fragmenta e nos joga de um lado para o outro, e que provoca nos indivíduos, nas sociedades e nos Estados, a sensação de possibilidades inúmeras, de se localizarem dentro de um *conjunto em dispersão*, que, entretanto, tem uma lógica centralizada, apesar das rupturas das representações sociais, da dissolução dos *absolutos*, da transmutação das redes de pertencimento e suas reconstruções fragmentadas.

O sutil mecanismo centralizador da dispersão configura a principal estratégia política do tempo presente, um experimento em que a fragmen-

tação e a descontinuidade não representam descontinuidades e fragmentações, mas indícios de um projeto unitário e de uma lógica única, comandada por um oligopólio transnacional e privado, que tem no G-8 sua melhor expressão.

Recorro ao modelo estatístico de Paul Lazarsfeld de *intercambialidade de índices*, na lógica algébrica da análise fatorial, para pontuar que as descontinuidades funcionam como *variáveis de distorção* e as fragmentações como *variáveis supressoras* (Babbie, 1999).

Portanto, identificar a tensão dessa lógica, como ela é constituída, é o desafio para que não nos percamos na idéia de um mundo fragmentado, multicultural e atomizado, como alguns teóricos da sociologia, da antropologia, da ciência política, da história e da psicologia contemporânea vêm afirmando. O cenário social contemporâneo se inspira nas pinturas abstratas, surrealistas, são como cenas de um filme, que, embora partidas, têm uma lógica. Esta lógica tem como estratégia de legitimação política o *novo* como imperativo, é a era da permanente atualização, é a configuração de espaços e tempos que volatilizam-se, tempos esses que provocam uma dispersão das redes de sociabilidade e afeto. Uma sucessão coercitiva, quase que natural de fragmentos e extinções, a vida como um jogo de pôquer, a vida como uma entropia, a vida como um *bungee jumping*, em que se joga para um abismo o cotidiano de milhões de pessoas, para tentar construí-lo durante a queda.

Ao iniciar esta reflexão, busquei na idéia do Estado moderno as noções de indivíduo e de individualismo, tendo Max Weber (1982) e Raymond Boudon (1996) como minhas referências para analisar as contradições entre o indivíduo e o coletivo, entre o individual e o social. Tendo igualmente o fundamento analítico que a tradição da filosofia política confere ao ser humano e às ações humanas, como dotadas de uma razão prática, que procura viver uma sociabilidade fundada na palavra, na persuasão e no diálogo; portanto, estabelecadora de contratos de convivência. Daí centrar o olhar na história dos contratos de cidadania, valendo-me das teses de Max Weber (1982) e Louis Dumont (1985) sobre os individualismos, a ação social e a liturgia dramática das sociedades (Goffman, 1985).

É como parâmetro de comparação, a história da cidadania no Estado-nação brasileiro, a partir da leitura dos livros *O arcaísmo como projeto*, de João Fragoso e Manolo Florentino (1993), e *A cidadania no Brasil: um longo caminho*, de José Murilo de Carvalho (2001).

Mas, minha opinião, formada através de alguns anos de pesquisa e observação, em particular no Rio de Janeiro, indica que as diferenças no mundo são de tal ordem de grandeza (Hirschman, 1992), que parece-me inevitável o extermínio das populações africanas, pela fome, pela Aids, pelo Ebola e pelo escravismo contemporâneo. No Brasil, no século XXI, a *lumpen-elite* emergente (Silveira, 1998), não poupará milhões de brasileiros, excluídos, incluídos e privilegiados. Todos, de forma diferenciada, correm perigo.

No Brasil do século XXI, as classes dominantes capitalistas e burguesas, a cada dia, cedem seus lugares a uma *lumpen-elite* endinheirada, e esta nova casta de mandatários foi um produto inesperado do patrimonialismo estatal, sendo gestado cuidadosamente pelos privilégios concentracionistas e racistas das elites tradicionais brasileiras.

A *lumpen-elite*, devagar, ocupa a máquina do Estado por suas beiradas e estabelece áreas de controle territorial e de serviços no dia-a-dia da sociedade. Em certos territórios, ela substituiu na marra a pequena burguesia comercial e de serviços, difundindo com suas práticas ilícitas e violentas uma incerteza social como clima de convivência; é arbitrária, coercitiva e geradora de medo e mortes, produz, com suas práticas, um sentido social anti-civilizador, no qual as regras do Estado, já anacrônicas historicamente, nada valem e as relações interpessoais são atomizadas pelo silêncio necessário à sobrevivência.

Posso acalentá-los, meus caros amigos, dizendo que estes cenários são *mapas de possibilidades*, e, nós poderíamos em um ato de devaneio e aventura intelectual, reconfigurar sonhos e desejos que ficaram para trás, andando devagar, ao longo do caminho da história desde o século XVIII; alternativas esquecidas, que se perderam nas ruelas de uma Paris de 1789. Poderíamos pelo menos tentar abrir nossos olhos, e não acreditar tanto no que nos promete a revolução científico-tecnológica contemporânea, e

procurar enxergar algumas tendências em que a solidariedade, a igualdade e a liberdade fornecessem luz para nossas *retinas cansadas*.

Mas não confio nesta perspectiva, o caminho da humanidade no século XXI se assemelha ao percorrido por Dante Alighieri, tendo Virgílio como cicerone, em sua ida ao inferno.

Em meus estudos sobre voluntariado, constatei que na solidão dos tempos contemporâneos e no sofrimento particularizado não se produzem solidariedades ou igualdades, sequer produzem-se semelhanças ou simetrias, pois estes conceitos são anacrônicos em um tempo de auto-realização individual, que, para a maioria, transforma-se em autodestruição, pelas drogas, pelo álcool, pelo ócio, pela solidão. Portanto, estes conceitos, como estilo de vida, são malditos para os novos tempos, os tempos envelhecidos do século XXI.

A história do tempo presente está engenheirando uma ação humana que faz um contraponto à razão, à estruturação e ao "regramento", constatação feita pelo estudo de Denis Rosenfield (1988), ao introduzir o *mal* como uma categoria ético-política.

De maneira muito criativa, Rosenfield inverte a lógica do contrato de cidadania possível, centrado na ideia das boas intenções do bem comum, do Estado mediador e provedor e da mitigação dos efeitos perversos da ordem social capitalista.

O racional do ser humano, nos envelhecidos tempos do século XXI, é uma racionalidade falaciosa, na medida em que põe em confronto os valores gerados pelos pensamentos liberal e socialista clássicos, e as formas contemporâneas de violência política, pessoal e simbólica. A desregulamentação das sociedades em escala mundial engendra formas excludentes e totalitárias de vida social, de um cotidiano em que os indivíduos tornam-se solitários e narcísicos, a partir da utilização maciça do desenvolvimento científico-tecnológico e da precarização e inconstância das relações humanas. Cria-se um cenário ora de "arianismo" técnico-científico, ora de violência e barbárie.

Chamo a atenção para o fato de que as formas totalitárias não são as tradicionais do totalitarismo do Estado, são privatizadas e individualiza-

das, ou pela prepotência do mercado ou pela barbárie da violência diária. É um totalitarismo centrado no individual narcísico e solitário, é a vontade absolutizada do indivíduo sobre ele mesmo e sobre os demais. Ou seja, é a soberania absoluta e plena de um *eu solitário*.

Nessa reflexão, ao introduzir o conceito de violência como um projeto individualizado do mal, de uma vontade maligna, tem-se a perversidade como uma categoria ético-política. Portanto, um conceito capaz de produzir realidades sociais factíveis. Tendo a perversidade como uma categoria sociológica analítica, tomo igualmente os conceitos de solidão e individualismo narcísico, como idéias que foram recusadas pela maioria dos analistas sociais. Somente a psicanálise cuidou deles, e os analistas sociais, ao recusarem a idéia da existência de uma pulsão maligna, influenciaram de forma decisiva as mais diferentes vertentes do pensamento científico na área de ciências humanas, pois estabeleceram um silêncio sobre a perversidade e a maldade.

Na medida em que as idéias acima foram excluídas das preocupações analíticas, trabalhou-se os conceitos de ordem social e vontade, sendo que a idéia da vontade individual, a idéia da vontade de progresso, é a fonte constitutiva central de uma sociedade racional e administradora das ações humanas voltadas para o bem, que tem na ética do trabalho seu fundamento. A perversidade, a maldade, o eu narcísico e o eu auto-realizável eram analisados como acidentes, acasos, acontecimentos aleatórios não pertencentes a um projeto coletivo, de sociedade.

Ao refletir sobre essas idéias, percebe-se uma configuração social asentada no desregramento como uma proposta, como uma meta a alcançar. O desregramento provoca desregulamentação, promovendo fragmentação e atomização. A desregulamentação como projeto final de uma ação específica do indivíduo narcísico, anti-ético e que tudo pode, a partir de seu absolutismo individual, tende a controlar os mecanismos de Estado, que, contemporaneamente, se desregulamenta como projeto político coletivo, mantendo entretanto sua essência coercitiva, policial.

Com base na leitura de Rosenfield (1988), deduzo que a análise dos eventos contemporâneos sobre a violência, por essa ótica, constitui-se

em ações políticas e sociais determinadas, que para nós ainda representam um projeto nebuloso e indefinido, mas que no entanto começam a apontar indícios muito precisos de que a questão da violência, pode indicar ações que são efetivadas tendo como meta a destruição sistemática das redes tradicionais de sociabilidade, sem que se caia em contradição lógica. Para a particularidade brasileira, pode-se afirmar, a partir da leitura do texto de João Fragoso e Manolo Florentino (1993), que estes estabeleceram as bases em que se pode profetizar, de forma afirmativa, que o arcaísmo deu certo, constituindo-se hoje, como o foi no passado, um projeto de contemporaneidade.

Com efeito, do ponto de vista da meta das desregulamentações, tem que se ter a eliminação não somente de uma sociedade determinada, mas de tudo aquilo que entendíamos e imaginávamos até aqui por formas humanas de sociabilidade, que, na perspectiva dos meios de ação política estar-se-ia em presença de formas regradas e sistemáticas de extermínio e violências múltiplas, sendo elas políticas, humanas, afetivas e simbólicas. Assim, as solidariedades volatilizam-se e estabelecem-se subordinações pela força das armas e do medo generalizado.

Ao tomar-se a perversidade, a maldade, o eu narcísico e auto-realizável como conceitos ético-políticos, e portanto sociológicos, temos que ter como contrapartida uma enunciação da natureza humana como um conjunto de proposições suscetíveis de serem transformadas por formas violentas, sendo que esta violência pode ser concreta ou subjetiva, pode ser material ou simbólica. Essas formas violentas se traduzem numa ação política de valorização do sucesso a qualquer custo e dos homens auto-realizáveis (Ribeiro, 1993a), e em uma *não política*, em que os mecanismos tradicionais são substituídos por mecanismos simbólicos que materializam o medo e valorizam a violência como mecanismo de ascensão social. Formando-se grupamentos minoritários endinheirados, ou seja, formando-se uma *lumpen-elite*.

A *lumpen-elite* não tem nenhum interesse no futuro, pois seus passados são de humilhação, fome e desesperança. Só quem pensa no passado é quem quer construir uma civilização para o futuro, e, para a *lumpen-elite*, o

passado só traz lembranças amorais e perversas; e, portanto, um sentimento de tristeza e morte. Quem pensa com a história (Schorske, 2000) é quem tem um projeto de futuro, que produz valores transcendentais à sua época, que acredita estar vivendo um processo de construção permanente de uma nação. Este não é o caso da *lumpen-élite* no Brasil, que quer viver o agora, sem passados e sem futuros.

A perversidade como uma categoria, no sentido de um conceito prático, isto é, um conceito que, provido de razão prática, dá conta de uma dimensão essencial do agir humano, a violência, que passa a produzir estruturação social e dar formas de organização precária e eventual às populações metropolitanas.

Enfim, utilizar a perversidade como uma categoria sociológica analítica transforma o século XXI em algo factível de análise para as recentes perplexidades e medo coletivo. Ao tomar a perversidade como um conceito prático, uma categoria ético-política, produz-se uma visibilidade assustadora.

A *lumpen-élite* se realiza no agora, pois acredita que suas vidas nada valem; e, apesar de endinheirados e prestigiados, não passam de *cadáveres baratos*.

Ao ter a perversidade como um conceito político, como uma categoria sociológica analítica, este conceito permite a mediação da percepção que transforma o Estado mediador e provedor em um Estado policial como projeto político.

O cenário social contemporâneo engendrou mecanismos de matança simbólica do público, do coletivo, promovendo a emergência de uma *lumpen-élite* pela violência e pela delinquência, e fortalecendo uma perspectiva de individualismo auto-centrado e auto-realizável (Ribeiro, 1993b). Os despossuídos contemporâneos enfrentam não só a concentração cada vez maior das posses, como enfrentam igualmente, de maneira contundente, a ação de um Estado policial e tecnológico (Misse, 1999). E ainda enfrentam, em seu cotidiano, as gangues e redes criminosas, que mantêm a exclusão e exterminam a esperança que a ética do trabalho produzia, mesmo que de forma precária e com alto nível de exploração do trabalhador.

Nesta reflexão, tendo a afirmar minha convicção de que o lugar do ser humano, tanto as mulheres como os homens, no século XXI, está definido pela legitimação do desenvolvimento científico e tecnológico; está definido pelo genoma, pela bioquímica, pelo proteoma e pela deliberada confusão no estabelecimento de identidades sociais e culturais; ou seja, a cada dia torna-se mais difícil obter um grupo de pertencimento. Mesmo que este grupo seja a sua própria família; a formação do menor micro-grupo social, que é um casal, é cada dia mais difícil.

Se quisermos outros *destinos*, diferente daqueles que Dante descreveu em sua trajetória cruzando o inferno, devemos nos confrontar já com as variadas formas de individualismos fundamentalistas. E quando falo em individualismo, não estou usando o conceito generoso de Max Weber, que vê no indivíduo um ser coletivo, um ator social, capaz de traçar e enfrentar o seu destino. De construir uma civilização. Falo de um individualismo egocentrado, narcísico e solitário, falo do indivíduo que Lair Ribeiro (1993a, 1993b) tão bem descreve e compreende. O indivíduo que se realiza em sua própria individualidade solitária e original. Que acredita ser o responsável, ele próprio, pelos sucessos e mazelas dos tempos contemporâneos (Ribeiro, 1993a).

Creio que o confronto com um mundo de indivíduos auto-realizáveis, para uma "sociedade de indivíduos", como percebeu Norbert Elias (1998), passa necessariamente por uma reflexão profunda do sofrimento humano e das diferenças impostas por uma minoria global privilegiada a uma multidão de desvalidos anônimos pelo planeta.

Enfrentar este desafio é uma tarefa dolorosa e longa, e, meus prezados amigos, não nos traz nenhuma garantia de sucesso; vou mais longe, digo que não nos traz sequer esperanças de sucesso.

Enfrentar o envelhecido século XXI é uma atividade perigosa e incerta, contudo necessária. E uma das conquistas mais significativas do século passado, a meu ver será ampliada radicalmente. Tenho certeza que, por estratégia de sobrevivência, homens e mulheres serão rigorosamente iguais neste século de intolerâncias, de iniquidades e múltiplos fundamentalismos.

O século XXI tornou inexorável o fim de uma ética social, baseada no trabalho. Esta ética, que orientou a organização social de múltiplas sociedades, particularmente a sociedade capitalista ocidental (Weber, 1982), na qual o Brasil se inscreve, produziu conflitos sociais, lutas de classe e esperanças, alimentou sonhos de transformações sociais igualitárias, sonhos de mobilidade social e circulação territorial. Com o fim desta ética, o trabalho deixa de ser a base de organização da sociedade, transformando o ócio em mercadoria simbólica e hipervalorizada; insuflando os desejos mais profundos e primitivos de uma multidão de desesperançados, a participar como consumidores de um mundo que os exclui e não lhes confere identidade social. O conceito de cidadania é transmutado para o de consumidor.

Como consequência, forma-se um modo de produção ilícito e paralelo, aonde fabricam-se de remédios e CDs a roupas, biscoitos e macarrões falsos, linhas de ônibus, kombis e vans piratas ocupam o espaço público. Atentam contra a cidadania precária e o Estado de direito anacrônico. O modo de produção paralelo e ilícito atua com todos os itens de uma pauta industrial e de serviços. Criando-se assim as possibilidades de ganhar capital, endinheirar, tornar-se o dono do pedaço, constituir-se em uma pequena casta de mandatários absolutistas, enfim, tornar-se um membro da *lumpen-elite*, através de um lucrativo comércio informal e ilegal de todos os tipos de mercadorias roubadas, falsificadas e de drogas, que se capilariza em nossos territórios, estando ao alcance de todos.

Nosso dilema é que hoje a *lumpen-elite* está associada a uma rede mundializada dominada pelo *narcopoder* (Silveira, 1998), controla territórios e aglomerados populacionais que não possuem sólidos vínculos de solidariedade social e coesão afetiva cultural. E o Estado real, anacrônico, se relaciona com estes territórios sociais através da coerção policial ou do clientelismo, transformando o ilícito em *mercadoria política* monopolizada pelo Estado (Misse, 1999), e, portanto passível de comércio e intercâmbio com a *lumpen-elite*, com a casta paralela de mandatários locais e regionais.

O fim da ética do trabalho produz um cenário cinzento no presente e obscuro para o futuro, pois as regras do mercado são as regras do capital, e este, a cada dia que passa, cada vez mais é gerado por gangues e redes criminosas hierarquizadas em escala mundial.

Como diz a socióloga Aspásia Camargo, da FGV-RJ, retrocedemos à Idade Média, em que o poder das armas e da coerção legítima as ações, tradição ibérica que orientou e formatou a subjetividade coletiva das elites brasileiras no passado (Faoro, 1979). No presente, as elites brasileiras parecem-me possuir os mesmos parâmetros de subjetividade coletiva de seus antepassados, pois ao longo de três séculos foram insensíveis ao crescente desequilíbrio social produzido no Brasil (Faoro, 1994). Nossos territórios na cidade do Rio de Janeiro têm comandos paralelos, mais presentes e coercitivos que o do Estado anacrônico de fato. Quem conhece o Rio de Janeiro sabe quem é que manda.

Hoje, no Brasil, chegamos a um nível em que as dimensões das diferenças são de difícil solução, pois consolidaram-se as exclusões clássicas e racistas, gerando-se novos tipos de mal estar que se generalizam, indicando uma incapacidade estrutural para soluções; existe falta de coragem cívica e civilizatória para enfrentar as consequências de uma exclusão em escala exponencial.

Neste cenário, o que resta ao Estado cada vez mais desregulamentado é transformar-se em uma vasta máquina policial mantenedora da ordem pública. Este talvez seja o produto mais visível da recente desregulamentação do Estado e das sociedades a nível mundial. E mesmo assim esta vasta estrutura bem equipada e bem orçada é obsoleta e cooptada pela dinâmica social imposta pelo *narcopoder* e pelas *lumpen-elites*.

Portanto, quando se pergunta qual o papel da mulher e do homem no século XXI, como me fazem quase todos os dias estudantes e a imprensa, tendo a enfatizar que a desregulamentação do Estado acarreta de imediato uma desregulamentação das redes de sociabilidade na sociedade, dilui os fundamentos éticos, tendo como decorrência uma ditadura da produção gerada por um sistema paralelo e ilícito de produção, que entretanto, apesar de paralelo, converge para o mercado financeiro mundializado e especulativo.

Neste cenário, velhos perdem qualquer proteção ou respeito, e as crianças são seduzidas pelos ganhos produzidos pela delinqüência e por um sistema de produção de capital cujos valores se assentam na violência e na barbárie. E cada um de nós busca proteção em redutos de solidão e individualidade. Estabelecemos, como nos castelos medievais, fossos de proteção contra os *outros*. A realidade cotidiana nos mostra que as blindagens são inócuas para uma violência que é de novo tipo. Ela faz parte da regra do jogo nos tempos envelhecidos do século XXI, tempos de violência e solidão. Infelizmente.

Referências bibliográficas

- ALVITO, M. *As cores de Acari - Uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.
- BABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- BOUDON, R. *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- CARVALHO, J. M. de *Cidadania no Brasil - O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CERQUEIRA FILHO, G. *A "Questão Social" no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ELIAS, N. *O processo civilizador. Volume 2: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FAORO R. *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1979.
- FAORO, R. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Editora Ática, 1994.

- FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- HIRSCHMAN, A. O. *A retórica da intransigência – Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LINS, P. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos & A acumulação social da violência no Rio de Janeiro* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- RIBEIRO, L. *O sucesso não ocorre por acaso – Você pode mudar sua vida*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1993a.
- _____. *Comunicação global – A mágica da influência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1993b.
- ROSENFELD, D. *Do mal - Para introduzir em filosofia o conceito de mal*. Porto Alegre: LPM., 1988.
- SCHORSKE, C. E. *Pensando com a história - Indagações na passagem para o Modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVEIRA, J. P. B. Republicanismo *Cum* globalismo: formas da contemporaneidade. In: *Comunicação & política*, vol. V, n. 2, nova série, 1998, p. 7-41, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), Rio de Janeiro.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

Resumo

Este artigo discute as questões da violência, do individualismo, da solidão, da perversidade, e como estas idéias, no mundo contemporâneo, produzem práticas políticas e sociais conflituosas e desestruturadoras das sociabilidades tradicionais fundadas na ética do trabalho e do Estado clássico liberal ou social-democrata.

Palavras-chave

Violência, individualismo, perversidade, sociabilidade, Estado.

Abstract

This article discusses issues of violence, individualism, solitude, perversity, and how these ideas act on the contemporary world, producing conflicting political and social practices, breaking the traditional sociabilities based on the ethics of work and liberal or social-democratic Classic State.

Key-words

Violence, individualism, perversity, sociability, State.

EM DEFESA DE UMA CRÍTICA SOCIOLÓGICA¹

Augusto Cesar Freitas de Oliveira

A sociologia e seus praticantes

Em artigo recente, o sociólogo Héctor Ricardo Leis (Leis, 2000) toca no recorrente tema da “crise da sociologia”. Gostaríamos, aqui, de encaminhar nossa discussão, ora tocando nos importantes pontos levantados por esse artigo, ora chamando atenção para outras questões que devem ser abordadas para que entendamos melhor a “nossa” condição de “sociólogos do século 21”.² Logo de partida, poderíamos relembrar um momento antológico para a ciência sociológica; na aula inaugural do curso de ciências sociais dado em Bordeaux, há 114 anos, o francês Emile Durkheim dizia: “seria uma temeridade de minha parte não estar assustado diante das dificuldades de minha tarefa...” (Durkheim, 1975: 47). Portanto, é de se supor que “nós”, sociólogos, já estivéssemos acostumados com a precariedade de nossas ferramentas de trabalho e com a ambigüidade da nossa condição frente aos demais setores da vida social.

Outro ponto a ser lembrado, para organizarmos uma discussão em torno da “condição do sociólogo”, é que, apesar de a expressão ser útil, não devemos essencializar a existência de um “nós, os sociólogos”. Só para citar um outro francês, a noção de *campo* de Pierre Bourdieu lembrarnos-ia que a definição sobre quem é sociólogo, sobre o que é ser sociólogo e o que faz a sociologia jamais foi e provavelmente jamais será “única” e “pacífica”; ela é, justamente, o lugar de uma incessante disputa entre diferentes posições que existem no *métier* intelectual. Tudo está em torno da disputa pela resposta à questão “*para qué la sociología?*” (Madueño, 2000: 158).³

Confirma este não-ineditismo da temática da crise o fato de que, se observarmos bem, cada escola sociológica já tratou do tema da “crise da sociologia”. Definiríamos, portanto, um marco histórico determinado e uma hipótese inicial igualmente localizada para definir a “crise” de que estamos falando: o marco seria o fim do socialismo real, nos anos 90, e a crescente vigência das chamadas “democracias”,⁴ ao redor do globo; a hipótese inicial seria a de que esses fatos históricos e políticos influenciaram, em um certo sentido específico, a composição de forças, dentro do *métier* sociológico. Portanto, trataremos, aqui, de uma crise do papel da sociologia ou da situação política interna e externa à sociologia.

Quando Leis fala em “crise”, tem em mente um outro tipo de crise: a crise da formulação teórica. Esse tema, que também é recorrente, ficou conhecido já nos anos 80 como “crise dos paradigmas”; uma boa síntese sobre o que foi esse debate é a de Octavio Ianni (Ianni, 1990). Não chamaria essa condição propriamente de “crise”; segundo acredito, a condição de disciplina acadêmica estabelecida coloca certos dilemas para a formulação teórica, na sociologia: nesse *métier*, escolas de pensamento opostas são “obrigadas” a conviverem e até produzirem juntas. Por exemplo, na análise de uma simples conversa entre dois indivíduos, o interacionista simbólico mostrará a totalização excessiva do lingüista estruturalista, assim como este mostrará a superficialidade das descobertas daquele primeiro. Mas se esta condição faz com que cada teoria seja o espelho da fraqueza da outra, o “resultado agregado” de uma comunidade científica que se questiona internamente não deve ser confundido com uma comunidade científica incapacitada: revela apenas uma produção de conhecimento não-padronizada ou de múltiplos padrões possíveis, alguns verdadeiramente excludentes entre si, outros nem tanto.

Um dos exemplos de Leis, para comprovar essa “crise” da formulação teórica – que redundaria em uma fraqueza explicativa – seria um suposto desinteresse que a sociologia tem despertado nos idealistas⁵ e comprometidos jovens que costumavam procurá-la até os anos 80. O exemplo, além de carente de verificação, é, excessivamente, abstrato e tem um pressuposto embutido nebuloso: será que essa carreira sempre e só foi

procurada por jovens altruístas e estudiosos? Imaginar que a sociologia seja o lugar dos que querem o “bem” da sociedade é incorporar uma imaginação que o senso comum nutre por essa “entidade”. Outro estudo que seria necessário é o do perfil social e cultural dos candidatos a neófitos da sociologia, incluindo o estudo da “imagem” que têm dela: será que, “de fora”, a sociologia parece estar em algum tipo de crise? não seria apenas depois de estar dentro do *métier* que alguém poderia notar, por exemplo, que a sociologia atualmente se encontra, como diz Leis, em franco processo de metamorfose de discurso científico para um discurso moralizante?

Aliás, esse é o ponto que mais nos interessa do texto. Concordo com a afirmação de Leis de que a sociologia vive dias de um “moralismo” perigoso. Segundo creio, o moralismo de certas sociologias dos nossos dias se deve a um exagerado esforço de certos profissionais em fazê-la “útil”, ou seja, torná-la a todo custo uma ciência normativa. O tempo que vivemos parece pouco afeto a sociologias sobretudo críticas. O ponto, segundo entendo, não é igualmente novo, como os demais tratados até aqui. Por exemplo, a tradição filosófica grega se desenvolve sobre o mesmo problema apresentado-o da seguinte forma: de que maneira o filósofo deve conciliar a obrigação de dizer a “verdade” – o que pode implicar na crítica da situação dada – com a necessidade de endossar a moral de sua época sendo um bom cidadão, respeitando a ordem social e pagando de seus impostos?⁶ A questão é que, assim como apontamos anteriormente, não há acordo sobre o que e qual é a verdadeira “sociologia”. Minha concordância com parte⁷ do argumento de Leis vem, justamente, do entendimento de que há uma forte tendência atual em reduzir a sociologia às suas potencialidades de refinada ação normatizadora da vida social.

Para Leis, esse moralismo teria origem em duas das maiores tradições sociológicas existentes, a saber: Marx e Durkheim. Para ambos, a sociedade seria um resultado advertido ou inadvertido do que os sujeitos fazem⁸. Pensando assim, tomam uma “natureza humana” que é sempre desde já “culturalizada”, fazendo de cada ação social uma ação moral e da sociologia uma tábua de salvação (Leis, 2000: 745). O grande erro destes teria sido, ao contrário do que Weber e Pareto supostamente fizeram, não

ter deixado um espaço aberto, em seus modelos explicativos, para a causalidade dos fatores propriamente biológicos. Entender a causalidade biológica significaria, para Leis, admitir que há fatores que são “biológicos”, antes de serem culturais, na “natureza humana”, e que é preciso entendê-los, para que não se caia no erro de pensar que a sociologia pode sozinha formular o caminho para a construção de uma sociedade verdadeiramente “justa” (Leis, 2000: 754); ela deveria aliar-se à “nova eugenia” (Leis, 200: 750-751), no que ela tem descoberto sobre a multiplicidade dos níveis em que os sujeitos são biologicamente influenciados.

Sem querer entrar no mérito das descobertas das novas teorias biológicas, considero que uma ressalva deve ser feita: os biólogos de hoje já sabem que o que vêem pelo microscópio não é o que realmente existe, já reconhecem que o que está lá é “lido” a partir de suas premissas construídas a partir de idas e vindas aproximativas com o que vêem e com o que pensam sobre o que vêem. Portanto, o conhecimento do biólogo, tanto quanto o do sociólogo, ainda que aquele tenha o experimento a seu favor ou desfavor, será sempre assombrado por algumas premissas que agem na inflexão do conhecimento e que permanecerão ocultas para ele próprio. Outra ressalva seria a de que o problema da construção de uma sociedade “verdadeiramente justa” é um problema que não se põe em termos de produção de conhecimento sociológico, porque faz parte justamente do debate moral.

Ainda um ponto a ser visto com parcimônia é o de qual seria o verdadeiro legado de Marx. Por exemplo, há um debate em torno da causalidade histórica admitida por Marx; para um certo marxismo já fora de moda, “o materialismo histórico assenta, de fato, nos seguintes conceitos teóricos de base: modo de produção, infra-estrutura, forças produtivas e relações de produção, superestrutura, Estado e ideologia, classes, luta de classes... Estes conceitos nada têm que ver com as noções ideológicas da interpretação humanista.” (Althusser, s/d: 191).

A prática sociológica

É, no mínimo, estranha a formulação, comum em nossos dias do *métier* sociológico, de que a sociedade teria “mudado” e de que a sociologia não teria acompanhado a mudança. Essa chavão se baseia numa apreciação equivocada. Basta um relativismo prudente para lembrarmos que para os “carceiros do ABC” ou para os entusiastas das ONGs ou, ainda, para os trabalhadores voluntários, a sociedade “é” aquilo que eles pensam que ela é, o mesmo sendo válido para o sociólogo. Para a sociologia, a sociedade é aquilo que sua formulação permite-lhe dizer que é. E o discurso sociológico, formulado a partir dessa construção conceitual própria, não se confunde com a realidade, mas cria modelos interpretativos e/ou explicativos que só são plenamente entendidos por quem é capaz de manipular estes conceitos. Uma possível perda da capacidade dessa evolução conceitual é de inteira responsabilidade dos sociólogos, e não de uma esperteza extra do mundo. Afirmar, de dentro da sociologia, que a sociologia “tradicional” esteja obsoleta, por conta de mudanças ocorridas “na sociedade”, é semelhante a acreditar que, durante a noite, a *charge* criada pelo cartunista tenha se alterado, magicamente, a ponto de, pela manhã, o cartunista não entender a nova piada. Tal argumento observa-se, claramente, no trecho:

nas últimas décadas o mundo pisou no acelerador, mudando vertiginosamente para rumos desconcertantes, mas, paradoxalmente, a sociologia começou a pisar no freio, ficando presa a paradigmas que se tornaram cada vez mais obsoletos. Parece que a sociologia percebeu sua obsolescência, porém, em vez de revisar seus pressupostos e paradigmas científicos para seguir avançando na compreensão da realidade, ela procurou a saída dando um salto para o abismo que estava dentro dela mesma (Leis, 2000: 739).

Esse chavão se naturalizou entre nós, creio, por conta da crença generalizada que sacramentou, em um determinado momento, que a sociologia havia feito apostas erradas, como nos episódios políticos que cercaram o fim do bipolarismo mundial e que, por isso, não se precisava e, em alguns casos, não se devia mesmo acreditar no que os sociólogos teriam a dizer. O mundo pós bipolarismo seria incompreensível para estes senhores. Para criticar esta posição evocaria aqui dois tipos de argumento diferentes. Primeiro: assim como o dado empírico do Sol aparecer e sumir todo dia no horizonte não faz com que os astrônomos se rendam ao vulgo, o fato deste “todos”⁹ não crerem na sociologia não significa a sua inapetência. Segundo, a sociologia, ao dispor dos meios de identificar causas do surgimento de um novo discurso social não deve se colocar na posição de vítima a ser inescapavelmente predada por este novo discurso; espero que brevemente, uma escola sociológica nos explique por que razões certos grupos sociais estão atualmente interessados em falas de sabor futurista, que incluem robótica, realidade virtual, abdução e genética em seu repertório, grupos estes que, por alguma razão a ser desvendada, estariam igualmente e diretamente interessados em desmerecer a fala sociológica.

Como vimos, para Leis, a caduquice da sociologia estaria em permanecer sob a suposição de que “tudo é social”, ou seja, a sociologia partiria do temeroso pressuposto de que a interação indivíduo *versus* sociedade é o princípio fundamental da existência humana, já que a própria natureza humana seria também uma realidade culturalizada. Leis propõe, como vimos, uma parceria da sociologia com as recentes teorias da “nova eugenia” (Leis, 2000: 752) acerca de condições fundantes da natureza humana que estariam além do alcance de uma determinação cultural, conhecimento sem o qual a sociologia ficaria condenada a diagnósticos e prognósticos parciais.

Sem ir tão longe como propõe Leis, passemos em rápida revista sobre o legado pertencente à sociologia. Com a herança de Marx, por certos motivos, e Durkheim, por outros, a sociologia configurou-se como a modalidade principal do pensamento ocidental, que tem como missão uma abstração conceitual tão sofisticada e, ao mesmo tempo, malcável,¹⁰ a

ponto de dar conta – teoricamente falando – de todo tipo de episódio social, seja ele a revolta dos estudantes ao redor do mundo, em 1968, ou mesmo o surgimento da própria sociologia, a partir das filosofias sociais do século XVIII. Essa construção conceitual pode ainda se debruçar sobre o universo das disciplinas acadêmicas; por isso, temos uma sociologia da religião, do trabalho, da política e do sistema jurídico, assim como sociologias da arte, da ciência, da produção acadêmica, dos intelectuais – sejam eles físicos, biólogos ou filósofos – e da própria sociologia. Por um lado, não há episódio social que não seja passível de ser tornado objeto sociológico; por outro, o procedimento interno de crítica deste objeto deve ser tão aberto que não se pode compará-lo ao de qualquer ciência aplicada, nem normativa.

Desde a inversão da dialética hegeliana, operada por Marx, que tornou a ciência da sociedade – ao invés da filosofia idealista – o fundamento de um conhecimento crítico sobre a realidade, essa ciência rompe os limites do gabinete do pensador: toda e qualquer forma de conhecimento passaria a ser objeto de estudo dessa ciência da sociedade, ela se valeria, impertinentemente, da produção em outras áreas do pensamento – a filosofia, por exemplo –, tentando, a todo custo, não compartilhar uma “identidade de essência” com estas disciplinas do pensamento. A ciência da sociedade seria a própria indisciplina do pensamento. Sei que a matéria é polêmica, mas cito, como exemplo, uma recente publicação de Etienne Balibar (Balibar, 1995) sobre a “filosofia marxista”; ele postula a inexistência de uma filosofia marxista substantivamente característica, no conjunto da obra de Marx. O seu pensamento estaria, muitas vezes, mais próximo de uma antifilosofia, posto que não há, em seus escritos, uma coerência sistêmica de pressupostos, assim como sistema de enunciados coerentes, havendo, sim, uma pluralidade de procedimentos teóricos, desde “conclusões sem premissas” até a conclusão mais bem embasada nos moldes do “materialismo histórico”... Essa diversidade, que implica uma não-filosofia ou uma antifilosofia, é, justamente, a grande força dos “atos teóricos” de Marx; nela reside a sua subversão investigativa. Só assim ele podia “descobrir” o que a economia de Smith e Ricardo encaravam como “não

questões". Este exemplo de indisciplina fica sendo o principal legado para o que chamamos, aqui, de maneira nada original, de "sociologia crítica".¹¹

Não me parece que a questão, então, seja sabermos se a sociologia ficou obsoleta ou não, em seus procedimentos ou temas de interesse, mas sabermos em que medida se tem praticado esta modalidade de pensamento dentro deste espírito crítico. Atualmente, vê-se uma propaganda ostensiva da interdisciplinaridade como veículo de dirimir fraquezas das ciências em geral. Vejamos alguns exemplos de parcerias bem sucedidas da sociologia com outros ramos do conhecimento: a interdisciplinaridade entre a teoria econômica burguesa e Marx de *O capital*, a parceria entre o discurso liberal da cidadania e da democracia e o Marx de *A questão judaica* ou o sistema totêmico da Austrália e o Durkheim das *Formas elementares...* ou, ainda, a biologia "científica" de Lapouge e Gobineau e os antropólogos chamados pela UNESCO, nos anos 50, para seminários anti-racistas são exemplos universalmente conhecidos do tipo de "parceria" compatível com a atitude do que estamos chamando de sociologia crítica.

Uma "sociologia crítica" deve ser um exercício radical de criação de "outros", a partir do conhecimento impertinente¹² do "um". A não-admissão de um "outro" torna a sociologia estéril e, aí sim, a transforma numa disciplina meramente moralista. É preciso, no entanto, ir além do reconhecimento dessa perda de capacidade ou interesse de construção radical de outros radicalmente diferentes do "um". Devemos conhecer as causas dessa perda. Como dizia Althusser – apenas para citar um dos fósseis sociológicos legados pelos anos 60 e 70, anos que ficaram guardados na memória como típicos de uma sociologia crítica -, *reconhecer* e *conhecer* são coisas bem diferentes, sendo a segunda, justamente, o fator distintivo da "prática teórica" ou científica.

Os motivos da mudança

Para conhecer, então, essa condição da sociologia atual, devemos atacar, logo em primeiro plano, uma causa "exterior" à conceitualização sociológica que, por alguma fraqueza de propósito investigativo, abalou os pesquisadores, em um determinado período da história recente, além do

que a prudência mandaria. O episódio a que nos referimos é, justamente, o fim do bloco comunista e, como decorrência disto, a pesada monocromia proporcionada pelas “democracias” ao redor do globo – e, aqui, basta notarmos que estas são imaginadas como semelhantes, ainda que sejam notórias as tremendas diferenças da sociabilidade ao redor do globo. Essa condição, sem dúvida, produziu um receio e uma implausibilidade dos discursos sobre “outros” que não compartilhassem essa identidade de essência com tais democracias; passou-se, a partir de então, a se discutir apenas para onde elas iriam, seus problemas e suas potencialidades.

A sensação é de que é obrigação do sociólogo trabalhar pela “melhoria” das democracias, sendo a posição de “normatizador” de luxo admitida sem maiores delongas. O próprio texto de Leis, que critica o moralismo da sociologia, redige o trecho abaixo, que só pode estar fazendo tábula rasa dos legados de Freud, Nietzsche ou Foucault: tem-se um elogio dos valores liberais consagrados (individualidade, liberdade, meritocracia...) como se estes fossem a tranqüila e obrigatória ontologia do Ocidente.

[A sociologia deve] responder quais seriam, por exemplo, os pressupostos científicos e políticos necessários para viabilizar uma sociedade onde os *méritos* e *virtudes* individuais não sejam obstaculizados por *falsas* hierarquias ou igualitarismos, sejam de origem natural, social ou técnica... Que ajude a imaginar um sociedade democrática que, baseada nos *méritos reais* das pessoas, expanda tanto o princípio da hierarquia como o de igualdade sobre bases *justas* (Leis, 2000: 754 - grifos nossos).

O que existe de “novo” em nossos dias parece ser a composição de forças: em uma situação histórica de monocromia¹³ política, onde as únicas formas de sociabilidade entendidas positivamente são aquelas do modelo da chamada “democracia liberal” – já que toda a vida social que ocorre neste planeta é analisada pela sua distância em relação a este modelo -, a sociologia admite que tem obrigações com esse projeto e passa a

auxiliá-lo, criticando-o apenas na medida em que a crítica aponta para a reiteração do mesmo.¹⁴ Justamente por isso, esta “nova sociologia”, não me parece ter motivos para ser “triste”¹⁵. Nunca o discurso sociológico - se consideramos, por exemplo, os escritos recentes de um Anthony Giddens ou os diagnósticos sobre movimentos sociais (como os de Cohen e Arato, 1992) - foi tão cheio de possibilidades factíveis, de boas intenções e de uma indescritível sensação de que o mundo que nos foi apresentado na “escola dominical” é possível. Esse discurso diz algo que, de uma forma ou de outra, “queremos” ouvir: ele diz que nós¹⁶, seres humanos - seja lá o que esta expressão, nascida da religião cristã e cujo conteúdo teórico-sociológico desconheço, signifique - somos importantes, somos portadores de qualidades e que a boa ordem surge “de baixo para cima” e que, portanto, depende de “nós”.

É lógico que a sociologia jamais foi uma iconoclastia desarraigada: ela já nasce sob o signo de uma existência institucional, que deve ser levada em conta e que, aliás, é tremendamente diversa. Por exemplo: homens “perigosos”, como Louis Althusser - que citava um Mao Tse-Tung, em seus escritos - e Michel Foucault - cujas pesquisas tinham uma potencialidade anarquista incontestável -, eram, principalmente, entre outras coisas, professores de universidades públicas estatais - um fato que deve ser entendido dentro do contexto histórico francês -, assim como trajetórias diversas como a de Talcott Parsons e Charles Wright Mills só podem ser entendidas na história estadunidense.

Aliás, aproveitando a referência àqueles dois franceses, lembro que se tornou comum dizer que a sociologia, nas décadas de 1960 e 1970, foi, intensamente, “crítica” e “combativa”. Penso que as especificidades históricas desses anos também não devem ser simplificadas. Para nosso interesse, aqui, basta destacar que, segundo Jameson, a qualidade peculiar desses anos 60 e 70, foi, justamente, a postura iconoclasta - ainda que, eventualmente, estivesse contida nela uma tentativa reconstrutivista - presente no universo intelectual em geral, seja da arte, da filosofia ou das vanguardas políticas. Estava-se francamente disposto a se criticar, fortemente, a “situação atual”, posto que o principal intuito desses intelectu-

ais era o oposicionismo, antes do construtivismo, ainda que a formulação de “outros” opcionais nunca deixasse de estar presente: o socialismo como opção para a América Latina, o anticonsumismo de grupos jovens dos países centrais, os diretores de cinema estadunidenses subvertendo os dogmas “hollywoodianos”, etc. O elogio ao submundo, representado, entre nós, brasileiros, por um Hélio Oiticica (“seja herói, seja bandido”), indicava esse perfil da cultura marginal¹⁷ interessada antes na crítica que no “(re)construtivismo”.

Pode-se dizer, então, que esse universo intelectual estava muitíssimo mais próximo que o atual de proceder segundo as prédicas que Bachelard intentava aos cientistas em geral: ignorar o senso comum, ironizar as conveniências do realizável segundo o horizonte de expectativas atual, como forma de alargar, sabe-se lá para onde, esse horizonte, e, partindo deste alargamento incontrolado, pensar o impensável; a pergunta é científica, a resposta não. Parece que, como reação ao fim do bipolarismo global, e quem sabe até como resultado não planejado dessa iconoclastia no passado, esses mesmos setores intelectualizados e, com eles, boa parte dos praticantes de sociologia, abriu mão, definitivamente, do oposicionismo para um construtivismo temerário. Tudo se passa como se a oposição não tivesse mais sentido ou por que a coisa criticada reformulou-se segundo as críticas feitas no passado ou por que ela tenha mudado por si própria e não lhe caberiam críticas severas como as do passado; refiro-me, obviamente, às “democracias liberais”. É como se só pudéssemos atirar pedras bem leves nesse modelo, posto que, com o fim do bipolarismo, “descobrimos” que ele é tudo que temos.

Essa “nova sociologia” produz então postulados cada vez mais “positivos”, sendo seus diagnósticos e prognósticos cada vez mais verossímeis e coerentes aos olhos comuns. Eles despertam o interesse e a curiosidade dos homens da ação ordinária, desde os transeuntes mais distraídos aos atentos guardiães do *status quo*: essa sociologia normativa trata de reproduzir integração social em níveis cada vez mais finos, enquanto também ela se integra à sociedade, de maneira cada vez mais justa. Uma sociologia crítica, por outro lado, não tem essa avidez pela integração e, muito

menos, pelo papel de produtora de integração: deve, antes, revelar as vozes caladas nessa integração. Acredito que devemos deixar que os personagens da mídia e do poder – apresentadores de telejornais e programas de auditório, fazedores de notícia, políticos profissionais, funcionários do Estado, entre outros - cumpram o seu papel forte de “informar o que está acontecendo na velocidade do mundo atual” e “dizer o que deve ser feito”, enquanto nós tratamos de descobrir o que seus chavões¹⁸ não dizem, ou o que estes chavões realmente querem dizer e fazer. O estranhamento radical dessa sociologia crítica deve “pôr em maus lençóis” os termos da cumplicidade de pressupostos e implícitos que existe, por exemplo, entre estes personagens midiáticos e seu público.

O percurso de um Anthony Giddens, por exemplo, que, a partir da década de 1990, deixa a análise sociológica, para produzir um descriçionismo da “nova sociedade” e que, deliberadamente, jamais se revela ao leitor como apologético, normativo ou analítico, é emblemático. O livro *Para além da esquerda e da direita* (Giddens, 1994) é um exemplo vivo disto. O intuito de um “realismo utópico” como o de Giddens não poderia ser outro que não o de construir um discurso que aja como esclarecimento dessa sociedade sobre ela própria e corrobore na consecução desses “seus” devires supostamente imanentes.

Outro episódio “sintomal” seria a entrada indiscriminada dos conceitos da atividade política – pelo menos, a política conforme imaginada pelas democracias liberais, ou seja, a atividade política institucionalizada ou institucionalizável - na argumentação sociológica. Lembremos, aqui, do que diz Marx, em *A questão judaica* (Marx, 1971), sobre a política: a política é, essencialmente, a atividade espiritual de uma sociedade em que a dimensão espiritual não tem qualquer relação com a existência concreta. Usando, ironicamente, os jargões bíblicos, Marx diz-nos que o capitalismo criou um deus terreno encarnado – que é o mercado -, que “manda” neste mundo e não se importa com os homens, nem os ouve; nos domínios desse deus, os homens estão abandonados aos caprichos dele. Haveria, ainda, um outro deus, este parcialmente desencarnado, que atenderia pelo nome de “Estado”; nos seus domínios, não há situação que

não possa ser decidida pela comunhão dos homens entre si e deles com esse deus. É nesse reino que encontramos a pobre política, tentando “enxugar gelo”, ou seja, resolver problemas criados pelo irascível deus mercado, enganando a si própria, já que ela parte do princípio de que os domínios desse deus implacável “são o que são” e nada se poder fazer contra isso, apenas reagir espiritualmente.

Argumento ainda mais radical é-nos trazido por Jameson (Jameson, 2001): para ele, a “sociedade civil” fora uma criação conceitual dos entusiastas da Revolução Burguesa cuja validade desaparece com a emergência do capitalismo industrial monopolístico ou “de Estado”. O conceito de sociedade civil só tem efetividade enquanto há o pressuposto da subjetividade individual e da secularização das formas de poder, conforme ocorria em meio à dissolução da sociedade do Antigo Regime. Seguindo a linha aberta pela Escola de Frankfurt, Jameson concorda que o “capitalismo de Estado” (Benhabib, 1996: 76) havia destruído qualquer pertinência dos conceitos de sociedade civil e cidadania: se estes foram, no passado, conceitos gestados e que gestavam formas sociais válidas, com o capitalismo de Estado a permanência desses conceitos teria apenas o papel de discurso deliberadamente mascarador e de “cortina de fumaça” teórica. O que se tem sugerido, e Jameson condena tal conclusão, é que, com as supostas crises que esse capitalismo de Estado teria enfrentado, desde o final da mesma década de 1960, teríamos um retorno da necessidade e da pertinência desses conceitos – originários da Revolução Burguesa –, para se teorizar sobre a sociedade atual. O retorno que Jameson nota à nomenclatura dessa filosofia política é, hoje, o mesmo que esse equipamento conceitual tem sido desde o advento do “capitalismo de Estado”: uma teoria, deliberadamente, ideologizante. É assim que ele aponta essa perda de terreno da sociologia para um *revival* de um certo tipo de filosofia política. Diz ele:

Agora esses textos [evocados como centrais desta atual ‘filosofia política’] ressurgem em plena luz do dia acadêmico e parecem mais uma vez falar à era dos grandes negócios com

uma sabedoria imbuída de moderação. Como se Locke ou Rousseau, Hobbes ou Carl Schmitt, todos tivessem como sua grande ambição fazer uma contribuição ao desenvolvimento de algo chamado ciência política!... Hoje, do ponto de vista dos quatro e's do equipamento ideológico atual do alto capitalismo – contratos, constituições, cidadania e sociedade civil – os textos clássicos, como vadios maltrapilhos que são lavados, barbeados e vestidos com roupas novas, encontram-se reinstalados no currículo, sem dúvida com o estardalhaço apropriado (Jameson, 2001: 98).

De quem é a culpa?

Na fala clássica de Alexis de Tocqueville, a humanidade estaria condenada a sofrer as conseqüências do sentimento de igualdade reinante na imaginação de cada um dos sujeitos; a história humana seria a história do processo da concretização dessa igualdade, no mundo, e do desdobrar dos efeitos dessa igualização uns sobre os outros. Segundo o mesmo Tocqueville, a queda das poderosas dinastias familiares européias fora decorrência natural de tal sentimento: a desigualdade “de origem”, pressuposto básico do poder aristocrático, passaria a ser cada vez mais vista como situação “ilegítima”. Nesse caso, era como se o poder político impingisse a essa entidade chamada, imprecisamente, de “povo” ou coisa parecida uma mitologia que este não quisesse admitir: a de que havia uma desigualdade que facultava a uns o mando e obrigava os demais à obediência. O próprio autor não foi capaz de formular uma explicação terrena para tal crença; o fato é que ela se estabelece e detona um impulso incontrollável de igualização.

Sobre essa crença na igualdade, teríamos que esperar o aparecimento de um Louis Dumont para lhe identificar uma causa terrena: o cristianismo espreado pelos quatro cantos do Ocidente, em especial a teologia calvinista¹⁹, com seus princípios de individualidade da alma, relação direta entre criatura e criador e imputabilidade intransferível dos atos, seria o responsável pelas mitologias geminadas da individualidade e da igualda-

de. A partir desse trabalho (Dumont, 1985) – ainda mais se o somássemos ao de um Michel Foucault -, pode-se supor que a melhor maneira de produzir disciplina e sustentar o exercício de autoridade, neste Ocidente cristianizado/luteranizado, seria esconder a “externalidade” e a contingência das disciplinas existentes e dos usos do poder e, por alguma mágica, fazê-los surgir de dentro da alma de cada um dos sujeitos, através da inspiração de cada uma delas, isoladamente, pelo próprio “Deus”; não como aprisionamento ou dominação, mas, justamente, como liberdade de agir segundo a “própria” convicção. Dumont ensina-nos o que Foucault²⁰ faz por outros meios: que o individualismo - enquanto crença na origem “interna” da autoridade, disciplina, cotretude, razão e ética - é a ideologia moderna.

A partir da ilustração toquevilleana e desse desvendamento da “ideologia moderna”(Dumont), proponho uma seqüência de duas perguntas: Não será que a impenetrabilidade dos discursos científicos crígidos em línguas outras que não a comum desperta, nessa mesma vida das pessoas comuns, a mesma antipatia que a nobreza de sangue azul despertava na plebe, ainda mais se, do pouco que entendem dessa fala especial, o diagnóstico que vêem sobre eles próprios é “não sabemos o que fazemos”²¹? Se respondermos afirmativamente a esta primeira pergunta, podemos passar à segunda e mais importante: Não será que a sociologia, quando se aproxima de uma conceitualização “familiar” à vida comum e admite que essa vida comum “sabe o que faz”, não está cumprindo a profecia toquevilleana de que, nas democracias, não há espaço para idéias discrepantes, difíceis e inacessíveis para o vulgo; o que se chamou de ditadura da maioria?

Pois vejamos alguns exemplos dessa potencialidade antipática da análise sociológica: já se admitiu que a sociedade só podia ser conhecida através de uma complexa “análise estrutural”, possível apenas ao cientista; a sociologia já disse que a relação do homem com o real é uma relação imaginária cujo mistério só pode ser igualmente desvendado pelo analista; já se disse que as estruturas sociais reproduzem-se sem que os atores

tenham qualquer consciência da lógica que ajudam a perpetuar; entender uma simples conversa de bar já foi sinônimo de complicados gráficos sintáticos ou de conspirativas análises de *habitus* e campo. Todas estas “complicações” antipáticas ao vulgo, desconcertantes para os jornalistas - que não podem produzir uma notícia cujo começo, meio e fim leve mais de vinte linhas ou segundos para ser exposta - e impactantes para ativistas sociais - que precisam deitar a cabeça no travesseiro e não ter qualquer dúvida sobre o que fazem - são concretizações do que Gaston Bachelard dizia, incansavelmente: é através da ação sistemática do *pensador* que se pode avançar adiante das impressões extasiadas do simples *homem que pensa*²². O que assistimos, hoje, é um recuo de tal posição para uma confortável conciliação entre o *pensador* e o *homem que pensa* regrada pelas conveniências deste último.

Vejamos as mudanças do vocabulário sociológico: do “sombrio” diagnóstico sobre os AIEs (aparelhos ideológicos de Estado), tem-se, hoje, a “alegria” com as ONGs (organizações não-governamentais); da análise estrutural, passamos ao resgate do ator; da inescapável microfísica do poder passamos ao “capital social”; ressuscitaram-se os entusiastas burgueses clássicos, enquanto seus críticos foram calados, isso sem falar sobre o ressurgimento de temas filosóficos, como a ética e a responsabilidade. Coincidência ou não, todos estes “novos temas” têm uma identidade de essência com o mesmo cristianismo calvinista que, segundo Dumont, caracterizaria a ideologia moderna; eles situam a experiência social como motivada e, de alguma forma, definida desde “dentro” dos sujeitos; todas estas falas situam a ordem como construída de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”... estaríamos hoje mais uma vez nos deixando levar pelo *vício* ocidental.

Essa simpática “nova sociologia”, pelas próprias características de seu conteúdo, ainda que tenha algum poder analítico, assume uma postura quase sempre normativista e crítica das realidades que descreve - muito bem, por sinal -, por estar, aparentemente, embebida das mesmas certezas que seus objetos sustentam. A nossa crítica, sendo ainda bastante genérica, deve ser admitida como uma lembrança sobre a importância de

um outro lado da construção do conhecimento sociológico obrigatoriamente menos “instrumentalizável”, posto que opera a desconstrução dos próprios “problemas” aparentes, para elaborar “problemas” onde só o cientista vê. Nossa época assistiu a vários retornos analíticos sobre os quais não devemos esquecer: foram “escolhidos” em meio a lutas dentro e fora do *métier*; eles poderiam ser outros, eles não são os únicos existentes, nem durarão para sempre na posição favorável que têm hoje. Sobre o retorno do tema da “ética”, por exemplo, vejamos as palavras de Jameson:

Na realidade, com o redespertar conceitual do mercado e suas dinâmicas, nos confrontamos com uma ressurreição mais genérica da própria filosofia em todas as suas formas acadêmicas mais antiquadas... É assim que a dissolução das antigas disciplinas filosóficas pela ‘teoria’ parece ter sido apenas um momento passageiro. Agora, a filosofia e suas ramificações estão de volta: com a ética, como se Nietzsche, Marx e Freud nunca tivessem existido. Nietzsche, com sua descoberta desconcertante da agressividade implícita nas antigas injunções éticas; Freud, com sua desarticulação do sujeito consciente, suas racionalizações e o lampejo das forças que o estruturam e habitam sem seu conhecimento; finalmente Marx, ao lançar todas as antigas categorias éticas individuais num novo nível dialético e coletivo, de modo que o que parecia constituir o ético deve agora ser compreendido como o ideológico... O ressurgimento da ética também teve uma variante pós-estruturalista popular: o retorno do sujeito... as noções de responsabilidade que têm acompanhado esse renascimento do sujeito deveriam ser mandadas de volta ao campo da ética, de onde elas vieram, enquanto que o outro significado da morte do sujeito [uma conquista intelectual que nos foi legada, entre outros, pela psicanálise] – ou seja, o fim do individualismo e do capitalismo empresarial que o forjou - poderia ter nos levado a novas investigações da sub-

jetividade coletiva e institucional [o que não ocorreu] (Jameson, 2001: 96-97).

Notas

1. Alguns agradecimentos são necessários, sobretudo ao professor Adalberto Cardoso e ao colega Marcelo Rosa, doutorando do IUPERJ, que tiveram a paciência de ler versões preliminares e fizeram sugestões realmente perspicazes, as quais temo não ter correspondido à altura. Dedico este artigo a Aluizio Alves Filho.
2. O artigo de Leis intitula-se "A tristeza de ser sociólogo no século XXI".
3. Ainda que as conclusões desse artigo só tenham sido parcialmente discutidas aqui, assevero a grande proximidade entre pontos de vista que defendo aqui e pontos defendidos nesse artigo, intitulado "*El quehacer sociológico y su responsabilidad intelectual*".
4. Vários adjetivos cabem aqui: democracias estáveis, liberais, alinhadas (à *par* americana)...
5. Aqui, admitimos a expressão no seu sentido vulgar convencional: alguém que "deseja atuar por uma sociedade melhor" seria um idealista.
6. Refiro-me, aqui, à ambigüidade que cercou a filosofia de Platão e Aristóteles, ambos impactados com a brutal condenação de Sócrates. Segundo Platão, a primeira tarefa jamais deve ser condicionada pela segunda; ao contrário, é a "verdade" trazida pelo filósofo que, contrariando os julgamentos do vulgo, rearruma a *polis*, tornando a ordem social digna de ser cumprida (Mortal, 1981, capítulo 2).
7. Isso por que Leis diz que "a" sociologia tornou-se uma disciplina moral, citando, vagamente, Marx e Durkheim como os arautos do moralismo das ciências sociais. Aqui, ao contrário, baseio-me, principalmente, em Marx, para criticar esse moralismo de certos setores da sociologia atual.
8. Essa compreensão de Marx é, drasticamente, combatida por Althusser: "[Só uma errônea] interpretação humanista do materialismo histórico declara, por exemplo, que a história é a produção do homem pelo homem, que o conceito de trabalho é o conceito base do materialismo histórico, que a história é a história da alienação do trabalho humano, que a revolução é a luta pela desalienação, do trabalho humano..." (Althusser, s/d: 190)
9. Um "todos" devidamente manufaturado naqueles anos de fim do bipolarismo pelas mídias internacionais e que contou com a ajuda afoita de "senhores" sociólogos ao redor do planeta.
10. Lembro, aqui, da crítica feita por Kolakowski ao cientificismo atribuído por Althusser ao chamado Marx da maturidade, dizendo que "os critérios da cientificidade aplicados às ciências naturais são extremamente vagos e não existe nenhum conjunto de critérios aceitos unanimemente reconhecidos" (Kolakowski, 1985: 108 - grifos nossos)
11. O termo é meio "fora de moda". Cito, aqui, como exemplo de antecedente, o interessante livro de Zygmunt Bauman (Bauman, 1977), *Por uma sociologia crítica*. Uso o termo, aqui, sem maiores profundidades, apenas para diferir o tipo de perspectiva sociológica que defendo contra uma atual sociologia normativa, que chamarei, mais tarde, de "nova sociologia".
12. Imperficiência, ou seja, a condição de estar fora de contexto e lugar. Um exemplo é a intromissão de alguém que, deparando-se com duas pessoas discutindo, longamente, sobre a cor mais adequada para a fachada da sede de um partido, aproxima-se e pergunta: "Qual a necessidade desta nova sede deste partido?"

13. Devemos lembrar que esta monocromia é muito mais “descjada” e ao mesmo tempo “festejada” por alguns que aquilo que o noticiário internacional nos permitiria afirmar.
14. Nesse momento, não há como não lembrar que, no período da política brasileira correspondente aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, toda crítica considerada não-constructiva – ou seja, que não tem uma identidade de essência com o objeto criticado – tem sido desclassificada como *fracassomania* ou *neoburrice*.
15. Como já vimos, o artigo de Leis chama-se “A tristeza de ser sociólogo no século XXI”.
16. Aqui, o tom da narrativa muda para um “fêrc” com a “leitura sintomal” psicanalítica, que, contudo, surge como mera sugestão de pesquisa futura.
17. O suplemento “Mais” da *Folha de S. Paulo* (10/06/2001) traz uma reportagem sobre uma mostra de filmes brasileiros produzidos na primeira metade da década de 1970, mostra esta intitulada “cinema marginal”. O título da reportagem não podia ser mais revelador: “a recusa da utopia”.
18. “A sociedade está mudando e velhas definições não fazem mais sentido...”, “a globalização tem aspectos grandemente negativos mas também positivos”, “no mundo de hoje não são as instituições, mas as características das pessoas dentro das instituições que fazem com que esta tenha tais e tais características...”, “o resfriamento das ideologias nos traz de volta a necessidade de discutir a dimensão ética e descobrir novas utopias...” são só alguns deles.
19. Ver Dumont, 1985, em especial a parte I.
20. O que interessa a Foucault são os modos de objetificação dos sujeitos, sendo o mais crucial deles o processo de subjetificação. “Foucault está preocupado em isolar aquelas técnicas através das quais a pessoa inicia uma ativa autoformação... Estas operações implicam caracteristicamente num processo de autocompreensão mediado por uma figura externa de autoridade, seja o confessor ou o psicanalista.” (Rabinow, 1999: 35).
21. A referência, aqui, é à obra lacaniana de Slavoj Žizek, *Eles não sabem o que fazem. O sublime objeto da ideologia* (Žizek, 1992).
22. Esse par de termos são usados por Bachelard em seu *Psicanálise do fogo* (Bachelard, s/d).

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, I.. Recapitulação do que, do ponto de vista teórico, é posto em questão na polêmica sobre o humanismo. In: *A polêmica sobre o humanismo*. Lisboa: Presença, s/d.
- BACHELARD G. *A psicanálise do fogo*. Lisboa: Ed. Cor, s/d.
- BALIBAR E. *A filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BAUMAN, Z. *Por uma sociologia crítica. Um ensaio sobre senso comum e emancipação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BENHABIB, S. A crítica da razão instrumental. In: *Um mapa da ideologia*. Slavoj Žizek (org). Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.
- COHEN & ARATO. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1985.
- DURKHEIM, E. *Introdução ao pensamento sociológico: Durkheim, Weber, Marx, Parsons*. Ana Maria de Castro e Edmundo Dias (orgs.), Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.
- GIDDENS, A. *Pura além da esquerda e da direita*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- IANNI, O. A crise de paradigmas na sociologia. In: *RBCS n.13 - ano 5*. São Paulo, 1990.
- JAMESON, F. Notas sobre a globalização como questão filosófica e Transformações da imagem na pós-modernidade. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- KOLAKOWSKI, L. O Marx de Althusser. In: *O espírito revolucionário e marxismo: utopia e antiutopia*. Brasília: Ed. UnB, 1973.
- LEIS, H. A tristeza de ser sociólogo no século XXI. In *Dados. Revista de Ciências Sociais, Volume 43/4*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- MADUEÑO, L. El quehacer sociológico y su responsabilidad intelectual. In: *Revista Venezolana de Ciencia Política n. 17*. Mérida, 2000.
- MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1971.
- MORRAL, J. *Aristóteles*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- RABINOW, P. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem. O sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

Resumo

Este artigo é composto de reflexões sobre o que tem sido produzido atualmente em termos de "teoria social"; ele se inclui entre tantos outros trabalhos que tratam de pensar limites e possibilidades do pensamento sociológico. O texto ainda indica a necessidade de uma pesquisa a ser feita: os impactos do fim da Guerra Fria sobre a produção sociológica. No momento atual, um elemento que precisa ser lembrado é o da necessidade de que se preserve o potencial crítico da sociologia, para que ela não seja reduzida a uma disciplina intelectual "normativa".

Palavras-chave

Sociologia, crítica social, ciência.

Abstract

This article has some reflections about what has been recently made in "social theory"; we include it in that kind of work interested in thinking about sociological thought's limits and possibilities. One theme outlined is the necessity of a more accurated investigation into the impacts of Cold War's end in the academic sociological mainstream. The author postulates the necessity to assert the "critical" aspect of sociology against the tendency of make a "normative" intellectual discipline of it.

Key-words

Sociology, social criticism, science.

O INTELLECTUAL E A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: LEITURA DA REVISTA *PROPOSTA**

Kátia Sento Sé Mello

Presente originalmente na Organização das Nações Unidas durante o pós-guerra, o termo Organizações Não-Governamentais, popularmente conhecido por ONGs, somente adquiriu visibilidade pública no Brasil durante os anos 80. Será, no entanto, somente na década de 90 que o termo passará a figurar mais assiduamente nos jornais de grande circulação nacional. Ventos democratizantes traziam para nós brasileiros, a esperança de realização da cidadania em nosso país com a plena participação da sociedade civil. A criação da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais em 1991, a criação do Fórum Brasileiro de ONGs preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e o Fórum Global, ambos em 1992, são apenas alguns exemplos da mobilização presente em nossa sociedade.

Não havia, na época, uma definição precisa sobre o significado do termo, fazendo-se, via de regra, pela exclusão, ou seja, pela não identificação com instituições tradicionalmente reconhecidas como a Igreja, o Estado, os partidos políticos. Diferenciando-se destas, assim como de clubes, associações de caridade, associações de moradores, escolas de samba, etc., as ONGs no Brasil se identificavam como estando a serviço do movimento popular, consolidando-se como instituições de caráter civil, sem fins lucrativos e a serviço de determinados setores sociais constituídos pela população explorada e oprimida do país¹. Apesar da controvérsia a respeito da abrangência do termo, é das universidades, partidos de esquerda, organizações sindicais e Igreja que provêm algumas das matrizes do seu método de trabalho e da sua conformação institucional.

Este artigo toma como objeto a revista *Proposta*, veículo público de uma das maiores ONGs estabelecidas no Brasil, a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. Valores enraizados no ideário

da Igreja Católica quando da fundação da FASE sofreram uma ruptura com a entrada de profissionais vindos das universidades durante os anos 70-80, marcando uma mudança na forma de perceber e nomear os setores populares com os quais a FASE vinha atuando. Entre os beneficiários junto aos quais a FASE atuava destacaram-se, assim como em outras ONGs no Brasil, os *camponeses e trabalhadores rurais*². Tomar a revista *Proposta* tem um valor considerável pela contribuição que traz ao entendimento de um conjunto de práticas de intervenção social e de representações dessas práticas, bem como dos segmentos para os quais a instituição se dirigia. Através da revista, podemos perceber a crescente alimentação do conhecimento produzido dentro da Universidade a partir da mediação daqueles intelectuais que aí trabalhavam e prestavam assessoria às ONGs e a conseqüente mudança na representação social da categoria *pequeno produtor rural*.

A revista *Proposta* foi criada em 1976 num contexto em que a FASE passava por uma mudança na sua prática de atuação junto aos setores populares. Em seus primeiros anos a revista privilegiou em suas capas imagens em xilogravura, sugestivas do estilo cordel, impregnadas de significados regionais, particularmente nordestinos. O papel de capa assim como toda a edição gráfica, pela sua rusticidade, proclamam um objeto feito à mão. Eram apresentados personagens isolados ou em ambiente de trabalho: vaqueiros, pescadores, trabalhadores rurais utilizando moinho de cana de açúcar; em geral, homens, mulheres e crianças que sugerem a atividade produtiva com base em relações de produção familiar, de vizinhança, de vida em comunidade. O ambiente lúdico é também representado pelo circo impresso em uma das capas. Pode-se observar através dessas imagens um mundo que nos remete ao passado, um mundo romântico, expresso nas formas artesanais, no trabalho na roça, nas festas interioranas, na figura do caipira, ou seja, elementos que no nosso imaginário, fazem parte do folclore nacional.

Simultaneamente os títulos, subtítulos e artigos, ou seja, o texto da revista, apresentam os grupos para os quais a FASE dirigia a sua ação, através das categorias "povo", "base" e as práticas como "organização comunitária", "associativismo", "assistencialismo", "educação", "educação de base". São termos, cuja conotação política aparentemente neutra na nossa sociedade

dos anos 60 e 70 dissimulavam uma intervenção social proibida durante os anos da ditadura militar. Por outro lado, eles também criaram uma linguagem simbólica compartilhada por todos aqueles envolvidos no trabalho de intervenção social voltado para a organização dos segmentos do campo, seja como população destinatária, seja como agente/técnico do trabalho institucional. O texto privilegiava igualmente a divulgação de trabalhos considerados “educação popular”, cujo objetivo primordial era a “promoção humana” e a “libertação dos pobres das trevas da ignorância e da miséria”.

A partir do final dos anos 70 e durante os anos 80, estas categorias assumem outras formas. A edição gráfica da revista sofreu uma mudança radical, sua forma artesanal cedeu lugar a um estilo que indicava uma fabricação tecnológica. Particularmente durante os anos 80, saltam aos olhos imagens fotográficas de lavradores descalços, empunhando instrumentos de trabalho como se fossem armas de luta. Trata-se de trabalhadores rurais no espaço da terra enquanto espaço de trabalho, de produção. Nestas imagens estes trabalhadores não aparecem sozinhos, mas formando um coletivo.

Quanto ao texto, sobressai o tema Reforma Agrária. As categorias “povo” e “pobre” foram substituídas por outras mais definidas, ou seja, novos atores surgem com maior explicitação: atingidos por barragens, índios, negros; novos problemas são colocados: luta por terra, melhores condições de comercialização, reivindicação por política agrícola e preocupação com o meio ambiente; nova forma de luta: organização sindical e filiação às grandes centrais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), criação de reservas extrativistas para os seringueiros e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). A revista *Proposta* torna pública, dessa maneira, a diversidade das formas de relações sociais criadas com o desenvolvimento do capitalismo no campo e a dificuldade de unificação dos movimentos sociais neste contexto. O discurso sobre a reforma agrária nos anos 80 trouxe para a ordem do dia uma luta diferenciada, politizou diferentes demandas e, ao mesmo tempo, reconheceu publicamente as diferenças que colocavam em oposição os grandes proprietários e os pequenos produtores.

A mudança observada na forma como a revista tratava as suas práticas assim como as categorias utilizadas para se referir aos segmentos sociais tem sua base de sustentação num intenso debate ocorrido no interior da FASE. Como se caracterizou este debate?

A Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional foi fundada em 1961 pelo Padre Edmund Leising, missionário católico norte-americano que se encontrava no Brasil desde 1946. O processo da sua criação está inserido no contexto da chegada do Catholic Relief Services (CRS) ao Brasil em 1956, cuja finalidade era distribuir alimentos excedentes dos Estados Unidos da América. O CRS foi um órgão de Ação Social da Conferência dos Bispos norte-americanos, criado em 1943 com o objetivo de socorrer populações vitimadas pela guerra e pela fome.

Para cumprir sua ação no Brasil, o CRS criou um órgão intermediário, o CARITAS, responsável pela distribuição dos alimentos, tendo como coordenador, Pe. Leising que, para desenvolver os objetivos do CRS, criou escritórios nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso.

O CRS, por outro lado, desenvolvia também o programa "Projetos de Desenvolvimento Sócio-econômico", por meio de verbas para motivar a construção de poços, projetos de irrigação, criação de cooperativas e outras iniciativas semelhantes. A partir deste programa, Pe. Leising, insatisfeito com a ausência de potencial transformador do programa de distribuição de alimentos, propôs às diversas dioceses do país o desenvolvimento de treinamentos nas "comunidades" pertencentes a estas dioceses³.

Devido às suspeitas levantadas na época por entidades de financiamento européias e norte-americanas em relação ao suposto uso indevido de recursos nos projetos ligados à Igreja Católica assim como à Igreja Protestante, o nome Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional pareceu, naquele momento, o mais apropriado para a continuação do trabalho junto às "comunidades"⁴. Dessa forma, a FASE foi concebida como uma federação de caráter civil, sem fins lucrativos, reunindo diversos trabalhos de caráter assistencial e educacional, permitindo a ampliação de captação de recursos para além das instituições religiosas e do governo norte-americano.

As categorias “povo” e “pobre” foram as ferramentas conceituais que orientaram os primeiros anos de trabalho da FASE até meados dos anos 70. Compreendo com Durkheim (1973) que as categorias são as formas através das quais, pela atividade do pensamento, os homens exprimem e comunicam sua experiência social. Elas são “representações coletivas” cuja função primordial é exprimir a relação entre as coisas e os homens através de conceitos, introduzindo uma coordenação entre os elementos da experiência concreta. Ainda segundo Durkheim, “cada um de nós elabora uma certa noção dos indivíduos com os quais está em relação, de seu caráter, de sua fisionomia, dos traços distintivos, do seu temperamento físico e moral: essas noções são verdadeiros conceitos”. Se, de um lado, a experiência concreta traduz-se em representações sensíveis em permanente fluxo de mudança na ordem do indivíduo, de outro, os conceitos são relativamente imutáveis e universalizáveis, adquirindo uma representação impessoal na ordem do social.

Nos seus primeiros anos, a FASE propôs um método de trabalho estimulando valores da união, auto-ajuda, solidariedade e igualdade no interior das comunidades para as quais dirigia a sua ação. Por um lado, privilegiava as crenças, os símbolos e os valores dos grupos sociais destinatários do seu trabalho. Por outro lado, incentivava os órgãos de base encontrados no interior de cada comunidade (associações, cooperativas, etc.). Para isso, ainda que sustentados por um ideário cristão católico, a escala da produção era a dimensão privilegiada de trabalho⁵. Este será um traço também valorizado pelos segmentos universitários que vão constituir o quadro da FASE a partir da segunda metade dos anos 70. De acordo com o discurso de membros da instituição da época, o objetivo último era que as comunidades pudessem se integrar em torno dos seus interesses e necessidades para superar a miséria vivenciada pelas mesmas⁶.

Após seus primeiros dez anos, a FASE intensificou, sobretudo a partir do diálogo entre as equipes de técnicos e a coordenação nacional (sediada no Rio de Janeiro), um processo de reorganização interna baseado numa preocupação social atenta à realidade da “classe trabalhadora”. O período compreendido entre os primeiros anos da década de 70 e meados dos anos 80 foi marcado pela mudança no perfil institucional com fortes conseqüências para

a forma de perceber os segmentos com os quais a FASE atuava. Foi ainda nesse período que o Pe. Leising deixou a Direção Nacional da FASE e a instituição, assumindo outras orientações de trabalho, ampliou os escritórios locais, passando a combinar simultaneamente o trabalho junto aos trabalhadores do campo, particularmente camponeses, a população de periferia urbana, operários e, no início dos anos 80 o trabalho dirigido aos assalariados rurais – com os Programas Nacionais que representavam a produção de audiovisuais, a publicação da revista *Proposta*, o Centro de Documentação e o Projeto de Pesquisa em área rural (Áreas de Fronteira) através do convênio realizado entre FINEP/INAN/FASE no período de 1977 a 1983.

O ingresso de pessoas de diferentes visões de mundo e práticas políticas, bem como de setores da universidade, estimularam uma forte tensão entre os diversos setores que constituíam a estrutura da instituição, particularmente entre os técnicos dos escritórios locais e a direção nacional. Foi ainda pela inserção decisiva destes últimos que a FASE ampliou e aprofundou o trabalho de pesquisa detalhada das realidades locais, particularmente em áreas rurais, visando subsidiar o trabalho de intervenção diretamente com os segmentos rurais, promovendo nova prática de intervenção assim como uma nova concepção dos segmentos populares, particularmente o pequeno produtor rural. Esta tensão pode ser visualizada por três visões distintas que caracterizaram a FASE naquele momento. De um lado situavam-se aqueles chamados de “basistas” cuja matriz era a Igreja Católica e postulavam a educação popular, dirigindo-se aos segmentos sociais através da categoria “povo” com a conotação de “comunidade de iguais em situação de miséria” conforme visto acima. De outro lado situava-se o grupo denominado “marxista-leninista” que, mantendo uma forte articulação com a oposição metalúrgica de São Paulo, defendia fundamentalmente o trabalho junto ao operariado. Ainda havia os que eram chamados de “gente do PC do B” que, de acordo com o discurso institucional da época, fazia aliança ora com um ora com outro grupo, ao mesmo tempo que assumia uma posição anti-coordenação nacional e anti-pesquisa. Os técnicos dos escritórios locais, reivindicando maior legitimidade e eficácia pelo trabalho que faziam diretamente nas “bases” assumiram também uma posição “anti-intelectualista”, argumentando

que as propostas desenvolvidas pelo setor da universidade eram menos eficazes por estarem seus membros afastados do trabalho diretamente no campo.

Neste contexto, nasceu a revista *Proposta* que, assim como os novos Programas Nacionais, foi percebida pelos técnicos como “acadêmica” e, por isso, um instrumento menos eficaz do que aqueles já amplamente utilizados. Através deste instrumento, a FASE fornece uma concepção de trabalho institucional mais homogênea e, como veículo público, a revista divulga para além das suas portas uma nova representação dos segmentos para os quais dirigia o seu trabalho. Representação esta marcada agora pela matriz acadêmica que se implantou através dos seus quadros.

O Projeto de pesquisa em Áreas de Fronteira tornou-se parte dos Programas Nacionais. Fizeram parte do projeto original profissionais de diferentes áreas das ciências humanas, constituindo-se uma equipe interdisciplinar visando um maior relacionamento com os técnicos, de modo a subsidiar os trabalhos das equipes locais a partir da análise das realidades conforme apresentadas pelos mesmos. Cabe ressaltar, no entanto, que a integração da academia à FASE significou a inserção de um setor de intelectuais – um professor e seus alunos da pós-graduação – do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo depoimento dos mesmos, a FASE havia servido como apoio à entrada em campo na Amazônia de alguns assistentes de pesquisa deste programa. Dois desses assistentes tornaram-se, posteriormente coordenadores nacionais da FASE.

O projeto centrou-se na questão em torno da diversidade de formas de organização das relações de produção na agricultura e o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, no sentido de compreender as contradições vigentes na agricultura brasileira. Uma das conseqüências desse tipo de enfoque para a representação do pequeno produtor que começava a se modificar foi justamente o questionamento das concepções consideradas homogeneizadoras das relações agrárias, tratando-se ao mesmo tempo de conferir estatuto político ao “setor do campesinato que encontrava-se marginalizado da cena política ao ser pensado como ‘residual’ em relação aos setores propriamente capitalistas no campo”⁷. Em outras palavras, tratava-se de

compreender o papel da agricultura de subsistência ou do pequeno produtor no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

A tensão instalada na instituição durante este período forçou uma ruptura na construção das categorias através das quais os segmentos populares, particularmente os pequenos produtores, eram tratados. Categorias como “povo” e “pobre” deixaram de fazer parte deste universo. Ainda que a escala da produção e a inserção dos pequenos produtores no mercado fossem uma preocupação constante, aquelas categorias foram substituídas pela de “classe social” uma vez que a “produção” passou a ser entendida como uma categoria de “trabalho”.

Por outro lado, a concepção da natureza da organização com base na “comunidade de iguais” deixa de ser tanto uma ferramenta conceitual quanto uma prática política. Destacou-se neste momento a prerrogativa de um trabalho dirigido para a organização sindical como uma forma alternativa ao associativismo e o cooperativismo. Tais experiências, aos olhos da instituição, representavam fracasso ou iniciativas implantadas forçosamente pelo governo.

Para além da descjada unidade institucional, esse processo representou o predomínio de um tipo de visão de trabalho e concepção da pequena produção no interior da FASE fortemente influenciada pelo setor de formação acadêmica.

É bem verdade que os ventos democratizantes dos anos 80 podem ter contribuído para a maior facilidade em se falar abertamente sobre as diferentes formas de organização e de luta no seio da nossa sociedade após vinte anos de ditadura. No entanto, a maior explicitação das categorias e da problemática rural no universo da revista coincide com o período caracterizado pelo conflito entre diferentes setores da estrutura institucional que culminou com a passagem da direção da FASE de um membro ativo da Igreja Católica para as mãos de agentes provenientes da Universidade. Foi ainda em finais dos anos 70 e durante os anos 80 que o tema “campo” voltou a ocupar um espaço privilegiado no debate político-acadêmico. Entre 1975 e 1988, por exemplo, constatou-se a produção de mais de 2.000 títulos a respeito do tema no meio acadêmico⁵. Vale ressaltar que todo o investimento feito no sentido

da produção de conhecimento sobre o tema contribuiu para a abertura de um mercado de trabalho, ainda que restrito, para os intelectuais saídos do meio acadêmico assim como representou uma alimentação das publicações que estavam sendo editadas pelas ONGs de parte do material produzido nas universidades sobre o mesmo tema. Sigaut (1990) entende que a produção desse conhecimento e, simultaneamente, do reconhecimento sobre o tema deveu-se em parte ao trabalho de assessoria feito por professores universitários e/ou alunos de graduação e pós-graduação às organizações de trabalhadores rurais, bem como a incorporação crescente desses novos profissionais nas ONGs.

Durkheim, ao construir o conceito de representação social, argumenta que, construídas com base nas representações que os homens fazem do mundo social, as categorias fazem-se, desfazem-se e refazem-se continuamente ao longo do tempo e segundo o lugar em que são construídas na medida em que os conceitos que as suportam apresentam imperfeições (Durkheim, 1973). Ainda pensando com Durkheim, os homens e as coisas que compõem o mundo social são, de alguma forma, "repartidos entre diferentes grupos", ou seja, classificados uns em relação aos outros. Nesse sentido, o poder de construção das representações sociais implica recortes que criam categorias de classificação.

Se aproximarmos o olhar do debate a respeito das relações sociais no campo no Brasil e as múltiplas definições e redefinições porque vêm passando os segmentos que aí se encontram, perceberemos a intersecção entre a Universidade e as Organizações Não-Governamentais como um espaço privilegiado de análise da constituição das representações construídas sobre os mesmos. No entanto, o movimento do fazer-se, desfazer-se e refazer-se das categorias não depende exclusivamente das imperfeições apresentadas pelos conceitos em si.

Jorge Romano (1988), ao refletir sobre a ação política dos trabalhadores rurais do sul do Brasil, e ao considerar a "eficácia da teoria" na conformação dos movimentos sociais, admite que a produção intelectual de cientistas sociais bem como de instituições que atuam junto aos segmentos de trabalhadores rurais exerce uma influência decisiva na representação a respeito des-

ses movimentos. Dessa forma, compreendo que a possibilidade da produção das representações do mundo social não está distribuída igualmente entre os diferentes segmentos sociais. Bourdieu (1981) é contundente ao enfatizar que os intelectuais assim como os políticos seriam, por excelência, “os detentores legítimos do monopólio dos meios de produção do conhecimento do mundo social e da representação desse mundo”. Através do seu discurso, eles teriam a capacidade de “prescrever a realidade sob a aparência de descrevê-la ou a de denunciá-la sob a aparência de enunciá-la”.

Notas

* Este artigo aborda uma questão desenvolvida por mim em minha dissertação de mestrado: Uma representação do *pequeno produtor rural*: leitura da revista *Proposta*, IFCS/UFRRJ, 1994.

1. Sobre o contexto da definição do termo remeto o leitor à tese de doutorado de Leilah Assumpção Landim, *A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome*, PPGAS/Museu Nacional, 1993.

2. Ver Catálogo das ONGs brasileiras, Landim, A.L. (org.), ISEER, 1988.

3. Esse momento ficou conhecido como campanha de motorização do cetero através da qual, as dioceses receberiam *jeeps* do CRS.

4. Um estudo sobre a desarticulação que ocorreu com a maioria das ONGs no Brasil durante os anos 90 devido igualmente às suspeitas lançadas pelas instituições internacionais de fomento ao trabalho desenvolvido pelas ONGs em países como o Brasil traria luz à compreensão do impacto do tipo de trabalho desenvolvido por elas junto às organizações populares.

5. Desenvolvimento de projetos tais como: criação de animais; granjas; eletrificação rural; correção do solo e beneficiamento da produção; construção de silos e paióis, indicando uma perspectiva de integração desses produtores ao mercado.

6. Noções desse tipo de comunidade encontram-se nos documentos produzidos pela Igreja Católica durante as décadas de 50, 60 e 70. Ver, por exemplo, Ramalho e Fisterel. *A Igreja Católica e o problema da terra no Brasil*. In: *Igreja e Sociedade no Brasil, cadernos do ISEER*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Editora Ltda., 1979.

7. Projeto de pesquisa em Áreas de Fronteira Agrícola, FASE, 1977.

8. Ver Musumeci, Leonarda – Bibliografia sobre pequenos produtores, modernização agrícola e transformações sociais no campo brasileiro, textos de Economia e Ciências Sociais/UFRRJ, (mimeo) 1989.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Décrire et prescrire. Note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique*. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 38, 1981.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1a. edição, 1973.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Discurso e movimentos. O efeito de teoria e a ação política dos trabalhadores rurais no sul do Brasil. In: *Comunicação* n. 11, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1988.

SIGAUD, Lygia. *Para quê serve conhecer o campo?* PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (mimeo) 1990.

Resumo

A partir da leitura da revista *Proposta*, veículo público de uma das maiores ONGs que atuam no Brasil, a FASE, faço uma reflexão acerca da mudança na representação social sobre o *pequeno produtor rural*. Uma representação marcada predominantemente pela matriz cristã católica, que orientou muitos trabalhos de intervenção social nos anos da ditadura, sofre uma ruptura quando um setor da academia ingressa no quadro institucional da FASE, impondo uma nova representação de caráter político-acadêmico.

Palavras-chave

Representação social, ONG, pequeno produtor rural, meio acadêmico.

Abstract

This article is a reading of the *Proposta*, which is a publication of one of the major NGOs in Brasil, the FASE. The *Proposta* displays the change in the social image of a particular category of worker in rural area known as *peasantry*. Primarily it shows a social image based on catholic values that oriented many social activities during the military government in Brasil. Later, with the influence of intellectuals at the FASE, this social image acquires political-academic content.

Key-words

Social image, NGO, peasantry, academic network.

O FANTASMA DA REINFESTAÇÃO: A EPIDEMIA DE DENGUE NO RIO DE JANEIRO COMO *DRAMA SOCIAL**

Neiva Vieira da Cunha

Epidemia e mentalidades: considerações iniciais.

No início da década de 70, a opinião pública foi surpreendida pelo súbito reaparecimento e extensão de casos de cólera em muitas partes do mundo. O ano de 1970 ficou conhecido como "o ano do cólera". O epíteto não era de todo destituído de fundamento. Afinal, pelo menos 39 países, sobretudo na África e no Oriente, foram atingidos. Alarmada, a população de muitas regiões europeias experimentou uma espécie de pânico. Psicose insana para uns, séria ameaça para outros, o cólera voltara à ordem do dia.¹ Teria o mundo contemporâneo, para além dos quadros sociais da memória coletiva, guardado as lembranças da terrível devastação que a doença provocara no século XIX e no início do século XX? Que lições um flagelo desse tipo poderia nos dar, no sentido de melhor compreender um dos aspectos mais importantes da história dos homens em sociedade - sua atitude diante da morte, do infortúnio, enfim, da precariedade da existência.

Quando se debruça sobre a tradição cultural greco-judaica, por exemplo, freqüentemente ocorre ao pesquisador referências à *peste*. Seja como uma das pragas infligidas ao Egito pelo Deus mosaico; seja como punição de um sacrilégio enviado por "Apolo, matador de ratos", sob a espécie de "uma chuva de flechas" sobre os gregos às portas de Tróia; seja, ainda, no corpo, também encravado por esse tipo de dardos, de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro e consagrado protetor contra a peste, a doença atravessa todo o imaginário do ocidente. Na realidade, "a Antigüidade considera como pestes todas as grandes epidemias que marcaram a memória coletiva dos povos, uma quarentena até à era cristã, de que todos os textos clássicos, da Bíblia à *Eneida* e à *Ilíada* nos deixaram a recordação."²

Se, como querem os autores de *As epidemias na história do homem*, Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie³, a longa história da peste faz dela o arquétipo das doenças epidêmicas, que significado poderia encontrar-se, analogamente, nos surtos de *vômito negro* dos amarelicos? A *febre amarela* freqüentou de modo trágico, a partir do século XVII, todos os portos da América. Tripulações inteiras pereciam durante a travessia. Não era fantasiosa a representação, tantas vezes encontrada na literatura, de velas panejando nas embarcações à deriva. Nos *navios fantasmas*, corpos apodrecidos, cadáveres picados por gaivotas, era o que restava. Sua presença, atingindo gravemente o fígado e os rins, assinalou todas as rivalidades e guerras a que se entregaram, na América, os Espanhóis, os Franceses, os Ingleses, os Holandeses, os Portugueses, e depois os "Americanos", os últimos a chegar. Desde os corsários e os piratas do séc. XVI até a guerra hispano-americana contra os colonizadores dos séc. XVIII e XIX, nenhum conflito escapou às infelicidades da febre amarela.⁴

A guerra hispano-americana de 1899 e a ocupação da ilha de Cuba, no entanto, dará oportunidade de estabelecimento de um diálogo, até então impossível, entre os conhecimentos empíricos acumulados por um modesto médico de província, Carlos Finlay, e a equipe do corpo médico das tropas americanas liderada por Walter Reed, com seu meticuloso experimento em torno do combate à doença e sua causa. A divulgação dos resultados obtidos em 1901, tornará possível a deflagração de uma verdadeira guerra de extermínio e, talvez, um dos maiores empreendimentos de controle social já implementado no continente americano.⁵

As experiências dos americanos em Cuba logo repercutiriam no Brasil. À distância, o então jovem médico Oswaldo Cruz, recém chegado do Instituto Pasteur onde estivera estagiando, acompanhava os acontecimentos e mostrava-se entusiasmado com a chamada "teoria havanense". Ao assumir, logo em seguida, a chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública, adota o modelo de combate ao mosquito transmissor da doença desenvolvido em Cuba, prometendo acabar com a febre amarela em três anos.

Mas as *campanhas* e as lutas empreendidas a partir de 1903 no entorno da baía de Guanabara pelos representantes da moderna medicina experi-

mental, mais do que *erradicar* ou mesmo controlar a doença, visavam *exorcizar* um malefício, conjurando todas as forças e mobilizando imensos recursos para o que representaria uma verdadeira guerra. Entretanto, quando Oswaldo Cruz e seu exército de *mata-mosquitos*, em 1907, deu por encerrado o combate ao *Aedes aegypti*, não poderiam imaginar que quase um século depois, a cidade a que tanto haviam se dedicado, encontrar-se-ia outra vez sob o espectro do velho, artiloso e temível conhecido.

Uma estranha doença

O verão de 1986 teria sido apenas mais um na cidade do Rio de Janeiro, não fosse pelas notícias que começaram a aparecer na imprensa, no início do ano. No dia 8 de abril, dezenas de moradores do bairro do Prata, em Belford Roxo, distrito de Nova Iguaçu, a 30 km do Rio de Janeiro, denunciaram aos jornais os sintomas de uma doença que, desde meados de fevereiro, vinha atacando a população da região: dor de cabeça, dor de garganta, dor nas pernas, vômito, diarreia e febre alta. A enfermidade era atribuída à contaminação da água, após um vazamento de gases do complexo químico da Bayer do Brasil, localizado a menos de 1 km do local. Apesar dos primeiros diagnósticos indicarem uma forte gripe, as pessoas não pareciam estar muito convencidas: “ninguém tossia, nem espirrava, nem tinha coriza; realmente não sei que gripe é essa não”, comentou um morador do local. Sem conseguir estabelecer a origem do mal, a população local continuava afirmando que “todos haviam caído doente logo após a noite em que o ar se impregnou de forte cheiro de enxofre”.⁶

No dia 19 de abril, as autoridades sanitárias se pronunciaram pela primeira vez a respeito. O Secretário Estadual de Saúde, Cláudio Amaral, confirmava que haviam sido detectados mais de 1.100 casos de uma doença ainda não identificada, no município de Nova Iguaçu. Segundo o Secretário, já se caracterizava uma epidemia, mas, tentando tranquilizar a população, garantiu que a doença não era letal. Descartando a possibilidade de ter sido causada por poluição, afirmou estar mais propenso a acreditar que ela fosse provocada por um tipo enterovírus que se transmi-

tia por contato físico. Entretanto, não descartava a hipótese de que o agente causador fosse o *Aedes aegypti*, transmissor da febre amarela.

Na mesma ocasião, o pesquisador da SUCEN - Superintendência de Controle de Endemias do Estado de São Paulo, José Carlos Rehder Andrade, também comentou a temível hipótese: "Pode ser um surto de uma doença tropical, conhecida como dengue, espécie de febre hemorrágica viral".⁷ Mas, sem um diagnóstico preciso da doença, a população continuava em estado de alerta.

No dia 24 de abril, o Secretário Cláudio Amaral voltou aos jornais afirmando que mesmo já tendo atingido mais de 2 mil pessoas, a taxa de incidência dos casos ainda poderia crescer. A presença do mosquito na região, o quadro clínico dos pacientes e a constatação de que o agente causador era um vírus, aumentavam as suspeitas sobre a dengue. Mas seria preciso aguardar o resultado dos exames que estavam sendo realizados pelo Departamento de Virologia, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, para que a suspeita fosse confirmada. Nesse mesmo dia, o Ministério da Saúde, através do Superintendente da SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, Josélio Carvalho Branco, vem a público, em nota oficial, corroborar a posição das autoridades estaduais.⁸

No dia 26 de abril, enquanto as autoridades sanitárias do Rio de Janeiro aguardavam o resultado dos exames que confirmariam o suspeitado diagnóstico da dengue, os jornais anunciavam o seu aparecimento em duas outras áreas cidade. Dessa vez, centenas de moradores do Parque Proletário da Penha e da Favela da Rocinha estavam apresentando os mesmos sinais da doença. No Parque Proletário da Penha, onde moravam cerca de 70 mil pessoas, a Associação de Moradores calculava que 80% das famílias já tinham sido atingidas. O diagnóstico havia sido feito pela Diretora do Centro Municipal de Saúde que atende a comunidade, Dr. Meri Baran. Por sua vez, a Presidente da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, Maria Helena Pereira da Silva, confirmava que dezenas de moradores vinham apresentando os mesmos sintomas.⁹

Além de Nova Iguaçu, onde mais de 20.000 pessoas já haviam contraído a doença, a epidemia se alastrava para os municípios vizinhos de Duque

de Caxias e São João de Meriti. O Secretário de Saúde de São Paulo, João Yunes, anunciava que o governo de seu Estado anteciparia uma campanha de esclarecimento à população, em vista do surto que estava ocorrendo no Rio de Janeiro. A situação ficava cada dia mais tensa e os ânimos cada vez mais acirrados. A Folha de S. Paulo se posicionou, dando uma pequena mostra do que estaria por vir:

A epidemia de dengue teve seu foco inicial na Baixada Fluminense. Há vinte dias a Folha vem publicando informações sobre ela, a princípio qualificando-a de “estranha doença”. Nenhuma autoridade médica do Rio associava publicamente os sintomas que os enfermos apresentavam e a dengue. Até mesmo a imprensa fluminense não detectou o nível de gravidade do fato. Mas, sanitaristas atualizados, com trânsito no Rio e São Paulo, sabedores de que se há o mosquito transmissor é muito provável que surja a doença, não escondiam suas preocupações. Infelizmente, as autoridades do setor de saúde pública, no Rio, demoraram para dominar e divulgar todas as informações sobre a incidência da dengue. Passaram dias levantando a hipótese de que os sintomas poderiam estar ligados a um acidente com um caminhão carregado de produtos químicos. Chegaram a informar, na quarta-feira, que havia cerca de 2.000 casos na Baixada Fluminense, de uma doença que poderia ser a dengue. E, na quinta-feira, ainda sem admitir a dengue oficialmente, diziam já haver 20.000 casos. Houve, certamente, a preocupação de não criar pânico. Mas, se para isso, autoridades omitirem informações sobre o desenvolvimento da dengue, estaremos de volta à mesma estratégia usada no início dos anos 70, na epidemia de meningite, quando a censura impedia a publicação de informações sobre o tema.¹⁰

Tudo indicava que a misteriosa doença que há mais de um mês vinha acometendo moradores de várias regiões do Estado do Rio de Janeiro, era

mesmo a dengue. O ex-Secretário e Assessor Especial para Assuntos de Saúde do Estado, Eduardo Costa, admitiu que havia uma epidemia na Baixada Fluminense que iria se propagar ainda mais: "O combate que está sendo feito agora, chegou tarde. Faltou a fase preventiva. Há três anos, eu avisei que uma epidemia de dengue iria acontecer". De fato, desde o ano anterior as autoridades sanitárias tinham conhecimento de que 80% dos bairros do Rio estavam infestados de *Aedes aegypti*. Segundo a imprensa, a proliferação do mosquito na cidade já vinha ocorrendo desde 1977 e nenhuma providência havia sido tomada.¹¹

No dia 27 de abril, finalmente, o diagnóstico da doença foi confirmado oficialmente pela Secretaria de Saúde do Estado. Depois de dez dias de análise laboratorial, o Chefe do Departamento de Virologia, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Hermann Schatzmayr, identificou e classificou o vírus da dengue como sendo do tipo 1, o menos perigoso entre os quatro existentes, e causador de sua forma benigna. Eduardo Costa voltou a chamar a atenção para a gravidade da questão, dizendo que se não fossem tomadas medidas urgentes e em conjunto entre a SUCAM e a Secretaria Estadual de Saúde, a epidemia de dengue poderia atingir até um milhão de pessoas no Estado. Na sua opinião, a SUCAM não tinha condições de acabar sozinha com o surto. Faltava pessoal suficiente e alguns tipos de equipamentos para combater melhor o mosquito. Atribuindo à razões políticas o fato da Secretaria Estadual de Saúde ter sido excluída dos trabalhos de controle da epidemia, reiterava que dever-se-ia trabalhar em conjunto para combater a doença de forma efetiva.¹²

O espectro da febre amarela

No dia 28 de abril, as notícias ganham uma nova dimensão. O ex-secretário Eduardo Costa alerta para o risco de uma epidemia de *febre amarela* no Estado, admitindo que havia a possibilidade de ser deflagrada uma campanha de vacinação contra a doença. Acusou também a SUCAM de fornecer números errados sobre os índices de infestação pelo mosquito na região inicialmente atingida. Segundo ele, o órgão federal havia in-

formado que 2% das casas de Nova Iguaçu estavam infestadas, enquanto que, na verdade, o índice de infestação era de 28,3% – índice que poderia complicar a situação, na hipótese de ocorrência da febre amarela.¹³

Começaram então a surgir os primeiros conflitos entre os órgãos das esferas estaduais e federais a propósito da epidemia, de seu combate e controle, e da alocação das responsabilidades. Além disso, começavam a explicitar-se as linhas de clivagem na arena primária em que se dava o conflito. Numa nota no jornal “O Globo” no dia 29 de abril, intitulada “O Mosquito é Estadual” lia-se:

Em matéria de Saúde Pública estamos voltando, no Estado do Rio, aos tempos de antanho. Doenças que pareciam definitivamente arquivadas saem do museu e vêm acrescentar o risco de graves epidemias aos demais riscos de cada dia que hoje rondam a população fluminense. A febre amarela e a dengue são, agora, assuntos da atualidade estadual. Os mosquitos *Aedes aegypti* não poderiam perder a oportunidade que lhes foi conferida pela omissão da política de saúde pública do Governo Brizola: invadiram Nova Iguaçu e têm praticamente o passe livre para levar a febre amarela a outros municípios. O ex-Secretário de Saúde, Eduardo Costa, ainda acha que pode pôr a culpa no Governo Federal, sustentando essa estratégia simplista de transferência de responsabilidades (...) O governo do Estado conseguiu reverter a máquina do tempo e remete a população fluminense para a idade sanitária pré-Oswaldo Cruz. Nesse passo, acabaremos todos em regime de quarentena, isolados do Brasil e do mundo civilizado.¹⁴

Nesse mesmo dia, em Nova Iguaçu, dá entrada, num Centro de Saúde, uma mulher com todos os sintomas da febre amarela. Imediatamente a Secretaria de Saúde do Estado foi avisada, e a notícia se espalhou. A possibilidade de reaparecimento da febre amarela no Rio de Janeiro a todos assustava. Mas, naquele momento, era preciso ainda se preocupar

com a dengue, que continuava a se desenvolver rapidamente. Segundo dados da Comissão Central do Plano Emergencial de Combate à Dengue, criada na ocasião para coordenar os diversos órgãos envolvidos no controle da doença, o número de pessoas contaminadas já estava em torno de 50 mil na Baixada Fluminense.¹⁵

No dia 04 de maio o Ministro da Saúde, Roberto Santos, admitiu que existiam grandes focos de *Aedes aegypti* no território nacional, mas contestou as informações do Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Amaral, de que já haviam sido registrados 350 mil casos de dengue em todo o Estado. Em São Paulo, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde se reuniu para discutir um plano de combate ao mosquito a ser implementado em todos os estados da União. O objetivo do Conselho era transferir a responsabilidade das ações executivas, até então centralizadas pelo governo federal, para os níveis estaduais e municipais. No Rio, o médico sanitário Mário Duffles, que trabalhou na área sanitária estadual durante 37 anos, apontou como causa para o reaparecimento do mosquito a falta de saneamento básico, e responsabilizou o Estado pelo que estava acontecendo:

A dengue já virou epidemia. Em vez de estarem discutindo, as autoridades sanitárias deveriam estar atacando os focos do mosquito (...) Na verdade, o controle desses focos pelo Estado é zero. Não adianta ficar falando, tem é que fazer, ir ao local. Saúde Pública se faz é combatendo os vetores de casa em casa, como na época de Oswaldo Cruz (...) Além do mais, não pode existir essa divisão de mosquito municipal, estadual ou federal. O que existe realmente é um problema de Saúde Pública que tem que ser combatido em todos os locais e de todas as formas possíveis, além de se combater a falta de saneamento básico.¹⁶

No dia 6 de maio, a SUCAM anunciou que pretendia acabar com os casos de dengue na Baixada Fluminense, em apenas sessenta dias. Mas,

Pelágio Parigot, seu Diretor Regional, ressaltou que, mesmo com o contingente de 600 homens com que o órgão passaria a contar, a partir daquele momento, o máximo que poderia ser feito era *controlar* e não *erradicar* o mosquito, pois, para isso, seriam necessários pelo menos 5.000 mil homens. Enquanto se discutia recursos para combater a doença, foram registrados mais 190 casos em Tribobó, no município de São Gonçalo.¹⁷

Na revista IstoÉ, do dia 7 de maio, é dado o alarme: o mosquito *Aedes aegypti* foi encontrado na Zona Sul do Rio. O epidemiologista Eduardo Costa reconheceu que a situação estava ficando cada vez mais grave¹⁸. No mesmo dia, a revista Veja confirmava que 14 estados do país já estavam infestados pelo mosquito e no Rio de Janeiro o número de vítimas chegava a 350 mil. O medo começava a se espalhar entre a população. Os especialistas eram unânimes em reconhecer que o *espectro da febre amarela* voltava a rondar o Rio de Janeiro. E com isso, as referências a Oswaldo Cruz e às campanhas por ele realizadas, no início do século XX, tornaram-se uma constante.

“Era como se o Brasil, sua medicina e seus habitantes tivessem regredido ao início do século”, declarava o médico Leônidas Deane, Diretor do Centro de Entomologia da Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Por coincidência, foi ele o mesmo médico que, em 1983, recém-chegado do exterior, e em visita a Belém do Pará, identificou o *Aedes aegypti* como o mosquito que acabara de picar a perna de um colega pesquisador. No entanto, de nada valcu sua advertência. Segundo ele, o Diretor da SUCAM no Pará afirmou que seria impossível a presença do mosquito naquele território, pois sua equipe de guardas sanitários era muito bem treinada. Também em 1983, mais precisamente em outubro daquele ano, a revista Saúde do Brasil, órgão oficial do Ministério da Saúde, publicava um artigo dos especialistas Ronaldo do Amaral e Pedro Luiz Tauil em que, a partir de um detalhado estudo, alertavam para o perigo da dengue e do retorno da febre amarela urbana no país.¹⁹

Eduardo Costa, numa primeira estimativa, calculava que seriam necessários 300 milhões de cruzados para três meses de trabalho intenso, com 10 mil homens, 40 máquinas especiais para fazer a pulverização

com inseticida e 60 bombas costais motorizadas. Já o Diretor da Divisão de Febre Amarela da SUCAM, o sanitarista Antonio Carlos Rodopiani, disse que seriam necessários apenas mais 2 mil agentes. Isso tornava ainda mais evidente a situação desconfortável vivida pelo Estado do Rio, na medida em que só contava com 480 guardas sanitários, 15 máquinas de pulverização e 30 bombas costais para combater o *Aedes aegypti*.²⁰ Para o sanitarista Sérgio Arouca, Presidente da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, todo o sistema estava falido: "O combate ao mosquito é de responsabilidade federal, mas a detecção da epidemia é de nível estadual. Na prática nada funcionou, nem o combate eficaz, nem a vigilância epidemiológica do Estado, que só detectou a epidemia cinquenta dias depois de ter começado."²¹

A suspeita do reaparecimento da doença em Nova Iguaçu, aumentando a possibilidade de ocorrência da forma mais perigosa da doença, a dengue hemorrágica, agrava o quadro no Rio de Janeiro.²² No dia 9 de maio, a Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu, temendo um surto de Febre Amarela, pede que seja decretado estado de calamidade pública no município. Juntaram-se a ela as Associações de Moradores de Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti e Itaboraí. Ao mesmo tempo, na Zona Sul do Rio, os médicos, receosos de uma epidemia da doença, aconselham seus clientes a se vacinarem o mais depressa possível. Para se vacinarem contra a febre amarela deveriam dirigir-se ao Serviço de Saúde dos Portos, no centro da cidade, único posto existente no Estado e que, no dia anterior, já havia atendido cerca de 800 pessoas. Na mesma data chega ao Rio, vindo de Brasília, o Chefe de Operações de Campo da SUCAM, Paulo Barbosa, especialmente enviado para coordenar o combate ao *Aedes aegypti*. Com ele chegava a promessa de que, no máximo dentro de um mês, o índice de infestação seria reduzido para 3%, em média.²³

O agravamento da crise

No dia 10 de maio, o pânico já havia tomado conta da cidade. A Secretaria Municipal de Saúde informara que o Rio estava com 1.250 casos de

dengue, que se espalhavam por 16 bairros. As pessoas corriam ao Serviço de Saúde dos Portos para se vacinarem contra a febre amarela. Dezenas de cartazes colocados na entrada do prédio, procurando tranquilizar as pessoas, eram ignorados por quem chegava. Todos preferiam enfrentar a longa fila para serem vacinados. O Diretor da Divisão Sanitária dos Portos, Luis Carlos Vanderley de Lima acusava o ex-Secretário de Saúde, Eduardo Costa, de alarmar a população com fins puramente políticos, enquanto o Chefe do Serviço de Saúde dos Portos, Gilson Prego, lamentava que não houvesse entendimento entre os órgãos estaduais e federais no combate ao mosquito.

No dia 13 de maio a SUCAM, através de seu Diretor da Divisão de Febre Amarela, Antônio Carlos Rodopiano, negava qualquer possibilidade de um surto de febre amarela ocorrer, naquele momento, no Rio de Janeiro, atribuindo a grande procura pela vacinação na Saúde dos Portos ao resultado das informações destituídas de qualquer fundamento divulgadas pelo ex-secretário Eduardo Costa: – “As pessoas ficam alarmadas com denúncias de suspeita de febre amarela, mas não há uma única constatação. As declarações de Eduardo Costa foram infelizes e contribuíram para deixar as pessoas apavoradas.”

Novos atores entram em cena. O Presidente da Comlurb - Companhia de Limpeza Urbana, um dos órgãos responsáveis pelo combate ao mosquito, atacava o Governo Federal. Segundo Manoel Sanchez, por uma decisão política de não liberar recursos, o Governo Federal havia inviabilizado a proposta de trabalho conjunto entre a SUCAM e a FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, para combater o mosquito por via aérea. Ele explicou que a SUCAM argumentava que esse tipo de método era ineficiente, pois o produto químico utilizado não penetraria nas residências. Para Sanchez, no entanto, isso não procedia, uma vez que a Organização Mundial de Saúde (OMS), tomando como exemplos as ações em Cuba e na Colômbia, considerava esse sistema o mais eficiente, sobretudo quando associado à utilização dos carros “fumacê”. Esclareceu, ainda, que o combate ao *Aedes aegypti* era exclusivamente de competência da SUCAM, única que podia atuar com poder

de polícia. O mesmo já não ocorria com a empresa: "A Comlurb não combate o mosquito porque não tem poder de polícia, ou seja, não pode entrar em residências. Existem casos em que as pessoas não querem deixar entrar e não se pode fazer nada", explicava ele.²⁴

No mesmo dia, a Folha de S. Paulo voltava a denunciar o Estado do Rio de Janeiro, alardeando que, desde que assumira o poder, em 1983, o governo tinha conhecimento dos riscos de uma epidemia de dengue e febre amarela, conforme comprovavam documentos internos do Ministério da Saúde. Esses documentos se referiam a um programa de erradicação do mosquito, "Plano de Ação contra o *Aedes aegypti* na cidade do Rio de Janeiro", que não havia saído do papel. Pelas informações do Ministério, as propostas tinham sido discutidas com a Secretaria de Saúde do Estado, que teria ficado responsável pela execução de grande parte do Plano. Mas até o dia 19 de março de 1986, nada havia sido feito. O médico Antônio Carlos Rodopiano, Diretor da Divisão de Febre Amarela da SUCAM, afirmava ter encaminhado ao Superintendente do órgão, Pelágio Parigot, um documento cobrando uma definição sobre o assunto. Em fins de fevereiro, quando isto ocorreu, a dengue já havia chegado ao Rio, supostamente trazida da América Central.²⁵

Eduardo Costa rebateu as acusações feitas ao governo estadual, negando que tivesse conhecimento de qualquer "Plano de ação contra o *Aedes aegypti* na cidade do Rio de Janeiro" elaborado pela SUCAM, no início de março de 1983. Negou, também, que a questão tivesse sido discutida em reuniões com a Secretaria de Estado. Segundo ele, a SUCAM era responsável pelo levantamento dos focos do mosquito, ataque às larvas e aos insetos adultos e controle da expansão do vetor, além de informar as autoridades estaduais competentes sobre os locais onde houvesse infestação. Já a Secretaria de Saúde era responsável pela vigilância sobre a existência de casos, que seriam comunicados à SUCAM, além de colocar à disposição do órgão federal, todos os recursos de combate ao mosquito disponíveis na Companhia de Limpeza Urbana e na Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente. Uma vez mais, no entanto, não houve acordo entre os dois órgãos.

Defendendo-se das acusações, o Diretor Regional da SUCAM, Pelágio Parigot de Souza, afirmou que o plano elaborado pelo órgão em 1983 não foi cumprido porque o governo federal, de 1980 a 1985, não destinou recursos para o trabalho: "Não tínhamos máquinas para o serviço, que era feito de forma artesanal por 400 funcionários; e precisávamos de pelo menos mil pessoas. Se isso tivesse sido feito, o mosquito estaria erradicado no Rio". De acordo com suas declarações, a SUCAM havia preparado diversos planos, "mas os recursos ficaram emperrados na Secretaria de Planejamento".

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, na mesma data, Amílcar Vianna Martins, médico e pesquisador do Instituto de Ciências Biológicas, da UFMG, e do Centro de Pesquisas René Rachou, do Ministério da Saúde, responsabilizava os governos militares pelo reaparecimento do *Aedes aegypti* nos meios urbanos. Para Amílcar Vianna, "os governos militares passaram todos aqueles anos combatendo subversivos e guerrilheiros, sem saber que a verdadeira ameaça à segurança nacional é a volta de doenças como a Febre Amarela". Para ele, o reaparecimento do mosquito era preocupante, porque, além de difícil combate, ele se reproduzia muito facilmente. E para dar uma idéia da dificuldade que seria combatê-lo, o médico e pesquisador fez uma comparação: "Em 1909, quando Oswaldo Cruz conseguiu erradicar o *Aedes aegypti* no Rio de Janeiro, a população da cidade era de aproximadamente 700 mil habitantes, e ele usou então 5 mil guardas. Hoje, a população do Rio é de 7 milhões e existem 500 guardas".²⁶

A crise ia se ampliando e representantes de outras instituições e arenas políticas iam sendo chamados a intervir no processo. O Comandante Militar do Leste, General Brum Negreiros, anunciava que, como "num esforço de guerra", o Exército entraria na batalha contra a doença, usando, em vez de armas convencionais, conhecimentos de saúde pública e inseticidas. Assim, 1.400 homens passariam a combater o mosquito no Rio de Janeiro, sob a coordenação da SUCAM e do 1º Exército, durante 45 dias.²⁷

Também a Igreja se manifestou. Diante da falta de pessoal para combater o transmissor do dengue e da febre amarela, o Presidente da Comis-

são de Justiça e Paz, da Diocese de Nova Iguaçu, Sada Davi, anunciou que poderia convocar, imediatamente, mil pessoas da comunidade para integrarem a frente de *mata-mosquitos*. Sem deixar de reconhecer que esse trabalho cabia ao governo, Sada Davi afirmou, no entanto, que a Igreja não ficaria omissa diante de uma situação que ameaçava a comunidade.

Depois da Igreja e do Exército, chegou a vez das crianças serem convocadas. Mais de um milhão de alunos da rede oficial de ensino participariam de uma mobilização, marcada para o dia 24 de maio - instituído Dia Estadual de Combate à Dengue, quando seriam distribuídos 3 milhões de folhetos com explicações sobre a doença e sobre o combate ao mosquito.²⁸

No dia 15 de maio, como que por uma estranha ironia do destino, a Bayer doou ao Distrito da SUCAM de Nova Iguaçu, 567 litros do produto Folithion, inseticida recomendado pela OMS para o combate ao *Aedes aegypti*. O Folithion era fabricado pela Bayer no distrito de Belford Roxo, em Nova Iguaçu, onde, coincidentemente, surgiram os primeiros casos da doença no Estado.

No dia 16 de maio, o Ministro da Saúde, Roberto Santos, lançou um Plano Nacional de Prevenção da Dengue e da Febre Amarela. O ponto básico deste plano era a municipalização das atividades de combate ao mosquito. Segundo o Ministro, o Presidente José Sarney assegurava que não haveria limites de recursos para o programa. A SUCAM forneceria equipamentos e inseticidas, cabendo aos municípios contratar pessoal e treinar técnicos. Nesse momento, o número de pessoas com dengue no Rio, segundo informação do Departamento de Saúde Pública da Secretaria Municipal de Saúde, já estava em torno de 1.500.²⁹

A epidemia de dengue traz à tona outro problema existente no setor de saúde pública do país: a falta de médicos nos hospitais públicos. No dia 18 de maio³⁰, o Superintendente Regional do INAMPS, João Carlos Serra acusava o Presidente do Sindicato dos Médicos, Roberto Chabo, de "reacionário", enquanto este último se defendia chamando-o de "oportunista e ambicioso". A dengue havia tornado pública a briga entre Chabo e Serra. A Previdência Social, com o apoio parcial das associações de funcio-

nários e entidades comunitárias, responsabilizava a classe médica e suas entidades como um dos principais entraves à melhoria do atendimento médico. No ano anterior, João Carlos Serra prometera colocar o nome e o horário de trabalho de cada médico nos ambulatórios, para que a comunidade pudesse melhor controlá-los e recebeu como resposta um telegrama do Conselho Regional de Medicina, acusando-o de querer indispor a classe com a opinião pública.

“Veio a Nova República e os médicos continuam agindo como se nada houvesse ocorrido. Querem manter seus privilégios e nos chamam de autoritários quando nos dispomos a agir”, protestou João Carlos Serra. O fato é que faltavam médicos no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, único do INAMPS na Baixada, área onde se concentrava a epidemia de dengue. Mais de 300 médicos concursados, conseguiram sair do Hospital, quase todos com apadrinhamento político. Muitos foram trabalhar em hospitais na Zona Sul, como os da Lagoa, Ipanema ou dos Servidores, mais próximos de suas casas, e onde havia, como constatou a Superintendência do INAMPS, excesso de médicos. João Carlos Serra criticou a atitude dos médicos e de suas entidades, “que agem corporativamente, sempre na defensiva, e nos acusando do mesmo autoritarismo que viam na Velha República. O médico é um servidor do povo e sua função é, por natureza, eminentemente social. Ele não pode se fechar numa mentalidade corporativa, reacionária, simplesmente por conveniência pessoal”. Para o Presidente do Sindicato dos Médicos, Roberto Chabo, a atitude de Serra foi oportunista, pois este só levantara essas questões naquele momento, e não na época em que era Presidente do Sindicato. Com relação a Nova Iguaçu, Chabo garantiu que o sindicato não era contra a relocação, mas sim contra “a maneira sumária com que a Superintendência quis fazê-la”.

No dia 20 de maio, Eduardo Costa anunciava que a falta de apoio do Governo Federal já havia sido superada, pois, “questões relativas à saúde estão acima de divergências políticas”. Mas apesar da liberação de verbas pelo Presidente Sarney, a SUCAM ainda estava desparelhada, sem recursos materiais ou de pessoal e, até aquele momento, não havia

apresentado um esquema efetivo de combate ao mosquito.³¹ Um dia após essa notícia, a Folha de S. Paulo, divulgava novas acusações. Dessa vez feitas pelo professor de Medicina Preventiva da Faculdade de Ciências de Saúde, da Universidade de Brasília, e médico sanitário, José Taquarassu Fiúza Lima, que estivera no comando da SUCAM de novembro de 1979 a julho de 1985, justamente no período em que pipocaram no país, 78 focos do mosquito *Aedes aegypti*. Fiúza Lima falou dos dois programas que fez para combater o mosquito. Um deles não foi aprovado pelo então Ministro do Planejamento, Delfim Neto; o outro recebeu recursos, já no Governo Sarney, mas os resultados de sua aplicação não foram conhecidos. O sanitário deixou o Ministério da Saúde, alegando discordar das “indicações única e exclusivamente políticas” para os cargos técnicos da SUCAM, e na época em que esteve à frente do órgão, demitira o atual Diretor da Divisão de Febre Amarela, Antonio Carlos Rodopiano, “por não ter condições de levar o programa à frente, devido à falta de competência”.³²

No dia 28 de maio, a revista IstoÉ, trazia na capa a foto de um carro fazendo pulverização contra o mosquito *Aedes aegypti* em Guarulhos, Grande São Paulo. A epidemia de dengue que assolava o Rio de Janeiro havia chegado lá. Neste momento, todo o país se junta em um Plano Nacional de Emergência de Combate ao *Aedes aegypti*. O Presidente da FIOCRUZ, Sérgio Arouca, declara que o Brasil não se livraria das epidemias, enquanto não fosse feita uma “reforma sanitária” que desse prioridade à prevenção de doenças, ao invés de enfatizar o atendimento hospitalar e curativo. Criticou, ainda, o modo irregular como estavam sendo distribuídos os médicos e os recursos pelas regiões do país e a atual mercantilização da medicina, visando a obtenção de lucros.

Na esteira maligna da dengue o Brasil redescobria o rastro de uma dura realidade: reapareciam, em quase todo o país, as doenças infecto-contagiosas que todos consideravam “coisas do passado”. Os dados indicavam que a incidência dessas doenças vinha aumentando a cada ano. A malária, por exemplo, havia saltado vertiginosamente de 88.630 pessoas atingidas em 1976 para 399.462, em 1985. A esquistossomose, a lepra, a

leishmaniose e o tracoma, também haviam disparado, colocando diante de todos o quadro em que se encontrava a saúde pública no Brasil.³³

Nessa época alguns médicos começaram a criticar os efeitos do inseticida Malathion, borrifado pelos “carros fumacê”. Em uma reportagem do dia 6 de junho, o Diretor Regional da SUCAM, Pelágio Parigot, negou que o inseticida utilizado no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, pudesse provocar aplasia medular, hipótese levantada pela Secretaria Estadual de Saúde, ou que tenha qualquer outro efeito nocivo sobre a população. Indignado com as críticas feitas pela médica May Irim, da Secretaria Estadual, Parigot refutou a acusação de que a SUCAM estaria envenenando a população, depois de lembrar que o inseticida era usado, há anos, com aprovação da Organização Mundial de Saúde. Para Pelágio Parigot, as dúvidas lançadas pela Secretaria Estadual de Saúde, só serviam para atemorizar a população e prejudicar o trabalho do órgão.³⁴

Quase dois meses depois de constatada a epidemia, surge um dado novo. Foram encontrados em Itaguaí, a 70 km do centro do Rio, e em Viçosa, Minas Gerais, focos do mosquito *Aedes albopictus*, também conhecido como “tigre asiático”. A notícia aumentou a preocupação das autoridades sanitárias brasileiras, contribuindo, ainda mais, para o agravamento da crise. O mosquito transmissor da dengue no sudeste asiático, nunca havia sido encontrado no Brasil. Encontrá-lo, naquele momento, tornava ainda mais evidentes as falhas no sistema de vigilância sanitária.

Pausa para respirar: a trégua

A partir de meados de julho, as notícias sobre a doença começavam a tomar um novo rumo. Tudo indicava que a crise começava a ceder. Um clima de otimismo passou a tomar conta das autoridades sanitárias. No dia 15 de julho, o Diretor Regional da SUCAM anunciava nos jornais que, dentro de 90 dias, não haveria mais transmissão de dengue no Rio de Janeiro. Os índices de ocorrência haviam baixado muito e representavam, naquele momento, não mais que 30% do total de casos ocorridos nos meses em que atingira seu pico. Mas reconhecia que mesmo com o fim da

transmissão, o mosquito continuaria a existir durante alguns anos, afirmando que para sua total erradicação, seria necessário um esforço continental.³⁵ O *tigre asiático* não havia mais sido encontrado em nenhum outro lugar do Estado, à exceção de Itaguaí, e quanto ao *Aedes aegypti*, Pelágio Parigot se mostrava entusiasmado, já que a epidemia de dengue estava em franco declínio, graças, a seu ver, às medidas tomadas pela SUCAM.³⁶ No dia 26 de julho, os números indicavam uma redução de mais de 100% nos casos registrados, em relação a semana anterior. A Diretora do Departamento de Epidemiologia, da Secretaria Estadual de Saúde, Maria Augusta Machado, admitiu que a campanha de combate ao mosquito estava começando a dar resultados, mas ressaltava que o clima frio também estava contribuindo para a diminuição dos casos.³⁷

Em matéria do dia 29 de julho, o jornal O Globo trazia um balanço do pesadelo em que havia se transformado o ano de 1986. Tirava, de certa forma, uma espécie de "lição das coisas". Chamava a atenção para o fato de que, com o aparecimento da dengue e, com ele, o *fantasma da febre amarela*, a população voltava a conviver com um sentimento há muito adormecido: o medo das grandes epidemias que haviam marcado tão profundamente o imaginário da população da *cidade maravilhosa*. Num pequeno histórico, discorria sobre a gravidade do grande flagelo que assolara o Rio de Janeiro em séculos passados e sobre o impacto que tivera nos hábitos da população. Além disso, fazia referências à Oswaldo Cruz e à sua sistemática perseguição ao *Aedes aegypti*, atribuindo a volta do mosquito ao esquecimento das regras básicas de saúde pública que ele havia implementado naquela época e deixado como herança.³⁸

No dia 5 de setembro, em entrevista ao jornal O Globo³⁹, o Ministro da Saúde, Roberto Santos, anuncia o fim da dengue no Rio. Garante que a epidemia havia acabado em todo o Estado, acrescentando que a vigilância deveria continuar, sendo maior no fim do inverno e começo do verão, quando as condições de proliferação do inseto aumentavam. Mas foi categórico ao descartar a possibilidade de uma nova epidemia. No entanto, a médica Ana Ramalho Ortigão, Diretora do Centro Municipal de Saúde Milton Fontes Magalhães, no Engenho de Dentro, foi mais cau-

telosa. Lembrou que a dengue poderia voltar com o fim do inverno. E, no caso de uma reincidência, a doença poderia ocorrer na sua forma mais grave, a dengue hemorrágica. Naquele momento, porém, pouca ou quase nenhuma atenção foi dada a esse alerta. Todos pareciam respirar aliviados pelo fim do pesadelo.

Com o início do verão, em dezembro, entretanto, a dengue ressurgiu trazendo o risco de uma nova epidemia. O número de casos vinha aumentando, desde outubro, e apesar da preocupação da população e de algumas autoridades, o Diretor Regional da SUCAM, Pelágio Parigot de Souza, afirmava ser pouco provável um novo surto da doença, já que as áreas que apresentavam novos focos estavam sendo trabalhadas. Com o mesmo otimismo estava o sanitarista Antônio Carlos Marasciulo, do Departamento Geral de Epidemiologia e Controle de Doenças, da Secretaria Estadual de Saúde. Para ele não havia propriamente uma epidemia e sim “focos” ou “surtos localizados” da doença.

Já o epidemiologista Álvaro Matida, da Secretaria Estadual de Saúde, não se mostrava tão seguro e afirmava haver grande ameaça de recrudescimento da dengue no Estado. Do seu ponto de vista, o combate ao mosquito realizado no último verão fora deficiente, pois voltara-se contra o inseto e não contra a larva e seus focos de procriação.⁴⁰

O entusiasmo das primeiras declarações começou a diminuir diante do efetivo aumento no número de ocorrências registradas no mês de novembro e na primeira semana de dezembro, num total de 291 casos, em 56 bairros do Rio.⁴¹ No dia 12 de dezembro, o Diretor Regional da SUCAM começou a admitir o aumento de casos, reconhecendo que a dengue não havia desaparecido totalmente da cidade: “ela foi controlada, mas ficaram focos residuais que agora estão reaparecendo, com o calor”. Comentou, entretanto, que aquele momento não poderia ser comparado aos meses de junho e agosto, quando mais de 80 bairros haviam sido atingidos, em grandes proporções. Também o Ministro da Saúde, Roberto Santos, disse

que já era previsto o aumento do número de casos, pois a temperatura, naquela época do ano, era propícia à procriação do mosquito. Mas afirmava que, “uma nova epidemia seria surpresa” e considerava remota a possibilidade de haver casos de dengue hemorrágica.⁴²

Contudo, as estatísticas indicavam o contrário. Na primeira semana de dezembro, o número de casos notificados já havia aumentado para 133. Dos 52 municípios fluminenses, onde foram feitos levantamentos de focos de mosquito por equipes da SUCAM, 49 tiveram resultados positivos, com a constatação da presença do *Aedes aegypti* ou do *Aedes albopictus*.⁴³ “De semana em semana, os casos de dengue no Rio vêm triplicando. Este ritmo acelerado é preocupante e, se persistir, em curto espaço de tempo poderemos ter novo surto epidêmico”, alertava, já não tão tranquilo, o representante do Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde, Antônio Carlos Marasciulo.

Para o então Presidente do INAMPS - Instituto Nacional de Previdência Social, Hésio Cordeiro, apesar do controle, a incidência da doença no Rio já representava a fase inicial de uma outra epidemia, apontando os motivos para que isso tivesse acontecido. Segundo ele, houve duas falhas na ação de todas as instituições ligadas à campanha: falta de uma coordenação entre os vários órgãos dos governos federal, estadual e municipal e pouca infra-estrutura de pessoal, transporte, equipamentos e até inexistência em relação à dimensão do problema. No dia 11 de dezembro, o jornal O Globo, numa pequena nota intitulada “Surpresa”, comentava:

Há menos de uma semana, o Ministro da Saúde afirmava que a descoberta de uma epidemia de dengue no Rio de Janeiro seria uma surpresa. Curiosa declaração: uma das funções das autoridades sanitárias é precisamente não se deixar surpreender. Ou seja, manter mecanismos de informação e controle que lhes permitam prever a capacidade de disseminação de uma doença.⁴⁴

Segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, até o dia 20 de novembro, haviam sido registrados 31 mil casos de dengue no Rio. Mesmo as-

sim, as autoridades afirmavam que a situação ainda não era alarmante. Um mês depois, no dia 19 de dezembro, a SUCAM já considerava os casos de dengue na cidade um novo surto. No dia 25 de dezembro, o Presidente do INAMPS, Hésio Cordeiro, declarou que no segundo semestre de 86 teria havido “um aumento de 200% nos casos, em comparação aos registrados em junho”. Mas, buscando tranquilizar a população, na véspera de Natal, garantiu que a campanha de combate ao mosquito seria intensificada no mês de Janeiro, tanto no Rio quanto nos municípios da Baixada Fluminense.⁴⁵

Analizando o drama

A antropologia social inglesa reservou um lugar próprio para os estudos desenvolvidos pelo grupo liderado por Max Gluckman, em Manchester. Com ele, a vertente sociológica identificada, sobretudo, com os trabalhos de Radcliffe-Brown, atingirá o requinte de uma antropologia política, propriamente dita. Os trabalhos realizados sob sua orientação, e publicados a partir dos anos 50, vão conferir-lhe o necessário reconhecimento como chefe de escola. Além de africanista renomado, Gluckman será referência básica para quem pretende uma apreensão conseqüente da dinâmica dos processos sociais. Mas, no que diz respeito a ênfase sobre os estudos de ritual, foram seus alunos Clyde Mitchel (1956) e Victor Turner (1957) que melhor desempenharam a tarefa, superando mesmo o próprio autor do pioneiro “Análise de uma Situação Social na Zululândia”, publicado em 1940.

Para Max Gluckmann “as situações sociais constituem uma grande parte da matéria prima do antropólogo, pois são os eventos que observa”.⁴⁶ Mas acrescentará, depois de *Kalela Dance* e *Schism and Continuity*, que, “se pretendemos penetrar mais profundamente no processo real pelo qual pessoas e grupos convivem com um sistema social, sob uma cultura, temos que utilizar uma série de casos conexos ocorrentes dentro da mesma área da vida social”, ou seja, a análise do caso extenso (*extended-case method*) e de dramas sociais (*social dramas*).⁴⁷

Segundo Victor Turner, *drama social* é o conflito que, com extensão e intensidades variáveis, opõe pessoas ou grupos, no seio de uma totalidade. É um conflito em que as partes invocam, seja a lealdade a princípios diferentes, seja uma regra comum de cuja violação uma delas é acusada pela outra, seja, ainda, o direito a posições de autoridade ou privilégio estabelecidos na lei ou no costume.⁴⁸ O modelo dos quatro estágios do *drama social* adotado por Turner pode ser considerado uma de suas mais valiosas contribuições à compreensão do paradigma dramatúrgico enquanto perspectiva teórica. Tal modelo pode ser definido da seguinte maneira:

Na sua simplicidade, o drama consiste em um modelo de quatro estágios, procedendo da ruptura de alguma relação vista como crucial no grupo em questão, relação que lhe fornece não só o seu contexto (*setting*), mas também muitos de seus objetivos, através de uma fase de rápida ampliação da crise na direção da mais importante linha dicotômica de clivagem do grupo, para a aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito, no campo da ação. O estágio final é a expressão pública e simbólica da reconciliação ou do rompimento irremediável.⁴⁹

Ao adotar essa perspectiva com relação a apreensão da vida social somos, necessariamente, levados a considerar como unidades de análise, não somente a ação social mas, sobretudo, determinados momentos da vida em sociedade, nos quais podemos identificar uma clara oposição de interesses entre grupos e indivíduos. São esses momentos, em que a vida social parece ganhar uma dinâmica e uma intensidade próprias, e que podem ser tomados como “unidades isoláveis e detalhadamente descritíveis do processo social”⁵⁰, que vemos surgir tanto nas análises de situações sociais (Gluckman), quanto nas etnografias de dramas sociais e processos rituais (Turner).

Desse ponto de vista, eles devem ser tomados como momentos privilegiados da apreensão etnográfica, por serem capazes de evidenciar a for-

ma e o perfil processual que marcam os sistemas sociais em sua totalidade, delineando não só valores estruturais de uma dada cultura, como também seus modos de atualização e hierarquização. Assim, a vida social, em seu caráter essencialmente dinâmico, surge, ao mesmo tempo, como produtora e produto do tempo. Como “movimento tanto quanto a estrutura, a persistência tanto quanto a mudança, na verdade, a persistência como um aspecto marcante da mudança”.⁵¹

Foi essa a perspectiva adotada com relação à série de eventos divulgados pelo noticiário jornalístico sobre a epidemia de dengue e a presença do *Aedes aegypti* no Rio de Janeiro, em 1986. Os acontecimentos divulgados na imprensa, a partir de então, contêm todos aqueles ingredientes estabelecidos por Turner em sua antropologia política. Como poderia o mosquito, depois de tanto trabalho para combatê-lo e há tanto tempo erradicado, ter reaparecido? Onde estaria o erro e o que fazer para repará-lo? De quem seria a responsabilidade pelo que acontecera?

Configurava-se assim um processo dramático. E são nesses momentos da vida social, em que as identidades se encarnam e as razões se explicitam, que se torna possível apreender, de forma privilegiada, o conjunto dos atores sociais envolvidos nesse processo e seus respectivos partidos diante da situação. O drama envolve, necessariamente, a disputa, o conflito entre partes antagonicas, a alocação de responsabilidades.⁵² Aos poucos, na imprensa, iam aparecendo esses atores, com suas respectivas posições. Desse modo, foi se evidenciando como cada qual escolhia o seu adversário e edificava sua própria teoria sobre a natureza dos fatos e sobre a conjuntura.

O que se constatava através das notícias divulgadas nos jornais era, na verdade, uma sucessão de eventos dramáticos. Primeiro, o aparecimento de uma doença desconhecida na Baixada Fluminense, que, depois de quase um mês de hesitação das autoridades sanitárias do Estado, acabou sendo confirmada oficialmente como a dengue. Depois, as implicações que tal constatação trazia. O mosquito transmissor da doença era o mesmo que, em séculos passados, transmitira a febre amarela e havia dizimado milhares de pessoas. A população começa então a se mobilizar. E diante de

tudo isso, os responsáveis pelos serviços de saúde pública e especialistas no assunto não se entendiam a respeito das medidas a serem adotadas, trocando acusações e transferindo a responsabilidade a outras instâncias.

Tomados em seu conjunto, podemos identificar nesses episódios as várias fases do *drama social*, adotadas por Turner. O drama começa com um evento extraordinário que ameaça romper as relações reguladas pela norma. Misteriosa e ameaçadora doença começa a fustigar moradores de uma localidade em Nova Iguaçu. Que infortúnio teria se abatido sobre aquela gente? A doença começa a se espalhar e rapidamente um grande número de pessoas é atingido. Iniciam-se os esforços para a descoberta de sua origem. Qual seria o agente causador? As suspeitas recaem sobre a dengue, uma "espécie de febre hemorrágica viral", segundo a descrição dos especialistas. A confirmação do diagnóstico, tornará a causa do malefício conhecida: o *Aedes aegypti*.

Entretanto, o fato de se tornar conhecido o agente, não diminui a aflição experimentada pelo grupo. Tomar conhecimento do mal que os aflige torna imperioso combatê-lo. E é exatamente no momento em que todos se empenham na luta contra o mosquito que surge o agravamento da crise. O conflito sai então de um campo restrito de interação, e ultrapassa o limite local. Finalmente o *Aedes* chega à Zona Sul da cidade e, além disso, registra-se sua presença em outros estados do país. Assustada, a população começa a dar sinais de pânico. E da autoridade sanitária exige-se um posicionamento a respeito.

A partir da crise desencadeada pela epidemia de dengue, começam a se repassar as linhas de força que estruturam o campo das políticas públicas na área de saúde no Brasil. Nesse campo, a discussão em torno da centralização/descentralização ocupa uma posição estratégica. Também as divergências no que diz respeito aos métodos de combate e/ou controle da epidemia ocupam um lugar importante no debate. Outro eixo estrutural definido pela situação é a oposição clínicos/sanitaristas, que vem à tona a partir da briga entre o presidente do Sindicato dos Médicos, Roberto Chabo, e o Superintendente do INAMPS, João Carlos Serra. Enfim, o processo de alocação das responsabilidades desflagrado com a crise acen-

tua o conflito. Tem início uma série de acusações e disputas entre os governos federal, estadual e municipal, entre o atual governo e o(s) governo(s) passado(s), além dos conflitos internos que dizem respeito a cada uma dessas instâncias.

Mas, acima de tudo, é preciso agir no sentido de restabelecer a norma. Assim, comissões são criadas, planos emergenciais são elaborados, recursos obtidos, mobilizações em massa são feitas. Mecanismos de ajuste, formais e informais são aplicados na tentativa de reparar o erro. E a aplicação desses mecanismos de ajuste vai desembocar no desempenho público de uma espécie de *ritual* que consiste, mais precisamente, nas formas de combate ao mosquito. Nesse embate, o *Aedes* será o grande vilão da história, o bode expiatório em torno do qual estarão engajados os representantes das várias arenas políticas convocadas para a luta. Instruções minuciosas são distribuídas visando orientar a correta execução de todas as fases de realização desse rito, garantindo sua eficácia. O rito torna-se, finalmente, coletivo e tem-se, então, a expressão pública e simbólica da reconciliação entre as partes envolvidas no conflito, com a reconstituição, ao menos temporária, do tecido social esgarçado. O drama, que havia se iniciado em abril, parecia caminhar na direção de um desfecho satisfatório. Em meados de julho, o Ministro da Saúde vem a público anunciar o fim da dengue no Rio. Todos parecem respirar aliviados. Faz-se uma trégua, e aos poucos a cidade vai voltando à sua normalidade.

Mas, infelizmente, o *drama* vivido pela população do Rio de Janeiro no verão de 1986 seria o primeiro de muitos outros que ela viveria. As epidemias voltariam a se repetir nos anos seguintes, com um grau de gravidade e extensão cada vez maiores. Só para se ter uma idéia, pelos índices oficiais, em 1987 ocorreram 59.355 casos no município do Rio, ainda sem nenhuma morte. Esses números aumentariam em 1991, ano do grande surto, quando ocorreram 59.891 casos, com 24 mortes. Em 2001, o número de casos passaria para 67.605, com 12 mortes.⁵³

Em 2002, essa situação se tornaria ainda mais alarmante. De acordo com os dados oficiais da Secretaria Estadual de Saúde divulgados no Jor-

nal do Brasil de 29 de março, os dois primeiros meses do ano já totalizariam 129.920 casos notificados em todo o estado, com 1.271 casos de dengue hemorrágica e 47 mortes. Só no município do Rio, o número de casos chega a 61.211, dos quais 453 do tipo hemorrágico, com 29 mortes⁵⁴. Com o longo período de estiagem em março, percebe-se uma queda nos números da doença. Mas o real controle da situação parece ainda longe de ser alcançado.

Notas

* Este artigo trata de uma das questões desenvolvidas em minha dissertação de Mestrado. Ver Cunha, 1998. Agradeço as sugestões e críticas do Prof. Dr. Marco Antônio da Silva Meilo.

1. Cf. Rollet e Souriac, 1974: 935-965.

2. Cf. Soumia e Ruffie, 1986:79.

3. *Idem, ibidem*, p. 115.

4. *Idem, ibidem*, p. 164.

5. O Major William Gorgas foi o responsável pela estruturação e execução da campanha de combate à febre amarela em Cuba, após oficialmente apresentados, em fevereiro de 1901, os resultados das experiências realizadas pela Comissão de Saúde do exército americano enviada àquele país em junho de 1900, e composta pelos médicos Walter Reed, James Carrol, Jesse Lazear e Aristides Agramonte, que confirmaram a teoria do médico cubano Juan Carlos Finlay sobre a forma de transmissão da doença através do mosquito *Aedes aegypti*.

6. "Doença estranha em Belford Roxo pode ser causada por gás" / Jornal do Brasil.

7. "Estranha doença atinge mais de mil pessoas no Rio" / Clichê: Cidades, Folha de S. Paulo, 19/04/86.

8. "No Rio, surto de Dengue ainda não atingiu seu pico" / Folha de S. Paulo, 24/04/86.

9. "Já existe suspeita de Dengue em duas áreas do Rio" / O Globo, 26/04/86.

10. "Epidemia de Dengue se alastra e pode atingir São Paulo" / Folha de S. Paulo, 26/04/86.

11. "Já existe suspeita de dengue em duas áreas do Rio" / O Globo, 26/04/86.

12. "Secretário diz que a doença já está se alastrando" / clichê: Grande Rio, O Globo, 27/04/86.

13. "Governo do Estado teme epidemia de Febre Amarela" / clichê: Grande Rio, O Globo, 28/04/86.

14. "Nova Iguaçu tem caso de suspeita de febre amarela" / O Globo, 29/04/86.

15. "Nova Iguaçu tem caso de suspeita de febre amarela" / O Globo, 29/04/86.

16. "Ministro propõe em Genebra combate ao *Aedes aegypti*" / O Globo, 04/05/86.

17. "Sucam espera acabar com dengue na Baixada em 60 dias", O Globo, 06/05/86.

18. "A dengue chega à Zona Sul do Rio de Janeiro e ameaça atingir 1 milhão de cariocas" / IstoÉ 07/05/86.

19. Revista Veja, 07/05/86.

20. Revista Veja, 07/05/86.

21. Revista Veja, 07/05/86.

22. "Médicos suspeitam de que há reincidência da Dengue" / O Globo, 07/05/86.
23. "Pesquisadores servem de 'isca' para capturar aedes" / O Globo, 09/05/86.
24. "Exército treina 1.300 soldados para combater Dengue" / Jornal do Brasil, 13/05/86.
25. "Governo do Rio foi alertado para epidemia há três anos" / Folha de S. Paulo, 13/05/86.
26. "Diocese oferece mil pessoas para combater o mosquito" / Jornal do Brasil, 14/05/86.
27. "Exército se arma com inseticidas" / O Globo, 14/05/86.
28. "Diocese oferece mil pessoas para combater o mosquito" / Jornal do Brasil, 14/05/86.
29. "Plano Nacional municipalizará combate ao mosquito" / O Globo, 16/05/86.
30. "Dengue acirra briga de Chabo com Serra" / Jornal do Brasil, 18/05/86.
31. "Dia de combate à dengue terá 1 milhão de pessoas em ação" / Jornal do Brasil, 20/05/86.
32. "Médico diz que Delfim negou verba para combater Aedes" / Folha de S. Paulo, 21/05/86.
33. Revista IstoÉ, 28/05/86.
34. "SUCAM nega que produto faz mal" / Jornal do Brasil, 06/06/86.
35. "Rio terá fim da dengue em três meses" / O Globo, 15/07/86.
36. "Epidemia de Dengue não assusta mais a população" / O Globo, 22/07/86.
37. "Casos de dengue diminuem 100%" / Última Hora, 26/07/86.
38. "Da Febre Amarela ao Dengue, as epidemias no Rio" / O Globo, 29/07/86.
39. "Roberto Santos anuncia fim da dengue no Rio" / O Globo, 05/09/86.
40. "Dengue ressurgiu e há perigo de uma nova epidemia" / O Globo, 3/12/86.
41. "Rio tem 291 casos de dengue em 56 bairros" / O Globo, 10/12/86.
42. "Ministro não acredita em epidemia de dengue" / O Globo, 11/12/86.
43. "Sucam encontra mosquitos da dengue em 49 municípios" / O Globo, 16/12/86.
44. "Sucam considera que Rio vive um surto epidêmico de dengue" / O Globo, 19/12/86.
45. "Combate ao Aedes aegypti vai ser intensificado no Rio de Janeiro" / O Globo, 25/12/86.
46. Cf. Gluckman, 1987:228.
47. Cf. Gluckman, 1961.
48. Cf. Turner, 1957.
49. Cf. Turner, 1974:78-79.
50. Cf. Turner, 1974:33.
51. Cf. Turner, 1974:32 *apud* Mello, 1995:44
52. Cf. Mello, 1995:170.
53. Índices da Secretaria Municipal de Saúde, divulgados no noticiário RJ TV- Rede Globo, em 01-02-2002.
54. Jornal do Brasil, 29-03-2002.

Referências bibliográficas

- CUNHA, Neiva Vieira da. *Os Empalados: um estudo de memória social e reconstrução de trajetórias em um grupo de velhos militantes do sanitarismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1998, 127pp.
- GLUCKMAN, Max. A análise de uma situação social na Zululândia mo-

- derna. In: *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 227-344.
- GLUCKMAN, Max. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: GUIMARÃES, Alba Z., *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 63-76.
- MELLO, Marco Antônio da Silva. *Prua de Zacarias: contribuição à etnografia e história ambiental do litoral fluminense - Maricá / RJ*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1995, 429 pp.
- ROLLET, C. & SOURIAU, A. Epidemics et Mentalités: le choléra de 1832 en Seine-et-Oise. In: *Annales - Économie, Sociétés, Civilizations*, 29^e année, n° 4, Paris: Armand Colin, 1974, p. 935-965.
- RUFFIE, J. & SURNIA, J. C. *As epidemias na história do homem*. Lisboa: Edições 70, 1986, 245 pp.
- TURNER, Victor. *Schism and Continuity in an African Society. A Study of Ndembu Village Life*. Manchester: Manchester University Press, 1957, 348 pp.
- TURNER, Victor. *O processo ritual - estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974, 247 pp.

Periódicos

- *Jornal do Brasil*: 1986, 2002
- *O Globo*: 1986
- *O Fluminense*: 1986
- *Folha de S. Paulo*: 1986
- *O Estado de São Paulo*: 1986
- *Última Hora*: 1986
- *Veja*: 1986
- *IstoÉ*: 1986

Resumo

A presença, em meados da década de 80, do *Aedes aegypti* na Baixada Fluminense, o noticiário em torno da epidemia de dengue e suas possíveis complicações, acordam o velho fantasma da reinfestação. Com ele,

vêm à tona antigas querelas em torno do saneamento do Brasil. O debate que se instaura através da imprensa, a partir desse momento, acaba por configurar um autêntico *drama social*. Aos poucos, vão aparecendo no noticiário jornalístico, os atores sociais envolvidos nesse processo, cada qual apontando seus adversários e buscando legitimar sua própria teoria acerca da natureza dos fatos e da conjuntura. O agravamento da crise provoca, na sociedade brasileira, uma aguda reflexividade a respeito da competência do Estado na formulação e implementação de políticas públicas na área da saúde. O foco da discussão é dirigido à questão da reinfestação de vetores, onde o *Aedes aegypti* ocupa um lugar central.

Palavras-chave

Drama social, memória urbana, políticas públicas, dengue, febre amarela.

Résumé

La présence, au milieu des années 80, de *Aedes aegypti* dans la Baixada Fluminense, la nouvelle autour de l'épidémie de la dengue et ses possibles complications, réveille le vieux fantôme de la réinfestation. Avec lui, resurgent les anciennes querelles autour de l'assainissement du Brésil. Le débat qui s'installe, à travers de la presse, a partir de ce moment, finit par configurer un authentique *drame social*. Peu à peu apparaissent, dans les nouvelles du journal, les acteurs sociaux impliqués dans ce procès, chacun d'eux condamnant ses adversaires et cherchant à légitimer sa propre théorie sur la nature des faits et de la conjoncture. L'aggravement de la crise provoque, dans la société brésilienne, une réflexibilité aiguë au sujet de la compétence de l'Etat dans la formulation et la mise en place de politiques publiques dans le domaine de la santé. Le centre de discussion est dirigé sur la question de la réinfestation des vecteurs, où l'*Aedes aegypti* joue un rôle central.

Mots-clés

Drame social, mémoire urbaine, politiques publiques, épidémie, dengue, fièvre jaune.

MANEIRISMO: POR UMA NOVA ABORDAGEM*

Aristides Alonso

O estado da arte

O ano da morte de Rafael em 1520 passou a marcar o final do Renascimento. E o surgimento de Rubens em 1620, o início do Barroco na Itália. O século que separa uma época da outra foi durante muito tempo relegado ao esquecimento ou considerado período de produção artística medíocre ou sem importância.

Desde o trabalho de Heinrich Wölfflin (1989: 26-28) que se reconhece que o Barroco representa uma transformação no modelo formal da Renascença. Mas no seio desta transformação, que não se deu abruptamente, manifestou-se também um novo estilo inteiramente distinto dos outros já conhecidos. Por exemplo, a arquitetura da fase inicial da época da Contra-Reforma não pode ser identificada como barroca, assim como também não se pode qualificar de barroca a arte de Pontormo, Rosso, Parmegianino, El Greco e outros. A este estilo "entre" a arte da Renascença e a arte barroca os historiadores das artes deram o nome de *Maneirismo*.

Para pesquisadores como Ernest Robert Curtius, em *Literatura européia e Idade Média latina*, o Maneirismo deve ser considerado manifestação de elemento permanente no espírito ocidental, uma possibilidade independente do tempo:

Separar o maneirismo do século XVII de sua pré-história de dois mil anos c, contrariamente a todos os testemunhos históricos, chamá-lo de produto espontâneo do barroco (espanhol ou alemão) só é possível por ignorância ou sistematismo de pseudo-história da arte. Ambas as coisas costumam fortalecer-se mutuamente (Curtius, 1996: 364).

Para ele, essa “maneira” surgiu certamente muito tempo antes do que aquilo que o movimento que veio a denominar.

Gustav R. Hocke, reafirmando a posição de Curtius, também vê o Maneirismo como possibilidade estilística “independente do tempo” (Hocke, 1974: 226). Para outros, como Arnold Hauser, o Maneirismo é movimento datado, com configuração situada historicamente entre 1520 e 1610. Este choque de propostas se deve primeiramente ao modelo que serve de referência a cada um destes pensadores. Nesta linha de reflexão, Curtius encara o Maneirismo praticamente como estilo sem definição histórica, repetindo-se com regularidade de uma “lei natural” e mantendo sempre a mesma estrutura formal. Hauser, em sua obra hoje clássica *Maneirismo – A crise da Renascença e o surgimento da Arte Moderna*, reconhece o surgimento do Maneirismo em diversos momentos de nossa história cultural e artística, mas para ele sua configuração definitiva só se deu a partir do século XVI, na produção artística da Renascença, em particular nas artes plásticas, embora como estilo de pensamento tenha atingido as principais áreas do conhecimento humano nas ciências, literatura, arquitetura, política e outras formas de arte.

Mas há efetivamente uma necessária exclusão mútua entre estas considerações ou há outra via capaz de articular posições tão binariamente antagônicas?

Wölfflin situa entre 1510 e 1515 “a crista estreita do Renascimento”, o breve período considerado plenamente clássico nas artes. A partir daí começam as tensões, o alargamento das regras, o jogo das cores, a distorção do espaço, o gosto pelo desequilíbrio e pela deformação da composição. É a manifestação do que só muito recentemente ficou destacado como um estilo autônomo. A partir deste ponto começam as divergências sobre como situar o estilo maneirista: deve ser entendido como um fenômeno histórico ou uma invariante estilística na cultura? Quanto a esta questão há duas grandes vertentes críticas mutuamente exclusivas.

A designação de *maneirismo* provém do vocábulo *maniera*, de uso frequente nos tratadistas de arte italiana da segunda metade do século XVI – em Georgio Vasari, por exemplo –, e significa o estilo individual de um

artista, o estilo próprio de uma época ou de uma cultura. Eram também assim chamados os artistas que imitavam a *maniera* de Michelangelo, que foi considerado por F. Würtenberger “pai e criador do movimento maneirista” (Würtenberger, 1963: 6).

Associavam-se a esta imitação a elegância, o requinte e a estilização, elementos comuns na confluência de duas vertentes para o conceito de Maneirismo desde os fins do século XVI: repetição de formas criadas pelos renascentistas e estilização artificiosa e elegante com influências góticas (Weise, 1952: 181-185). Para Hauser, tal entendimento se deu devido à confusão entre *maneirista* e *amaneirado*, pois o “amaneirado” era entendido como elemento convencional, sofisticado e requintado que se repete invariavelmente inclusive em obras maneiristas. Já o “maneirista”, como “tipo psicológico” é, segundo Hauser, “mais vítima de seus nervos do que um filho de seu tempo” (Hauser, 1993: 39). Outra indicação sobre o conceito vem de Eugenio Battisti, para quem a *maniera* identifica-se com *idéia* platônica, e os maneiristas então seriam artistas voltados efetivamente para a dimensão artificial da *mimese* artística, preocupados mais com “suas imagens interiores do que com a *imitação da natureza*” (Battisti, 1960: 220).

Entre os traços mais marcantes do Maneirismo destacados por esses autores acima mencionados podem-se apontar os seguintes: agudeza e inquietação mental, pensamento complexo que se traduz em um conjunto inédito de técnicas, sentimento de instabilidade de todas as coisas, visão do homem como ser em transiência, a surpresa, o abrupto e a rejeição da estabilidade do classicismo. Também são aspectos importantes a substituição de um estilo tectônico por outro atectônico, com planos mutáveis e intercambiáveis onde se alternam realidade e ilusão (como em *Dom Quixote*), o gosto do contraste, do monstruoso, do grotesco e da equivocidade.

Os aspectos anticlassicistas são tão manifestos no Maneirismo que facilmente se cai na tendência a considerá-lo como um epílogo ou apêndice do Classicismo. Segundo Wölfflin, toda fase clássica é necessariamente seguida de uma manifestação barroca. Da mesma forma, há uma

tendência contemporânea a considerar também o Maneirismo como surgindo invariavelmente em condições similares. Para Hauser, pressupostos mais ou menos semelhantes podem ser identificados no fim da Antigüidade clássica, no fim do Gótico e no fim da Renascença (Hauser, 1993: 38).

Outro aspecto importante da questão também é levantada por Hauser ao reconhecer que o Maneirismo atingiu todos os níveis da sociedade renascentista onde, segundo ele, este modelo surgiu. Não como estilo tipicamente artístico, mas como maneira de pensar e agir no mundo em transformação, influenciando todas as áreas do pensamento e das práticas humanas, a cultura enfim. Sua influência se manifesta na obra de artistas como Pontormo, Rosso, Parmegianino, Tintoretto, El Greco e Michelangelo, em pensadores no campo das ciências em processo de constituição, como Copérnico, Galileu e Kepler, na filosofia, como Montaigne e Giordano Bruno, e na política, como Maquiavel, recobrando assim os mais diversos segmentos culturais.

Embora com perspectivas diferentes entre os principais teóricos e críticos, o Maneirismo é freqüentemente considerado traço de união entre Renascença e Barroco e inaugurador do Romantismo e do Modernismo. Desta forma, este estilo apresenta laços de parentesco com vivências de épocas anteriores e, ao mesmo tempo, raízes de manifestações que percorrem os tempos. Trata-se de uma série de manifestações, numa escala de variações e mudanças, conforme as ocasiões e os ambientes onde prosperam. Há insistência, por parte de todos os críticos, em seu caráter afirmativo da espontaneidade contra as regras clássicas preestabelecidas, do sentimento de oposição à razão, do pensamento do indivíduo contra a sociedade. Livre da prisão clássica ortodoxa, qualquer caminho podia ser percorrido, rompendo-se com o modelo acadêmico e buscando a diversidade, o não-acabado e infinito.

Os pesquisadores acima mencionados, entretanto, estão de acordo em apresentar o estilo maneirista como manifestação de uma época de crise, onde à harmonia da arte clássica sucede-se produção artística cuja temática e estrutura formal refletem tensões de toda ordem. O artista rompe com a autoridade das regras e modelos clássicos para obedecer ao "testemu-

inho interior do Espírito”, como afirma Calvino (Batistti, 1960: 233). Desta forma, reconhece-se neste estilo o movimento violento, visionário, rasgador de formas, incandescente e agressivo, ou seja, *maneirista*, se por este termo podemos entender a *maneira* como estilo instaurador de novas formas estéticas.

Uma nova abordagem

A propósito do que ficou acima apresentado, a Nova Psicanálise ou **NOVAMENTE**, aparelho teórico-clínico de tradição freudiana criado no Brasil por MD Magno, pode ser decisivo na consideração do problema acima descrito pois apresenta, a partir de teoria psicanalítica atual, um modelo capaz de compatibilizar as divergências de conceituação em torno da questão do Maneirismo. Este instrumental propõe uma Estética e uma Estilística articuladas a partir da hipótese psicanalítica da Pulsão (Freud). Esta consideração estética não trata especificamente de nenhuma história ou estilística da arte, mas de *modos lógicos de articulação* ou *expressão* em qualquer área do conhecimento e de produção humana. Os momentos artísticos que são estudados nesse projeto, definidos como Classicismo, Barroco ou Maneirismo, podem ser vistos como momentos exemplares dessas articulações ou expressões lógicas, mas estes modos lógicos de expressão não são por eles determinados. Segundo a hipótese do Revirão (MD Magno), modelo proposto para o conceito freudiano de Pulsão, o foco agora recai sobre o modo básico como a expressão mental se organiza, o que resulta necessariamente em manifestações estilísticas, e como isto se expressa em determinados momentos da cultura. Devido à sua abrangência, este aparelho possibilita uma apreensão em conjunto dos estilos vigentes na produção humana em qualquer campo de conhecimento (arte, ciência, filosofia, política, crotismo, religião, etc.).

O importante está em que, a partir da consideração da *mente* na perspectiva inaugurada por Freud e redimensionada por MD Magno, a vocação específica do ser humano é lidar artística e estilisticamente com o que quer que haja, considerando-se que ARTE é hegemônica (enquanto ge-

nérica a partir do radical ART presente em termos como *artifício*, *artífice*, *artificial*, *artefato*, etc.) em todas as criações ou produções humanas. Nesta mesma via, o que se entende por *Cultura* também deverá ser reconsiderado em seu caráter *mimético* e *artificial*, freqüentemente co-naturalizado em imperiosas formas de recalcaamentos e reificações.

Assim sendo, as produções artísticas podem ser entendidas como artefatos, às vezes privilegiados, destas lógicas de expressão. Mas uma grande diferença de concepção se impõe desde o início, pois este modelo de pensamento propõe a consideração de uma *estilística fundamental* como expressão de uma *patologia fundamental* que leva em conta nossa afetação primordial pela sexualidade, segundo a *ontologia sexual* da psicanálise freudiana, que determina o artístico em suas formas de produção ou manifestação. Isto significa dizer que "toda arte emana do sexo" (Magno, 2000: 14), entendendo-se "sexo" segundo o modelo proposto pelo teorema do Revirão. Então é possível pensar uma *Est'Ética da Psicanálise* (Magno [1989], 1992) que considere o *pathos* fundamentalmente sexual que nos anima e seus respectivos estilos de operação, que são nomeados pela Nova Psicanálise como Tanático, Maneiro, Clássico e Barroco.

Neste delincamento estético, há a necessária consideração de uma lógica que leve em conta as seguintes invariáveis presentes na morfologia da *estilística fundamental* anteriormente mencionada:

1. a problematização em torno da noção de universal e seu movimento de constituição que põe radicalmente um *dentro* e um *fora* como necessários, assim como também propõe um eixo em torno do qual giram todos os seus componentes;
2. o movimento inverso que põe *incompletude* radical, ponto de fuga para o infinito;
3. a *unilateralidade* entre interior e exterior, na consideração do que quer que seja como da ordem do possível, arranjando-se expedientes de demonstração, aspirando-se à riqueza e à multiplicidade, à variedade e precisão nas coisas a serem apresentadas;
4. o movimento para, através de alguma forma de composição, produzir o *apagamento*, a *anulação* radical, a simulação de nenhuma inscrição.

Tudo isto no sentido de se poder pensar uma estilística fundamental e suas possíveis conseqüências para um melhor entendimento do atual estado-da-arte que leve em conta as manifestações artísticas e culturais acima descritas.

Trajctos e maneiras

Essa consideração, que supõe uma redefinição de Estética e Estilo segundo os termos da Nova Psicanálise, pode reorganizar o que correntemente se entende por ARTE e CULTURA. Isso significa que o tratamento dessas questões relativas ao Maneirismo tem como referência o conceito de Revirão tanto na análise dos modelos estabelecidos pela fortuna crítica na história da arte, como na possibilidade de configurar uma nova maneira de focar o problema.

Dessa maneira, é fundamental para o escopo desta reflexão o levantamento de conceitos e modos de entendimento do que ficou designado como Maneirismo, Classicismo Barroco e Gótico a partir da fortuna crítica já estabelecida. No estudo analítico desse *corpus* teórico, a consideração da noção mesma de estética e estilo na arte e na cultura deverá ser feita a partir de um amplo entendimento de nosso psiquismo, tendo por referencial de análise a invenção freudiana de *pulsão* como redefinida e proposta pela Nova Psicanálise.

Assim, problematizar o que se entende como Maneirismo significa também:

1. configurar, segundo pensamento psicanalítico atual, o campo da discussão das questões trazidas pelo Maneirismo;
2. estabelecer questões decisivas propostas pela tradição crítica e pela Nova Psicanálise a respeito do Maneirismo;
3. delinear, a partir de teoria psicanalítica atual, modelo capaz de compatibilizar as divergências em torno da questão *acontecimento histórico datado x elemento permanente da cultura ocidental* constante na tradição crítica;
4. apresentar modelo de pensamento capaz de solucionar o “paradoxo” (Hauser) implícito na *práxis* maneirista;

5. levantar e analisar obras paradigmáticas sobre o Maneirismo e sua importância para o entendimento da questão em foco;

6. entender Arte e Cultura a partir da reconsideração da noção de Estética e de Estilo a partir do modelo conceitual da Nova Psicanálise.

A maioria das leituras propostas nesse *corpus* bibliográfico inscreve a psicanálise, em particular a Nova Psicanálise, como pensamento nuclear para a consideração do Maneirismo. A teoria psicanalítica serve, assim, de guia no campo semântico e conceitual. Do ponto de vista da estratégia de descrição dos conceitos, estes necessariamente devem ser examinados a partir do enfoque que toma a modelização proposta pela psicanálise atual como seu principal referencial teórico.

Neste caso, o que mais nos importa focalizar, na busca de descrição conceitual qualitativa, é aquilo que apresenta contribuições decisivas na abordagem do tema tratado. Para isso é necessária uma abordagem das concepções de arte e cultura que estão em jogo nos sistemas de pensamentos apresentados e como isto pode ser articulado com nosso referencial conceitual. Acreditamos que uma retomada aprofundada da concepção de Maneirismo só poderá favorecer o trabalho não só de redescrever, mas também de apresentar maneira nova de ver esquemas e conceitos por demais configurados ou imprecisos tanto no entendimento do que seja arte quanto cultura.

Estética e estilo

O intuito de uma ampla reconsideração do Maneirismo - e por extensão de cultura e estilo -, dentre outros motivos, é na tentativa de avaliar a abrangência deste movimento artístico e verificar se podemos considerá-lo não só como concepção *estética* ainda em vigor, mas também como instaurador de procedimentos condizentes com outras manifestações culturais. Do mesmo modo, acreditamos que o estudo acerca do tema nos permitirá repensar suas relações com outras formas de conhecimento vigentes na cultura contemporânea.

Outro aspecto importante é o de reafirmar, como um dos usos da fer-

ramenta teórica escolhida, nova forma de posicionar a psicanálise frente à arte e à cultura. Queremos nos referir aqui ao caráter propriamente inter e transdisciplinar desta análise na medida em que se propõe a operar em diálogo com outras formas de pensamento, ou mais especificamente, com reflexões críticas sobre estética e seus procedimentos metodológicos e descritivos. Por outro lado, levando em conta um quadro de profundas alterações na formulação das ciências do homem nesta virada de século, esta nova abordagem do Maneirismo pode vir a se constituir como uma oportunidade de transformação de modelos e conceitos arcaicos com vistas a que sua abordagem da realidade possa influir na formulação de novo horizonte de reflexões no quadro geral do conhecimento.

Nota

* Trabalho produzido para o Projeto Integrado de Pesquisa *Maneirismo Ibérico*, da Linha de Pesquisa Psicanálise, Cultura e Modernidade desenvolvida pelo ...*etc.* - *Estudos Transilvas de Contemporâneo*, inscrito nos Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF.0001).

Bibliografia básica sobre o tema

- ALONSO, Aristides. O grotesco: transformação e estranhamento. In: *Comum* – Rio de Janeiro: Facha, 2001. v. 6 – n. 16 – p. 64-80.
- _____. Fausto: o herói solerte. In: *Letras* - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Letras e Artes, n. 15, 1997. p. 87-110.
- _____. Arte da pilotagem. In: *Subjetividade e Escrita*. Org. Robson Pereira Gonçalves. Bauru: EDUSC; Santa Maria: UFSM, 2000. p. 185-223
- _____. Revirão: A nova mente da psicanálise. *Expressão* (Revista do Centro de Artes e Letras). Santa Maria: UFSM, ano 3, n. 2, jul-dez 1999. p. 92-100.
- BADIOU, Alain. *Peut-on penser la politique?*. Paris: Scul, 1985.
- _____. *Manifesto pela filosofia*. Trad.: MD Magno. Rio de Janeiro: Aoutra, 1991.
- _____. *Para uma nova teoria do sujeito*. Trad. de E. X. da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- _____. *Ética. Um ensaio sobre a consciência do mal*. Trad. de A. Trânsito e A. Roitman. Rio: Relume-Dumará, 1995.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. 502p.
- BATTISTI, Eugenio. *L'Antirinascimento*. Milano: Feltrineli, 1962.
- _____. *Rinascimento e Barroco*. Torino: Einaudi, 1960.
- BAUDRILLARD, Jean. *A ilusão do fim ou A greve dos acontecimentos* (1992). Trad.: M. Torres. Lisboa: Terramar, s.d.
- BENJAMIN, Walter. *O drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna. Introdução à teoria do contemporâneo*. 2 ed. Trad.: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- CRUZ, Maria Teresa. Experiência e experimentação. Notas sobre euforia e disforia a respeito da arte e da técnica. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 25/26. Lisboa: Cosmos, 1999. p. 425-434.
- CURTIUS, E. R. *Literatura européia e Idade Média latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1996.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Trad.: Bento P. Júnior e A. Muñoz.
- FERRY, Luc. *Homo Aestheticus. A invenção do gosto na era democrática*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (24 volumes). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- GARDNER, Howard. *A nova ciência da mente. Uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: Edusp, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós*. São Paulo: Record, 2000.
- _____. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.
- GUATTARI, F. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad.: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HOCKE, Gustav. *Maneirismo: o mundo como labirinto*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 334p.
- HAUSER, Arnold. *Maneirismo: a crise da renascença e o surgimento da arte moderna*. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 467p.
- _____. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- KAHL, M. L. Furtado. *A interpretação do sonho de Freud*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.
- _____. *Is Metaphysics Bad for You? Sobre boas e más metafísicas*. Santa Maria: Editora UFSM / EDUSC, 2000. p. 83-98
- _____. *NOVAMENTE Psychoanalysis*. In: *Journal of European Psychoanalysis* (Humanities, Philosophy, Psychotherapies. No. 8-9. Londres, 1999 (www.psychomedia.it/jep))
- _____. *Made in Brazil*. In: *Expressão - Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM / RS*, ano 2, n. 1, jun-dez 1998, p. 139-145.
- KERCKHOVE, Derrick de. *A pele da cultura. Uma investigação sobre a nova realidade eletrônica*. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo. Teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- LACAN, Jacques. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- _____. *O Seminário. Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- _____. *O Seminário. Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____. *O Seminário. Livro 3: As psicoses*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

- _____. *O Seminário. Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. *O Seminário. Livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____. *O Seminário. Livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- _____. *O Seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Trad.: Carlos Irincú da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993 (1ª reimp. 1994).
- LÉVY, Pierre & LUTHIER, M. *As árvores do conhecimento*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- _____. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- _____. *A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MAGNO, MD. *Senso contra senso: da obra de arte, etc.* [1976]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- _____. *Rosa Rosa: leitura das Primeiras Estórias de Guimarães Rosa* [1977/78]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1985.
- _____. *O porre e o porre do Quincas Berro D'água* [1980]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.
- _____. *O pato lógico* [1979]. 2ed. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.
- _____. *A música* [1982]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.
- _____. *Psicanálise & política* [1981]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.
- _____. *Ordem e progresso: por dom e regresso* [1983]. 2ed. Rio de Janeiro: Aoutra, 1987.
- _____. *Sexo dos anjos: a sexualidade humana em psicanálise* [1986/7]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1988.
- _____. *De Mysterio Magno: a Nova Psicanálise* [1988]. Rio de Janeiro: Aoutra, 1990.
- _____. *Est'Ética da psicanálise: introdução* [1989]. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

- _____. *Pedagogia freudiana* [1992]. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- _____. *A natureza do vínculo* [1993]. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1994.
- _____. *Velut Luna: a clínica geral da Nova Psicanálise* [1994]. Rio de Janeiro: NOVAMENTE editora, 2000.
- _____. *Arte e psicanálise: estética e clínica geral* [1995]. Rio de Janeiro: NOVAMENTE editora, 2000.
- _____. "Psychopathia Sexualis" [1996]. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.
- _____. *Arte&Fato: a Nova Psicanálise, da arte total à clínica geral* [1990]. 2 vols. Rio de Janeiro: NOVAMENTE editora, 2001.
- _____. Parangolagem [2000]. In: GONÇALVES, Robson Pereira. *Subjetividade e Escrita*. Santa Maria: Editora UFSM / EDUSC, 2000. p. 251-274
- _____. A Psicanálise, NOVAMENTE [1998]. ARAUJO, Rosane. ALONSO, Aristides (orgs.). *Pensamento original Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1999. p. 185-222
- _____. *Kaluda (O Nando e eu)* [1995]. PUCHEU, Alberto (org.). *Poesia (e) Filosofia*, por poetas-filósofos em atuação no Brasil. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. p. 29-50
- _____. Transar: Transir: elementos da Transformática [1997]. In: *Lumina* n. 3 (Revista da Faculdade de Comunicação de Juiz de Fora). Juiz de Fora: Editora da UFJF, jul-dez 1999. p. 29-48
- _____. Fascinorante feiúra (poema) [1998]. In: *Medusa* n.2 (revista de poesia e arte). Curitiba: dezembro-janeiro 1998/1999. p. 44
- _____. Formações e interfaces: parangolês e suas transas [1995]. In: *Lumina* n. 1 (Revista da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora). Juiz de Fora: Editora da UFJF, jul-dez 1998. p. 33-52
- _____. Tempo de haver: os relógios da psicanálise ou o suicídio da borboleta [1997]. In: *Letras - Revista do Mestrado em Letras da UFSM / RS*, jul-dez 1997, p. 55-72
- MATURANA, H. & VARELA, F. *A árvore do conhecimento*. Trad.: Jonas P. dos Santos. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.
- MAURIÈS, Patrick. *Manieristes*. Paris: Du Regard, 1983. 276p.

- MILNER, Jean Claude. *A obra clara. Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MIRANDA, José Augusto Bragança de. A cultura como problema. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 28. Lisboa: Relógio D'Água, 2000. p. 13-42.
- _____. Fim da mediação? De Uma Agitação na Metafísica Contemporânea. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 25/26. Lisboa: Cosmos, 1999. p. 293-330.
- _____. *Análítica da actualidade*. Lisboa: Veja, 1994.
- MOREIRA, Zenóbia Collares. *A poesia maneirista portuguesa*. Natal: Central de Cópias, 2001. 160p.
- PARENTE, André (org.). *Imagem-máquina. A era das tecnologias do virtual*. Trad.: Rogerio Luz et alii. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- PESSOA, Fernando. *Obras poéticas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1972.
- _____. *Obras em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1982.
- PESSIS-PASTERNAK, G. (org.). *Do caos à inteligência artificial*. São Paulo: Unesp, 1993.
- PINELLI, Antonio. *La Belle Manière. Anticlassicisme et maniérisme dans l'Art du XVI^e siècle*. Paris: Livre de Poche, 1996. 316p.
- PRIGOGINE, Ilya. STENGERS, Isabelle. *A nova aliança*. Brasília: UnB, 1984.
- _____. *Entre o tempo e a eternidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- ROSNAY, Joel de. *O homem simbiótico*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- SANTAELLA, L. *A teoria geral dos signos. Semiose e autogeração*. São Paulo: Ática, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.
- _____. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1995.
- _____. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SERRES, Michel. *O contrato natural*. Trad.: Beatriz Sidoux. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. *Filosofia mestiça*. Trad.: Maria Ignez D. Estrada. Rio de Janeiro:

- Nova Fronteira, 1993.
- SHELDRAKE, Rupert. *Ressonância mórfica & a presença do passado. Os hábitos da natureza*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- SILVEIRA Jr. *Pedagogia: comunicação da barbárie. Psicanálise e educação*. Rio de Janeiro: UniverCidade de Deus, 1993.
- _____. A Pedagogia das Pessoas. In: *Letras - Revista do Mestrado em Letras da UFSM/RS*, edição especial, jan/jul 1995, p. 239-253
- _____. Uma Estética para Hoje. In: *Expressão - Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM/RS*, ano 2, n. 1, janeiro-junho 1998, p. 175-176
- _____. Independência e adolescência: anotações sobre a perversidade social contemporânea. In: *Letras - Revista do Mestrado em Letras da UFSM / RS*, jul-dez 1997, p. 73-86.
- _____. Comunicação 90: a transformática. In: *Lumina - Revista da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*, UFJF/MG, n. 1, jul-dez 1998, p. 111-118.
- _____. MD Magno: Comunicação e Cultura na Era Global. In: *Lumina - Revista da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*, UFJF/MG, n. 2, jan-jun 1999, p. 171-174.
- _____. Indiferenciação e Ambivalência: Casos da Modernidade e da Contemporaneidade. In: *Expressão - Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM / RS*, ano 3, n. 2, jun-dez 1999, p. 107-113.
- _____. *Transformática: programa original de pesquisa em comunicação*. In: *Lumina - Revista da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*, UFJF/MG, n. 3, jul-dez 1999, p. 79-108.
- _____. O Futuro Psi: Limpezas. In: *Lumina - Revista da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*, UFJF/MG, n. 4, jan-jun 2000, p. 147-151
- SODRÉ, Muniz. *Terceiro passo da psicanálise?* In: *Lumina n. 4 - Revista da Faculdade de Comunicação de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, jan.-jun 2000, p. 145-147.
- STENGERS, Isabelle (dir.). *Quem tem medo da ciência?* Trad: Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Siciliano, 1989.

- VIEIRA, A. *Etologia e ciências humanas*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Trad.: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- WEBER, R. *Diálogos com cientistas e sábios: a busca da verdade*. São Paulo: Círculo da Livro, 1989.
- WEISE, Georg. *Il Manierismo (Bilancio critico del problema stilistico e culturale)*. Firenze: Leo S. Olschki, 1971. 236p. + 227 ilustrações.
- _____. *La doppia origine del concetto de Manierismo*. Firenze: Studi Vasariani, 1952.
- WÜRTEMBERGER, Franzsepp. *Mannerism. The European Style of the Sixteenth Century*. London: Weindenfeld and Nicolson, 1963.

Resumo

Mapeamento das principais questões envolvidas no debate sobre o estilo maneirista. Apresentação de uma nova forma de entendimento do Maneirismo a partir da Nova Psicanálise. Retomada dos possíveis sentidos para arte e cultura a partir dessa visada.

Palavras-chave

Maneirismo, Nova Psicanálise, pulsão, estilo, cultura.

Abstract

Summary of the main questions connected to the mannerist style. Presentation of a new form of understanding Mannerism from a psychoanalytic point of view (New Psychoanalysis). New meanings of Art and Culture.

Key-words

Mannerism, New Psychoanalysis, drive, style, culture.

THOMAS EDISON: O GÊNIO DE *MARKETING* DA LÂMPADA

Fred Tavares

Considerações iniciais

*Descobri uma verdadeira mina de ouro.
Thomas Edison*

*O homem feliz jamais fantasia.
Sigmund Freud*

*Os valores e crenças de Thomas Edison
escrevem o futuro de nossa empresa.
Jack Welch
Presidente da GE*

*Luz. Corte. Apagão.
Anônimo*

Edison não freqüentou o consultório de Sigmund Freud, entretanto era um paciente potencial. Assim como todos os inventores, visionários, inovadores e até mesmo os homens comuns (em qualquer tempo), as suas fantasias eram um produto do inconsciente. Thomas Edison, o "gênio da lâmpada", era um homem frustrado e infeliz. Para Freud (1978), o homem feliz jamais fantasia, mas o insatisfeito sim; os instintos insatisfeitos são forças que impulsionam as fantasias e a busca incessante para a realização dos desejos, que movem o ser humano em uma jornada infinita. Mesmo que algo seja conquistado, o desejo nunca será alcançado e o homem viverá com essa angústia existencial por toda a eternidade. Movido pela vontade (inconsciente) de um movimento sem fim, que o faz ser um eterno infeliz na vida, segundo o pensamento filosófico de Schopenhauer (Durant, 1994).

O pai da psicanálise havia definido a criatividade como originária de um conflito dentro do inconsciente (*id*); ao produzir uma idéia (*insight*) que venha resolver um problema, conscientemente o conflito é superado. Todavia, momentaneamente. Visto que, como enfatiza Jacques Lacan (pós-freudiano), as fantasias e os desejos são lacunas jamais preenchidas¹. A satisfação é efêmera, passageira, porque não dizê-la utópica. Um inovador potencial é uma mente criadora e com pulsões intensas; fantasioso, angustiado, insatisfeito, infeliz; precisa criar, destruir e reinventar em um ciclo interminável.

O pensamento que vamos apresentar aborda a visão de Thomas Edison, através da aglutinação de quatro eixos principais: inovação, tecnologia, estratégia e *marketing* na consecução da lâmpada elétrica não como um invento, mas sim como um sistema integrado de solução para o mercado (demanda).

O sucesso da inovação do produto tem na interseção das variáveis analisadas por Edison, como a premissa fundamental para o seu desenvolvimento. O seu espírito empreendedor, no final do século XIX, fez catapultar vários conceitos, como o pioneiro centro de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), em 1876, conforme relata Utterback (1996).

Atualmente estamos acostumados com o conceito de centros de pesquisa de grandes corporações e universidades – laboratórios bem equipados e financiados, onde equipes de cientistas e técnicos realizam a pesquisa e desenvolvimento de futuros produtos revolucionários. Nada disso existia antes da época de Edison. Em 1876, Thomas Edison criou seu próprio centro de P&D, em Menlo Park, New Jersey, com o objetivo específico de desenvolver tecnologias e invenções com um alto potencial de sucesso comercial.²

Destarte, investigaremos a sua mente brilhante e o uso da heurística³ (e as leis que ele seguiu) para a criação da idéia da lâmpada. Analisaremos, também, os principais conceitos de inovação, tecnologia e *marketing*

(configurados em um pensamento estratégico) trabalhados pelo “gênio da lâmpada”, assim como demonstrar de que forma ele conseguiu (*eureka!*) alcançar o projeto dominante e dar um choque no mercado de gás e na concorrência através da inovação de ruptura. E por fim, retratar a questão da inovação incremental e o aperfeiçoamento do processo, os entrantes no mercado e lançar as seguintes bases para a discussão: ter um projeto dominante basta para liderar o mercado? Quem inova os processos tecnológicos e tem um *marketing* agressivo é o grande vencedor?

Para não deixar ninguém em crise e muito menos no escuro (não faremos como FHC e o seu apagão), iluminaremos os pontos importantes para a ligação ideal tendo em vista a gestão da inovação e da tecnologia, a estratégia e o marketing como circuitos integrados. Não vamos economizar nas palavras (viva a criatividade!); este ensaio tem energia suficiente para acender a mente do leitor. Fique ligado, ou melhor dizendo em tempos de “intelectualidade funkeira”: “tá tudo iluminado”, ou seria “tá tudo racionado”?

Uma mente brilhante: a heurística de Edison

O *start* do insatisfeito Thomas Edison foi, em 1878, quando visitava a oficina de um inventor em *Connecticut*. Este havia desenvolvido um potente gerador elétrico para acionar um sistema a iluminação a arco, conforme descreve Utterback (1996) em seu livro *Dominando a dinâmica da inovação*:

O sr. Edison ficou fascinado ... oito lâmpadas elétricas foram acesas simultaneamente, cada uma com energia de 4.000 velas... Isto deixou o Sr. Edison maravilhado... Ele calculou a potência do instrumento e das lâmpadas, a perda provável de energia durante a transmissão, a quantia de carvão que o equipamento provavelmente economizaria em um dia, uma semana, um mês, um ano, e os resultados que tais economias trariam à manufatura.⁵

Edison identificou potencial comercial da iluminação elétrica. Conseguiu visualizar fios elétricos, sob as ruas de *New York*, que pudessem passar pelas tubulações de gás já existentes até chegar às lojas e casas. Mesmo com a tecnologia de iluminação a gás crescendo nas residências, as indústrias avançando e fazendo grandes progressos, ele percebeu que o brilho morno das lâmpadas a gás era um problema a ser resolvido. Era necessário ir além. Quebrar o paradigma da iluminação através de uma tecnologia de ruptura (*disruptive technology*)⁶, seguindo a tese de Christensen (2001), e se antecipar à evolução do consumo de luz e das alterações do mercado. De certo, uma visão teleológica primorosa do mago de *Menlo Park*.

A palavra *eureka* tem sua base etimológica no termo grego *heuriskein* (descobrir, investigar), que, em português, chama-se heurística. Na técnica de resolver problemas, é a solução obtida através de tentativas e erros, por seleção e conexão. É uma forma associativa de buscar resolver problemas e que pode ser compreendida de forma sistematizada através de leis: as leis heurísticas.⁷

O inventor Edison utilizou-se da técnica heurística para conduzir o seu raciocínio e conseqüentemente ter um *insight* (idéia) “iluminado”. Afinal, todo procedimento criativo é, por sua própria natureza, heurístico. Segundo Duailibi (1990), em *Criatividade e Marketing*: “Nunca se pode ter certeza de qualquer conclusão a partir de premissas anteriormente experimentadas.”⁸ Edison sabia disso, reconhecia que a iluminação a gás tinha os seus pontos fortes, entretanto apresentava pontos fracos.

Portanto quais foram as leis heurísticas que orientaram o seu pensamento? Todas, mas principalmente as leis de *Friedrich*, da despersonalização e, claro, a da obsolescência.

Vamos explicá-las.

A lei de *Friedrich* diz: “Nunca se deve aceitar nada *a priori*, deve-se questionar tudo. É excelente para derrubar superstições, preconceitos ou cacoetes empresariais. É perigosa, no entanto, para o homem de empresa, no que tange à aceitação de inovações.”⁹ No caso da lei da despersonalização temos: “Essa lei nos manda, para aumentar a percepção, olhar um objeto conhecido como se nunca o tivéssemos visto antes.

Uma experiência: dê um passeio por sua própria cidade e observe-a como se fosse um turista recém-chegado.”¹⁰ E por último, a lei da obsolescência: “Se algo funciona, está obsoleto. Aparentemente paradoxal, torna-se evidente quando tomada em termos relativos, no tempo.”¹¹ Isto é, se existe já não funciona como antes.

Analisando o que foi exposto, Thomas Edison era um questionador nato, inventivo; sabia que o potencial comercial da iluminação elétrica era extraordinário. Saindo do seu ambiente de trabalho, reconheceu que havia uma demanda espetacular: uma sociedade ávida por uma tecnologia revolucionária. Como o próprio Utterback cita:

Ele sabia que outros inventores já estavam na corrida para fazer a mesma coisa, e estavam à sua frente; mas Edison tinha como característica ser muito autoconfiante. “Eu havia percebido”, disse mais tarde, “que a coisa não havia caminhado tanto assim, e que eu tinha uma boa chance.” Muitos já estavam trabalhando no assunto quando Edison entrou na corrida da lâmpada elétrica.¹²

E a lei indispensável - a da obsolescência - para ajudá-lo a buscar um novo caminho, rupturando o que existia e levá-lo muito à frente dos outros; nesse desafio Edison não só enxergou a lâmpada elétrica, ele pensou um sistema complexo para o seu funcionamento. A estratégia da iluminação a gás perderia força em breve e os concorrentes estariam obsoletos, pois sofriam de uma miopia de mercado. De certo, neste ponto, todos estavam no escuro. Edison era uma cabeça iluminada.

Eureka: inovação, tecnologia, estratégia e marketing

Disse Barnett (1973), em *Innovation, the basis of cultural change*, que, quando se dá a inovação, há uma íntima união ou fusão de dois ou mais elementos que não estavam anteriormente juntados daquela maneira. O resultado é qualitativamente diferente. Usado na analogia biológica, uma

inovação é como o resultado de um cruzamento genético ou híbrido; é totalmente diferente de qualquer um de seus pais, mas guarda semelhança com eles por alguns pontos. Para Duailibi (1990), a inovação é um processo de associação de dois ou mais fatores aparentemente díspares, que incorpora um terceiro, mas que em relação aos anteriores é novo.

Assim sendo, a visão de Edison – descrita por Utterback – assume características bem próximas àquelas identificadas por Barnett e Duailibi:

Ele tinha a intenção (...) de inventar uma vela que gerasse uma luz agradável, não muito intensa, e que pudesse ser ligada e desligada com tanta facilidade quanto o gás, e a custo que fosse uma fração do gás. Constituía um modelo útil (...) ele tinha esperanças de identificar e manter suas melhores características, ao mesmo tempo em que eliminava as piores.¹³

O pensamento estratégico de Edison foi de um brilho incandescente, que mais tarde ofuscaria quem entrasse nessa competição. Além de pensar a “vela elétrica”, paralelamente, buscava criar um sistema que pudesse viabilizar o seu uso. Ele estava “anos luz”; tinha uma estratégia definida, sabia os objetivos que queria alcançar, precisava gerenciar competências para resolver o problema, investigar as possibilidades, avaliar as forças existentes no mercado e a sua idéia precisava ser viável e comercial. Para Edison, não adiantava só ter a lâmpada (tática), era importante que ela pudesse ser ligada e usada racionalmente por toda a sociedade; para isto era preciso um sistema de funcionamento (estratégia), que a diferenciasse dos demais. Edison tinha uma estratégia valiosa (diferenciação), bem ao estilo Porter¹⁴, reunia competências (Prahalad¹⁵) e queria fazer da sua lâmpada um invento de marketing de sucesso, que fosse pioneiro e não pudesse ser copiado. Al Ries (1993), McCarthy (1987) e Kotler¹⁶ (1991) não ajudaram Edison com as suas teorias de *marketing*, mas as idéias do “gênio da lâmpada” iluminaram muitos caminhos para o mundo empresarial nos dias de hoje.

A imagem de Edison está associada à lâmpada elétrica, entretanto o que ele gerou foi um sistema de iluminação elétrica capaz de atender a

uma grande demanda de mercado. A sua visão estratégica é descrita por Utterback: "Edison era muito mais do que um cientista de laboratório concentrado num foco limitado; era um pensador sistemático."¹⁷ O sucesso de Thomas Edison foi ter pensado, criado e implementado um sistema integrado, alicerçado em inovação, tecnologia e *marketing*, e conectados a um pensamento estratégico criativo.

A sua idéia foi ousada e inovadora, pois articulou um pensamento estratégico tendo o conceito de *marketing* como o vetor fundamental para a integração dos componentes (inovação e tecnologia) na criação de um sistema inteligente.

Segundo um dos mais requisitados consultores de inovação nos EUA, Clayton Christensen (2001), em reportagem à Revista *Exame*, as empresas devem orientar-se não pelos seus clientes, quer dizer, não podem manter-se focalizadas na inovação sustentada, e sim rupturar; e isto, muitas vezes, contraria o próprio mercado. Já para Utterback (1996), a inovação bem sucedida é com muito mais frequência não transparente para os usuários/consumidores. Isto porque, ao antecipar grandes mudanças tecnológicas, existem resistências ao que é novo; portanto, a tarefa de levar inovações tecnológicas capazes de romper barreiras técnicas, culturais, sociais e econômicas é uma situação complexa, lenta e incompreensível por parte do mercado.

Vamos analisar as teorias de Christensen e Utterback, a partir do binômio inovação/tecnologia, utilizando o *marketing* como modelo de reflexão. O *marketing* é uma atividade humana produzida para atender às necessidades e desejos do mercado (demanda), através de um processo de troca, no qual bens e serviços são ofertados buscando uma satisfação mais eficaz e eficiente do que os concorrentes.

Rocha (1989), Kotler (1991), Davidow (1991) e McKenna (1992) concordam que o *marketing* tem um papel muito importante no processo de planejamento estratégico da empresa. O papel do administrador de *marketing* inclui o desenvolvimento de programas e planos operacionais que devem fazer parte integrante do plano estratégico. Mesmo com inovações tecnológicas de ruptura, o conceito de *marketing*

deve ser o foco de decisão, já que o cliente (público) é a razão de toda e qualquer organização.

Primeiro, é preciso distinguir como o *marketing* opera o seu desempenho em relação ao conceito de demanda. Pode-se contrapor, em parte, às idéias de Christensen e Utterback, utilizando-se como pano de fundo o genial Edison. O conceito de demanda pode ser analisado por vários ângulos: potencialidade, previsão/mensuração, tipos, níveis e estados. Tomaremos como investigação primária (para não alongar) dois pontos-chave: nível e estado de demanda.

Kotler (1999) apresenta os três níveis de desempenho em *marketing*¹⁸: de resposta, de previsão e de criação de necessidades; retrata, também, em sua principal obra – a “bíblia” do *marketing* – (1991) oito estados de demanda¹⁹, que destacaremos para a análise apenas três, que servem de argumentação: inexistente, latente e plena (que analisaremos posteriormente).

O que fez Edison? Não foi simplesmente pensar a lâmpada como um simples produto tecnológico ou uma invenção isolada (*product oriented* = erro de *marketing*), até porque a concorrência já estava adiantada. Mas, pensá-la como uma oportunidade de *marketing*, condensando resposta (descobrir e satisfazer necessidades e desejos, que é uma demanda latente), previsão (que é reconhecer uma necessidade latente ou emergente) e, porque não, uma criação de necessidades (o nível mais agressivo de *marketing*, ocorre quando uma empresa lança um produto ou serviço jamais solicitado e, muitas vezes, inexistente e inimaginável). O gênio de *marketing* da luz reconhecia que a lâmpada para ser comercializada deveria ser acessível ao mercado. A luz produzida pela iluminação a gás era fraca. Mesmo as pessoas já acostumadas e satisfeitas com esta tecnologia, ele reconhecia que a satisfação da demanda não era total. Era preciso mais: produto de qualidade inédita, preço adequado (e mais barato do que o gás), distribuição eficiente e muita comunicação para lançar o empreendimento. O seu *marketing-mix* apoiava-se em um sistema que foi arduamente trabalhado, pesquisado, antes de ser lançado. Quando estava com seu “sistema” pronto fez um pré-teste de mercado a bordo do navio a vapor *S.S. Columbia*, em maio de 1880. Foi um espetáculo de *marketing*

promocional proporcionado pelo “visionário incandescente”, como narra o próprio Utterback:

O sistema elétrico foi considerado como um aperfeiçoamento importante em relação à iluminação a gás, à medida que as lâmpadas elétricas não produziam fumaça. O recém-construído Columbia partiu para sua viagem inaugural para Califórnia, e foi dito que enquanto navegava (...), suas brilhantes lâmpadas Edison lhe davam uma aparência esplêndida. Esse sistema de iluminação provou ser tão eficaz, que só veio a ser substituído por um equipamento mais moderno 15 anos mais tarde.²⁰

Todavia, a batalha não estava ganha; era peremptório vencer o “monopólio” do gás (como Edison o chamava). A indústria do gás procurou criar situações políticas desfavoráveis, utilizando-se de um *lobby* junto aos vereadores a fim de impedir o avanço da tecnologia da luz elétrica, e, também, fazendo campanhas difamatórias demonstrando a insegurança do sistema junto à sociedade. Contudo, o descrédito e a obsolescência do próprio setor concorrente acabaram por enfraquecer as empresas que estavam no negócio do gás, que ainda assim conseguiu ver uma luz no fim do túnel, redirecionando o seu foco para um novo mercado a tempo: aquecimento de ambientes e de processos de manufatura.

O *insight* de Edison foi olhar o ambiente de uma forma inovadora, perceber a brecha, antecipar-se ao mercado (concorrente e consumidor), ser transparente e criativo no lançamento de uma inovação revolucionária, mesmo sabendo que iria enfrentar resiliências. Entretanto, a fonte de luz foi antever a demanda sendo parte dela própria. O paradoxo cliente x tecnologia/inovação, vistos por Utterback e Christensen, impede o surgimento de projetos capazes de rupturação. Discordo, neste ponto, porém concordo com os autores em outras questões relacionadas à inovação e tecnologia. Deve-se ressaltar que a tecnologia foi considerada um componente estratégico, porém não desarticulada da percepção do

mercado-alvo. Em matéria publicada na Revista *HSM Management*²¹ (2000), veicula-se que muitas empresas já descobriram o perigo de atribuir importância demais à tecnologia e de sobrepô-la às estratégias orientadas para o cliente.

A *eureka* de Edison foi ligar inovação, estratégia e tecnologia a uma brilhante visão de *marketing*.

Um choque no mercado: o projeto dominante

Na perspectiva de Utterback, ao conquistar-se uma padronização em um determinado setor/produto, em termos de inovação, ocorre uma mudança de ecologia das empresas. O ecossistema empresarial é alterado bruscamente.

Antes de se ter um projeto dominante (fase: pré), o ambiente está repleto de empresas/competidores para liderar o padrão. Após atingir-se o projeto e consolidá-lo (fase: pós), há uma rápida fuga do próprio setor. Isto é, uma explosão seguida de uma implosão. Um choque para as empresas/inventores que vêem os seus esforços se apagarem com a definição de um padrão para o mercado.

O surgimento do projeto dominante é o resultado de interação entre opções técnicas e de mercado. A idéia de um padrão estabelecido por um competidor considera, além dos fatores tecnológicos, outros como: patrimônios colaterais, regulamentos setoriais e intervenção governamental, manobras estratégicas e a comunicação entre produtores e usuários. Pode-se ainda acrescentar uma privilegiada visão de *marketing* sócio-antropológico para nortear a previsão e antecipação a uma demanda futura. Para chegar a um produto dominante, Thomas Edison não pensou somente a questão tecnológica, mas considerou muitas variáveis para que a lâmpada incandescente pudesse ter um padrão de execução e funcionamento capazes de provocar uma evolução no setor.

Portanto, é importante destacar o pensamento sistemático de Edison quanto ao reconhecimento dos ativos complementares (capacidade de produção, recursos, suporte, *marketing*, inovações complementares,

entre outros), também identificados como patrimônios colaterais, segundo a teoria de Utterback, fundamentais para a execução do projeto da iluminação elétrica.

O mago de *Menlo Park* ao desenvolver o seu próprio centro de P&D, já despontava uma visão privilegiada na busca de aquisição de competências essenciais. Para Edison, a lâmpada incandescente não era a solução em si, mas sim o conjunto necessário (uma logística integrada) para garantir o seu funcionamento. E para que tudo brilhasse era indispensável identificar os componentes da cadeia de valor (*value chain*) para a construção do projeto dominante, que se tornasse o padrão de mercado.

Se analisarmos os aspectos inovação e tecnologia podemos constatar que Edison fez uma *revolução radical*, segundo o modelo desenvolvido por Henderson e Clark, porque a lâmpada incandescente modificava o conceito e a tecnologia existentes no mercado. Ela também era *revolucionária*, pois a inovação proposta mexia no mercado e na produção em contraponto à tecnologia da iluminação a gás. Já, na visão de Christensen, em matéria publicada na revista *Exame*, a lâmpada incandescente, na época, poderia ser classificada como uma ruptura de tecnologia (*disruptive technology*), que é a inovação espetacular.

O projeto dominante proposto por Edison, em 1884, é ainda a base para o negócio de lâmpadas no mundo. Mesmo com a nova tecnologia das lâmpadas fluorescentes, é indiscutível a aplicação do seu sistema desenvolvido no final do século XIX. “A lâmpada de 1884 tinha a moderna “base Edison”, isto é, a base padronizada de metal, de rosquear, usada até os dias de hoje.”²²

A lâmpada desenvolvida por Edison tinha um filamento de bambu fixado a uma haste de vidro, e todo o conjunto era selado na base a um bulbo de vidro com formato de pêra, onde se fazia o vácuo.

Segundo Utterback (1996), quando Edison conseguiu alcançar o projeto dominante, através de uma combinação de circunstâncias técnicas e legais (patentes), o número de produtores de lâmpadas começou a diminuir. Esta situação pode ser explicada, também, através do ciclo de vida da tecnologia, proposto por Tushman e Anderson.

Analisando a curva “S” da tecnologia, observa-se que com o declínio da iluminação a gás, vários inventores e produtores desenharam os seus projetos para dominar o negócio da lâmpada incandescente. Entretanto quando Edison conseguiu ter o padrão de mercado, acabou-se a guerra pelo projeto dominante, contudo era apenas uma etapa; a competição estava apenas começando: as fases posteriores determinariam o verdadeiro vencedor da “marca tecnológica”.

Conforme o modelo do Ciclo de Vida da Tecnologia, de Tushman e Anderson, existem 4 grandes fases para apontar o desenvolvimento da tecnologia: *período de fermentação* (competição para se ter o projeto dominante), *projeto dominante* (seleção), *mudança incremental* (melhorias de desempenho que não alteram o projeto dominante – retenção) e *descontinuidade tecnológica* (variação).

Este ciclo é interminável, já que a capacidade tecnológica aliada à inovação, é inesgotável. O centro de Pesquisa & Desenvolvimento fermentou o projeto dominante alcançado por Edison, e que levou, rapidamente, a iluminação a gás a perder a força. Com a idéia patenteada (e vários concorrentes processados por tentarem copiá-lo) e a introdução do produto no mercado, uma nova etapa se anunciava: a inovação/mudança incremental e o aperfeiçoamento do processo. Era preciso melhorar a tecnologia, o desempenho do produto e o seu custo final. Começava uma nova guerra de *marketing*: um *marketing-mix* (modelo dos pés), que assegurasse a liderança de mercado, principalmente quando as patentes expirassem.

O curto-circuito: a inovação incremental e o aperfeiçoamento do processo

Um projeto dominante tem o efeito de consolidação de um padrão, de forma que a produção e outras economias complementares possam ser alcançadas e aperfeiçoadas. A partir desse momento, a concorrência passa das abordagens inovadoras que levarão ao projeto dominante para o projeto e as características do produto, buscando uma competição pelo melhor desempenho do produto, provocando redução no custo e a melhoria de escala.

A empresa que não se lançar na busca do *improvement* contínuo a fim de se manter competitiva, mesmo que tenha sido responsável pelo projeto dominante, sofrerá uma pane no mercado provocada pela concorrência e, conseqüentemente, poderá ser apagada do próprio setor.

O curto-circuito é provocado pela ausência ou incompetência de esforços na gestão dos processos, que são indispensáveis para atualizar a estratégia através de vantagens competitivas sustentáveis. A política, neste caso, é mudar para vencer a competição conjugando não só a tecnologia, mas outros componentes olhados por um prisma de competição e antecipação pela liderança da inovação e dos processos.

A mudança incremental, tanto para Tushman e Anderson quanto para Utterback, visa à melhoria de desempenho sem alterar o projeto dominante. As inovações que ocorrem são para aperfeiçoar o processo. Segundo Clark e Henderson, nesta fase, a inovação incremental não modifica o conceito do produto, entretanto capacita-o em aumento de qualidade e rentabilidade.

No caso da lâmpada incandescente, o esforço para o seu aperfeiçoamento surgiu quando as patentes obtidas por Edison começaram a expirar por volta de 1890. Melhorar a resistência da lâmpada, a qualidade da iluminação e a redução do custo eram os objetivos perseguidos pelos concorrentes. Entretanto, em um primeiro momento, as melhorias incrementais não representaram grandes mudanças. Somente quando a *General Electric Company*, que iria suceder a *Edison Electric Light Company*, conseguiu desenvolver um trabalho pioneiro que levou ao uso de tungstênio dúctil, em 1910, é que notou-se um avanço significativo na eficiência e na vida útil da lâmpada incandescente.

Do filamento de carbono ao filamento de tungstênio, nascia uma nova etapa. Com a entrada da nova tecnologia, considerada como um avanço máximo do produto até então, percebeu-se que para chegar ao objetivo pretendido só seria possível graças a uma engenharia de produção de excelência com aprimoramento dos processos de produção e fabricação (curva de experiência/aprendizagem) e o aumento da demanda (economia de

escala e de produção), que permitiriam criação de lâmpadas melhores com preços menores.

A automatização do processo e a inovação incremental foram responsáveis pela evolução (mantendo-se o mesmo projeto dominante criado por Edison) da lâmpada e abriram as portas para o aperfeiçoamento contínuo do produto. Com isto, os inovadores focalizaram os esforços em fazer inovações arquitetônicas e de nichos (*value networks*), segundo Utterback (1996): “os inovadores concentraram sua atenção na criação de lâmpadas especializadas para a fotografia, aviação, veículos motorizados, holofotes, e assim por diante.”²³

Com a tecnologia já amadurecida – e o ciclo de vida do produto maturado – surge, em 1938, a lâmpada fluorescente, que em pouco tempo alcança 20% de *market share*²⁴. Com um novo diferencial de mais economia e a constante preocupação com a redução de energia, a iluminação fluorescente ganha força inicialmente como um produto para uso comercial e mais tarde para o uso residencial. Esta nova onda de tecnologia sucederia a iluminação incandescente, sem ainda retirá-la de mercado.

A iluminação, nesses últimos 150 anos, experimentou 3 grandes ondas de inovação: iluminação a gás, lâmpadas incandescentes e lâmpadas fluorescentes. Como destaca Utterback, uma quarta está prestes a surgir (pesquisas tecnológicas apontam uma inovação sustentada, na forma de uma nova lâmpada com economia em até 20.000 horas de operação contra a de 1.500 horas de filamento tradicional).

Todavia, o que se espera é uma nova onda (um novo projeto dominante), que traga uma ruptura tecnológica não da lâmpada em si, mas de uma nova forma geradora de energia (o lixo por exemplo) em larga escala capaz de atender ao mundo, e que pode ser considerado uma demanda latente. É preciso reinventar o negócio da energia; ou vamos ter que esperar um novo Edison surgir com uma mente iluminada para resolver o apagão da incompetência?

Uma questão histórica deve ser ressaltada quanto ao fato do próprio Edison ser resiliente às mudanças. De inovador audaz e corajoso a defensor cauteloso e conservador do *status quo*.

Em 1886, Thomas Edison tentou impedir que George Westinghouse obtivesse êxito no sistema de corrente alternada, capaz de tornar o seu sistema obsoleto. Usou a mídia, criou vários *fait divers* (execução macabra de cachorros e gatos usando a corrente de Westinghouse para mostrar o princípio de tecnologia do concorrente para o público. Além de tentar associar a imagem da tecnologia do concorrente à execução de pessoas por eletrocução – cadeira elétrica) para atacar a tecnologia do oponente.

Muitos poderão perguntar: esse é o “outro lado de *marketing*” do inovador progressista de *Menlo Park*? Pois é, uma mente iluminada também tem um lado obscuro. A cabeça de Edison também entrava em curto-circuito a ponto de chocar e tirar o brilho da sua própria genialidade.

Da luz ao apagão (?) a liderança de mercado

O *marketing* é a interação e a integração de todos os fatores operacionais da empresa e de todas as suas atividades funcionais, dirigidos para o consumidor, fornecendo-lhe produtos e serviços, que permitam gerar à empresa lucros contínuos e prover condições de sobrevivência e expansão para a empresa.

Dentro desse conceito, pode-se destacar que a filosofia de *marketing* (não aquela simplista do *marketing oriented* da década de 60, mas a visão mais contemporânea do *human oriented*) de prever e antecipar a demanda de mercado²⁵ é, em muito, diferente daquela dos primórdios da Revolução Industrial, que era a orientação para o processo produtivo.

Toda empresa que pretende atingir uma posição privilegiada no seu segmento de mercado deve estar baseada na premissa *bottom-up*²⁶, isto é, estar olhando para fora e não para dentro. Portanto, a visão de *marketing* implica em determinar a melhor estratégia a ser focalizada pela empresa. Uma organização orientada em *marketing*²⁷ pressupõe um olhar atento às oportunidades e ameaças ambientais, uma permanente reflexão dos seus pontos fortes (maximizando) e fracos (eliminando) para que consiga estar sempre competitiva e à frente no mercado.

Segundo Tavares (2001), a satisfação deve ser perseguida como um ideal nunca realizado. Já que se o desejo não é pleno e jamais será atingido em sua totalidade, o *marketing* deve oxigenar as decisões empresariais, porque a razão de ser de uma organização é o cliente e a sua constante insatisfação.

Theodore Levitt (1960), em artigo publicado na *Harvard Business Review*, enfocava que a missão principal do *marketing* devia ser a manutenção do mercado. A conquista em si, não era relevante. Levitt ressaltava que a miopia das empresas era porque focavam demais no produto e se esqueciam do mercado/marca. Quando a empresa se afasta do mercado e não reconhece a sua própria evolução/transformação, ela acaba morrendo. A liderança deve ser a busca contínua, ininterrupta do aperfeiçoamento, das melhorias, através de um olhar no mercado, focalizando as mutações da demanda e as mudanças dos desejos do consumidor/usuário.

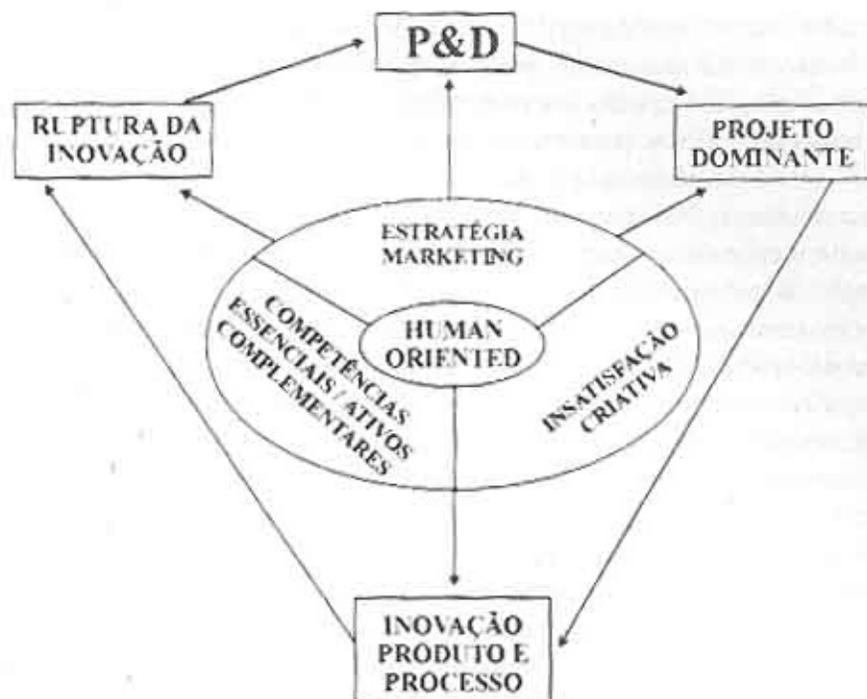
A história da criação do projeto dominante da lâmpada incandescente tem na abordagem de *marketing* a base (e o *insight*) da estratégia de Thomas Edison. Evidente que a análise estratégica envolve tanto o mercado quanto o não mercado e a própria tecnologia. Todavia, a *eureka* foi um olhar antecipativo do problema da iluminação a gás, quanto ao seu desempenho, e uma percepção que a demanda, mesmo receptiva àquela tecnologia, não estava plenamente atendida.

A genialidade de Thomas Edison não foi criar um produto inovador, mas um sistema inteligente em condições de tornar-se horizontalizado. Logicamente que o pensamento estratégico dos aspectos não mercado (política, legislação e patente por exemplo para que ele dominasse e explorasse a idéia), e a tecnologia (a busca de uma inovação com ruptura, através da criação do seu centro de Pesquisa & Desenvolvimento como base para a criação e aperfeiçoamento) foram determinantes. Contudo, o foco em *marketing*²⁸ fez com que Edison tivesse a luz para levá-la ao próprio mercado. A criatividade – como um processo heurístico – permitiu que ele fosse capaz de projetar um sistema de distribuição, com uma qualidade de produto superior, a um preço melhor e comunicá-lo de maneira inédita. Soube também administrar (modelo cinco forças de Porter) os

novos entrantes, combateu os produtos substitutos e alcançou os seus objetivos. Estratégia e *marketing* caminham juntos. E Edison provou isso com uma inovação diferenciada. Foi pioneiro, concebeu um projeto que até hoje é referência e alcançou, na época, a liderança de mercado.

Entretanto, como frisa o próprio Utterback: "A trajetória evolucionária adotada pela inovação do produto e do processo, as estruturas organizacional e de mercado, e o relacionamento com os concorrentes e outras empresas estão entrelaçadas e são interdependentes"²⁹. Assim sendo, são fundamentais para garantir a liderança de mercado; isto é, administrar toda a gestão da inovação (como um mecanismo de gerenciamento holístico), através de uma permanente liderança das mudanças; conquistar a preferência do mercado e ser a marca nº 1 na mente (lei da mente e da liderança)³⁰ para assegurar uma posição *top of mind*.

Nos exemplos de inovação que posicionam a relação projeto dominante x inovação do produto e processo, Utterback analisa o desenvolvimento das empresas que foram pioneiras em projeto dominante, entretanto sucumbiram ao desenvolvimento do próprio negócio. Inventaram, mas muitas não se sustentaram. Conquistaram, mas não se mantiveram. Alcançaram um projeto dominante, contudo, a longo prazo, não foram competentes para tornarem-se líderes de mercado e manterem a posição de nº 1. Exemplos não faltam: televisores, máquinas de escrever, computadores pessoais e uma gama de outras idéias pioneiras, que viraram grandes fracassos de *marketing* tempos depois, por causa da competição pela inovação de processo e produto. O que então sobrou foi só o projeto dominante (às vezes nem ele), todavia faltaram competências essenciais e patrimônios colaterais, estratégia contínua (mudanças incrementais de processo), visão de *marketing* (marca e antecipação à demanda), pesquisa de novas tecnologias (avaliação da curva de tecnologia, descontinuidade tecnológica e o lançamento de novos sintagmas tecno-inovadores) e uma insatisfação, que é o principal combustível. Ter um projeto dominante não é o suficiente. É necessário um pensamento holístico tendo o *marketing* e a estratégia como elementos importantes e o *human oriented* como eixo-básico. Podemos representá-lo através de um modelo:



Fonte: Modelo desenvolvido a partir de UTTERBACK, James M. Dominando a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1996.

Marketing é a busca da liderança e da satisfação do mercado / demanda. No entanto, segundo a reportagem "Vítimas da excelência", na Revista *Exame*, com o autor da obra *The innovation's dilemma: when new technologies cause great firms to fail*, O Dilema da Inovação, Clayton Christensen, professor da *Harvard Business School*, discute que diante de uma ruptura (lei da ruptura) é fundamental não ouvir os consumidores. Pois quando se escuta demasiadamente o mercado, a empresa só consegue fazer inovações sustentadas. Para o consultor, é difícil a empresa quebrar paradigmas, evoluir seguindo o mesmo padrão organizacional e tendo o público como a referência de decisão. Deve-se fazer como a IBM que para entrar no negócio dos computadores pessoais precisou criar um novo espaço de

trabalho (cultura menos rígida) para poder projetar-se à nova tecnologia.

A tese de Christensen é questionável quando ele diz: “não ouvir os consumidores”. Segundo Rocha (1989) e Davidow (1991), o pensamento de *marketing* é a base para a inovação tecnológica.

A visão reducionista e mercantilista do Professor de *Harvard* desconsidera o conceito da heurística (Duailibi, 1990), a análise da demanda inexistente e negativa (Kotler, 1991) e o *marketing* de previsão e criação de necessidades (Kotler, 1999). Quando Christensen fala em “não ouvir os consumidores”, ele limita o pensamento de *marketing* através de uma única abordagem: a de uma exclusiva visão de demanda latente, que é uma entre oito estados de demanda (Kotler, 1991).

É primordial ouvir o mercado, mas questionar a demanda (lei heurística de *Friedrich*). Ser ousado e criativo, antecipando-se a ela mesma. Reconhecer que o *marketing* pós-moderno³¹, através de um olhar sócio-antropológico, nos aponta uma direção que o *marketing* tradicional não revela. Pesquisa, criatividade, planejamento estratégico e *marketing* corroboram para quebrar paradigmas. Ser criativo em *marketing* é ouvir o consumidor, analisar as entrelinhas e caminhar com um *marketing* de criação de necessidades (demanda inexistente): “O nível mais agressivo de *marketing* ocorre quando uma empresa lança um produto ou serviço jamais solicitado e, muitas vezes, que ninguém poderia sequer imaginar.”³²

A tecnologia de ruptura, idealizada por Edison, prova tudo isso como foi relatado anteriormente: *marketing*, inovação, tecnologia e estratégia como um sistema integrado. A luminosidade de Edison também foi “ofuscada” (não sofreu um *black-out*) quando a competição foi se acirrando e surgiram as inovações tecnológicas (ex: Westinghouse)³³ e o aperfeiçoamento do processo por parte dos concorrentes.

Não adianta só ter o projeto dominante, é fundamental saber conduzir a sua evolução e até mesmo rupturá-la para ser o verdadeiro líder do mercado. Muitas empresas ao atingirem o estágio do projeto dominante não conseguem desenvolver a evolução adequada de inovações e processos para consolidarem suas posições no mercado e, por isso, acabam sendo ofuscadas e até apagadas da competição. Ao contrário de Edison, que

com a sua mente brilhante carregada de insatisfação, como descreve Davidow (1991), procurou dirigir a *General Electric* para a busca incessante das melhorias e os avanços³⁴ para manter-se em uma situação privilegiada no mercado, atingindo o estado de demanda plena, e ocupando a liderança do setor dividindo com a Philips essa posição.

O brilho estratégico de Edison iluminou tanto a *GE*³⁵, que fez torná-la uma empresa iluminada e diversificada com atuação em todo o mundo.

Segundo Aaker (1996), em *Criando e administrando marcas de sucesso*, a consciência estratégica de Thomas Edison foi decisiva para fazer da marca³⁶ *GE* uma identidade monolítica, tanto na funcionalidade quanto no simbolismo, sendo uma das mais rentáveis e com um *brand equity*³⁷, que corresponde a 15 vezes os ativos físicos e tangíveis da corporação, e ocupando a sexta posição no *ranking* das marcas mundiais mais valiosas, segundo dados do Instituto *Interbrand* do ano de 2000.

Em 1876, Thomas Edison fundou um laboratório de pesquisas comerciais que seria o precursor da General Electric (GE). Edison percebeu desde o início que seu laboratório iria gerar inúmeras invenções que influenciariam a sociedade e proporcionariam os fundamentos de uma grande corporação. O fluxo de inovações foi admirável e ininterrupto: uma das metas explícitas era criar uma pequena invenção a cada 12 dias e uma grande a cada seis meses. O homem que inventou a lâmpada elétrica, o cinema e o gramofone considerava esse laboratório sua maior invenção.

A marca e o logotipo *GE* familiares foram criados em 1896. Até mesmo em seus primórdios, a empresa foi posicionada como possuidora de um relacionamento pessoal com os clientes. Nos primeiros anúncios, a marca *GE* era profeticamente chamada de “as iniciais de um amigo” e a promessa e o slogan “viver melhor eletricamente” já tinham o seu lugar.³⁸

Segundo Davidow (1991), as empresas que procuram a satisfação dos clientes não sofrem de miopia de *marketing*: “Estão constantemente procurando por novos produtos e serviços e continuamente modificando os antigos. Elas estão se empenhando para criar produtos completos que atendam ao critério de adequação às necessidades.”³⁹

As empresas de tecnologia, em sua ânsia de representarem o “estado da arte”, raramente estão atentas totalmente à adequação às necessidades do cliente.

A incépcia em tentar atender às necessidades dos clientes apenas por meio da qualidade de desempenho é a mesma que Levitt identificou em *Marketing Myopia*. Embora a necessidade subsista, o produto utilizado para satisfazê-la modifica-se (é necessário saber evoluí-lo). O foco da inovação e da tecnologia deve ser pesquisar a antecipação da demanda, liderando a inovação sustentada, mas investindo em novas tecnologias de ruptura para manter-se no topo, tendo como foco o cliente e a dinâmica da sua mutação. Para que a estratégia corporativa tenha consistência é preciso uma abordagem *human oriented*, através do *marketing* sócio-antropológico (Tavares, 2001) com o objetivo de fazer da marca pioneira e exclusiva no mercado e na mente humana capaz de acompanhar, antecipar e interferir na estrutura de uma demanda real ou futura.

Edison pensou as necessidades do mercado e arregimentou um esforço que incluiu desde a inovação ao *modus operandi* para que a lâmpada pudesse funcionar. Percebeu que a obsolescência da iluminação a gás iria acontecer em breve (*disruptive marketing*), reuniu as competências necessárias para lançar-se ao mercado e elaborou um plano estratégico com vantagens competitivas⁴⁰, que não poderiam ser copiadas. Quando alcançou o projeto dominante e o executou, a concorrência ficou no escuro. E não parou por aí, Edison foi criativo a ponto de fazer da GE uma empresa “energizada” na excelência de um *marketing* criativo, com uma visão estratégica de longo prazo e na construção de uma marca confiável, forte e identificada com a sociedade e à mente das pessoas (*human oriented*).

O sucesso da GE (e a sua liderança de mercado) deve-se à cabeça iluminada de Thomas Edison, o genial homem de *marketing* que fez histó-

ria e consolidou uma marca (segundo a *Fortune*, está entre as cinco marcas corporativas mais valiosas do mundo), que é sinônimo de *marketing* de relacionamento e afetividade já há bem mais de um século.

Considerações finais

Como foi exposto, a visão de *marketing* foi decisiva para o sucesso da implantação da lâmpada como projeto dominante. Não querendo desconsiderar os aspectos tecnológicos e de inovação, que são fundamentais, o padrão criado por Edison foi obtido graças a uma capacidade heurística (*Eureka!*), a um olhar na demanda inexistente – e a possibilidade de intervenção de estratégia de antecipação e criação de necessidades –, além do sistema estratégico magistral para o seu funcionamento.

A busca da “lâmpada mágica” levou vários inventores, empresas, criadores a se enveredarem na criação da invenção (note-se que antes de se ter um padrão a cultura é menos rígida. A liberdade de ação é total. A criatividade faz a diferença), que ainda é a base do projeto para as lâmpadas atualmente. Entretanto, quando Edison conseguiu o projeto dominante (padrão), rupturando a tecnologia existente, o mercado entrou em colapso se apagando e, em seguida, várias empresas acabaram por correr atrás das inovações incrementais e do aperfeiçoamento do processo.

Nesta fase, a competição é acirrada. Para ganhar a guerra é preciso ser rápido no ataque; ter uma estratégia robusta, gerenciar as competências, ser eficaz operacionalmente, melhorar desempenhos, observar a cadeia de valor, estar atento ao macro e microambientes, analisar o modelo das forças existentes no setor e *marketing*, muito *marketing* (com pesquisas de mercado, campanha de lançamento das inovações incrementais, atacar nichos e a construção de uma marca *top of mind* com um posicionamento exclusivo, de preferência como a marca nº 1 da mudança, para garantir a lembrança na mente do mercado e conquistar *market share*). As empresas que já estavam no mercado levam vantagem. Os novos entrantes diminuem sensivelmente. A competição agora é pelo aperfeiçoamento com melhorias no produto, preço, distribuição, processos de fabricação e a

constante preocupação em liderar uma posição no mercado e na mente, utilizando-se de uma estratégia com vantagem competitiva sustentável e exclusiva. Neste momento, observa-se uma cultura mais rígida no setor, já que o padrão é o mesmo para todos.

A liderança de mercado é consequência dos esforços definidos pela empresa através de uma inovação sustentada. O projeto dominante é a conquista, mas não garante a manutenção da liderança. É importante inovar sempre⁴¹, gerenciar o portfólio de produtos – matriz BCG – alocando recursos para novos meninos prodígios (novas tecnologias) capazes de rupturar a própria tecnologia existente; um ponto de interrogação de hoje pode ser a vaca leiteira de amanhã.

Portanto, a visão holística de Edison, considerando os aspectos tecnologia, inovação, estratégia e *marketing* na fabricação da lâmpada não como um invento puro, mas como um sistema quântico, foi decisiva para dar o brilho de sua idéia ao mercado.

As idéias de Utterback e Christensen (mesmo com as críticas anteriores) estão alinhadas com uma visão do *novo marketing* (pós-moderno), que está em ir além das percepções, isto é, investigar as fantasias da demanda para descobrir até o que não está representado, explicitamente desejado ou verbalizado, que não são identificadas em pesquisa quantitativa por mais estruturada que esta possa ser. Para tanto, o estudo qualitativo é o instrumento para se detectar novas abordagens com intuito de quebrar os paradigmas existentes. Estar na posição contra o mercado é um caminho a favor, se a reflexão da análise considerar como princípio axiomático a lei de *Friedrich* para se ter um *insight* (inovação) de ruptura. É o que se pode chamar de *human oriented* (e todas as suas contradições) em substituição ao modelo reducionista do *market oriented*.

O “insatisfeito” Edison foi uma exceção; porque realizou o projeto dominante e soube manter-se no mercado com uma marca forte (*trust mark*), valiosa e estrategicamente diversificada. As inovações incrementais e o aperfeiçoamento dos processos aconteceram (e acontecem) e foram basilares para que o crescimento e a liderança ocorressem intensamente. O *marketing* antecipativo aliado a uma estratégia focada na evolução/

satisfação do homem em sociedade foram relevantes para que a *General Electric*² conseguisse dar continuidade aos princípios de Edison.

Conforme a ótica de Aaker (1996), os quatro princípios que orientaram a GE ao longo dos anos contribuíram para o sucesso da empresa. Em primeiro lugar, foi utilizada uma única marca corporativa em praticamente todos os produtos. A marca corporativa foi portanto o impulsionador do vínculo dos clientes com a marca. Em segundo lugar, uma única idéia – viver melhor a partir da eletricidade / tecnologia – proporcionou a identidade essencial e a base para o relacionamento com os clientes durante um longo período de tempo. Em terceiro, o foco foi sempre concentrado nos benefícios para os clientes, e não nos produtos. São os clientes que estão vivendo melhor e desfrutando das boas coisas da vida. E, em quarto lugar, permitiu-se que a identidade da GE evoluísse enquanto se mantinha fiel à tradição. O posicionamento e a execução, especialmente do símbolo e do *slogan* da empresa, desempenharam papéis fundamentais no processo evolucionário.

O lado visionário de Thomas Edison cristaliza os conceitos estabelecidos neste ensaio. O seu pensamento fantasioso foi capaz de iluminar uma trilha que ainda é seguida por muitos homens de *marketing*, estratégia, inovação e tecnologia. Com exceção aos da política ... aí estes, talvez, nem Freud explicasse.

Notas

1. JURANVILLE, A. 1987. pp. 74-80.
2. UTTERBACK, J. 1996. p. 63.
3. DUAHLIBI, R. 1990. p. 6.
4. A palavra *eureka* é oriunda do grego *heuriskein*: descobrir ou investigar. Ela designa idéia / criatividade.
5. UTTERBACK, J. 1996. p. 62.
6. Termo descrito por Clayton Christensen no livro *The innovation's dilemma: when new technologies cause great firms to fail* (O Dilema da Inovação).
7. DUAHLIBI, R. 1990. pp. 8-11.
8. Idem, p. 8.
9. Idem, pp. 8-9.
10. Idem, p. 9.
11. Idem, p. 10.

12. UTTERBACK, J. 1996. p. 63-64.
13. *Idem*, pp. 65-66.
14. In: PORTER, M. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*.
15. In: PRAHALAD, C.K. *Revista HSM Management*
16. Al Ries e Kotler são autores de *marketing* referenciados pelo ensaísta. Jerome McCarthy é o "pai" do sistema de 4 pés (*marketing-mix*), que é a base do modelo tático do composto mercadológico.
17. UTTERBACK, J. 1996. p. 65.
18. KOTLER, P. 1999. pp. 35-39.
19. KOTLER, P. 1991. p. 41.
20. UTTERBACK, J. 1996. p. 68.
21. A análise está baseada no artigo "Equilíbrio de Oportunidades" da revista *HSM management*
22. UTTERBACK, J. 1996. p. 71.
23. *Idem*, p. 77.
24. Participação de mercado
25. In: NALLO, Egeria Di. *Meeting Points*.
26. In: RIES, A. & TROUT, J. *Marketing de Guerra II: a ação*.
27. In: KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento, implantação e controle*.
28. In: RIES, A. *Foco: uma questão de vida ou morte para sua empresa*.
29. UTTERBACK, J. 1996. p. 53.
30. In: RIES, A. *As 22 consagradas leis de marketing*.
31. In: TAVARES, F. *O marketing pós-moderno nas sociedades midiáticas e temporais*.
32. KOTLER, P. 1999. p. 38.
33. UTTERBACK, J. 1996. p. 80.
34. DAVIDOW, W. 1991. p. 198.
35. A GE no mercado: os resultados da GE no ano de 2000:
 - 16% de aumento de faturamento, alcançando \$ 129.9 bilhões;
 - crescimento de 19% do lucro líquido, atingindo \$ 12.7 bilhões;
 - lucros por ação: alta de 19%;
 - aumento de 31% do caixa, gerado pelas operações, totalizando \$ 15.4 bilhões.
- A GE é a maior empresa mundial de serviços diversificados e é fornecedora de produtos industriais e de consumo de alta qualidade e de alta tecnologia.
36. Marca: identidade monolítica, simbolismo e funcionalidade ver PINHO, J.B. *O poder das marcas*.
37. *Brand equity*. Equidade da marca ou valor patrimonial da marca.
38. AAKER, D. 1996. p. 228.
39. DAVIDOW, W.H. 1991. p. 198.
40. In: PORTER, M. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*.
41. UTTERBACK descreve que a incapacidade de mudar a estrutura e as práticas organizacionais logo em seguida à evolução tecnológica do setor é uma das principais causas de fracassos.
42. Destaque GE:

As lâmpadas *Triple Diac GE* substituem as lâmpadas convencionais (incandescentes), duram em média 10 vezes mais e têm economia de energia de até 75%. Contando com o Selo Procel Inmetro de desempenho, possuem fusível de segurança e estão disponíveis em vários modelos, potências e

temperaturas de cor. Ideais para aplicação em instalações residenciais, prediais ou de grande porte, em diversas áreas como: salas, quartos, recepções, restaurantes, vitrines etc.

Referências bibliográficas

- AAKER, David. *Criando e administrando marcas de sucesso*. São Paulo: Futura, 1996.
- BARNETT, H.G. *Innovation: the basis of cultural change*. New York: McGraw-Hill, 1973.
- CHRISTENSEN, Clayton M. *O dilema da inovação*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- DAVIDOW, William H. *Marketing de alta tecnologia: uma visão de dentro*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- DUALIBI, Roberto & SIMONSEN, Harry. *Criatividade & marketing*. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.
- DURANT, Will. *A filosofia de Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os pensadores), 1978.
- JURANVILLE, A. *Lacan e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- KOTLER, Philip. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. *Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados*. São Paulo: Futura, 1999.
- LEVITT, Theodore. *A imaginação de marketing*. São Paulo: Atlas, 1985.
- _____. *Marketing myopia*. *Harvard Business Review*, July - August, 1960.
- MCCARTHY, E. Jerome & PERREAULT, William. *Basic Marketing*. Illinois: Irwin, 1987.
- McKENNA, Regis. *Marketing de relacionamento. Estratégias bem-sucedidas para a era do cliente*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- MINTZBERG, Henry. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- NALLO, Egeria Di. *Meeting points*. São Paulo: Marcos Cobra, 1999.

- PINHO, J. B. *O poder das marcas*. São Paulo: Summus, 1996.
- PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- _____. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- RIES, Al. *Foco: uma questão de vida ou morte para sua empresa*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- RIES, Al & TROUT, Jack. *Marketing de Guerra II: a ação*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- _____. *As 22 consagradas leis de marketing*. São Paulo: Makron Books, 1993.
- ROCHA, Angela da (org). Colabor. DALBEN, Adriano *et al. Marketing e tecnologia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989.
- TAVARES, Fred. *Marketing pós-moderno nas sociedades midiáticas e temporais*. In: VÁRIOS. *Revista Comum*. Rio de Janeiro: OHAEC, vol. 5, n. 16, 2001. pp. 81 a 118.
- UTTERBACK, James M. *Dominando a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed. , 1996.
- Revista *Exame*. Vítimas da excelência. 2 de junho de 1999.
- Revista *HSM Management*. Equilíbrio de oportunidades. Ano 4 nº 20. Maio-Junho - 2000.
- _____. Tecnologia não basta. Ano 1 nº 3 Julho-Agosto 1997.
- GENERAL ELECTRIC. Apresenta dados da companhia americana e a sua atuação no mercado. Disponível em < <http://www.ge.com> >. Acesso em: 01 jun. 2001.

Resumo

Este ensaio busca retratar a genialidade de Thomas Edison na criação do sistema de funcionamento da lâmpada incandescente. Através de reflexões envolvendo inovação, tecnologia, estratégia e *marketing* procura-se demonstrar o processo heurístico para o *insight* do “mago de Menlo Park”, desde a criação do projeto dominante perpassando pela inovação incremental e o aperfeiçoamento do processo, até a análise da liderança de mercado, considerando a atualidade e os conceitos da gestão da inovação.

Palavras-chave

Thomas Edison, lâmpada incandescente, inovação, tecnologia, *marketing*, estratégia.

Abstract

This essay try to show the geniality of Thomas Edison when creating the work sistem of the lamp. Through reflections involving innovation, technology, estrategy and marketing, it tries to demonstrate the heuristic process to the insight of the “Menlo Park’s Wizard”, since the creation of the dominant project, passing by development innovation and process improvement, until market leadership, considering the present time and the concepts of the innovation’s management.

Key-words

Thomas Edison, incandescent lamp, innovation, technology, marketing and strategy.

ERROS E ACERTOS DA MÍDIA QUE MANDA NO BRASIL

Roberto M. Moura

Durante três dias do último outubro, por um dos salões do 2º andar do Hotel Glória passaram jornalistas, artistas, analistas e estudantes – gente que vê, faz e estuda a tevê, em suas múltiplas possibilidades e implicações. Era o I Encontro Internacional de Televisão, compreensivelmente muito menos internacionalizado do que se pretendia em função da tragédia de 11 de setembro em Nova York. Seu mentor e realizador foi o jornalista e diretor de tevê Nelson Hoineff, autor de pelo menos dois livros importantes sobre o futuro da telinha. As linhas que seguem são uma espécie de síntese comentada do que ali se deu.

Caberia ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, abrir os trabalhos. Mas Weffort, além de não ir, mandou como representante o ex-presidente da Associação de Comunicação Roquette-Pinto (leia TV-E), Mauro Garcia, que está longe de ser um intelectual. Mauro ateu-se à sua área, questões objetivas sobre a produção audiovisual. Sorte de ambos não terem sido alvejados por perguntas mais profundas sobre suas pífias gestões (Weffort no MinC, Mauro na Rede Brasil). Do que disse o representante do ministro, ficou um axioma: há os que fazem televisão e os que pensam televisão. Será? Duvido que Hoineff possa concordar com ele.

Logo depois do Mauro, o presidente do SESC, Orlando Santos Diniz, co-patrocinador do evento, lembrou que estudar o meio televisivo é inevitável, na medida em que ele “atinge mais de 87% dos lares brasileiros”. Com uma agravante: quem mais vê tevê é a criança – submetida à sua influência quatro horas por dia, em média. Na tevê a cabo, a audiência não ultrapassa os três milhões de assinantes, pouco mais de 2% da população nacional – “sendo que a imensa maioria liga a tevê a cabo para ver programas da tevê aberta.”

Para não se dizer que não tivesse feito o dever de casa ou fosse um estranho no ninho, o presidente do SESC arriscou três citações: lembrou Walter Clark (“a tevê serviu ao regime; depois que o regime acabou, ela assumiu o papel de ser poder”), Joel Rufino dos Santos (“a tevê tem o monopólio do discurso, o discurso do poder”) e Eugenio Bucci (“a tevê tem códigos mas não alfabetiza”).

No debate que se seguiu, a mesa (que incluía também Nelson Hoineff e a Secretária de Cultura/RJ, Helena Severo, que não conseguiu ir além dos chavões) pareceu concordar em um ponto: a produção independente tem pouca relação com as grandes redes. De qualquer forma, Mauro Garcia ressaltou o fato de que a TV Cultura e Arte, veiculada a cabo, opera exclusivamente com produtores independentes.

Logo depois, no mesmo dia, começou a mesa cujo tema era “Cultura, televisão e movimentos regulatórios”. O primeiro a falar foi o vice-presidente da Rede Record, Roberto Franco, que perguntou: a dicotomia analógico x digital pode ser decifrada como evolução ou revolução? Franco citou um estudo da RCA Victor, nos primórdios do novo eletro-doméstico, em meados do século passado: “esse invento parece não ter futuro porque a família americana não vai querer ficar sentada diante de uma caixa.”

Franco desdobrou a dicotomia inicial: conectividade x distância; velocidade x tempo; intangibilidade x massa. Inferiu que a competição já não é circunscrita, tevê com tevê, etc: “o jogo das parcerias mudou completamente, a tal ponto que se pode perguntar quem é o cliente? Quem é o fornecedor?”

É a tecnologia, segundo ele, que alavanca o processo. Tecnologia que cria aplicativos, que cria aplicações, que geram negócios, que obriga a se estabelecer mecanismos regulatórios. Regular implica em desviar o foco da tecnologia para o consumidor. Uma nova tecnologia, ao surgir, passa por cima de todas as regulamentações – é quando o seu alcance mexe com as estruturas sociais que nasce a necessidade de regular.

Não se pode, afirma o vice da Record, é desprezar “essa gigantesca ferramenta de inclusão, uma vez que 76% dos assinantes de tevê a cabo

vêm tevê aberta”. Contestando o representante do ministro Weffort, Mauro Garcia, Franco salientou que a tevê pública é o lugar da inovação: “é utópico exigir de quem trabalha com audiência e mercado que se dedique aos experimentalismos.”

Ao final, Roberto Franco disse que “por não estar pronto, o Brasil perdeu a primeira Revolução Industrial, por não estar pronto, perdeu a segunda Revolução Industrial. E agora? Que modelo seguir? A alternativa é criar um modelo próprio.”

Bom que terminasse assim, pois na seqüência a vez era do chefe de gabinete do Ministério das Comunicações, Marcus Pestana, que foi rápido e rasteiro. Preconizou que, em dez anos, todo mundo terá tevê digital no Brasil. E que a responsabilidade social do veículo é imensa: “não se pode deixar o jogo livre onde se afirma a nossa identidade cultural.”

Bola com Leonardo Dourado, presidente da Associação dos Produtores Independentes, que pareceu nervoso e caótico, apesar da vivência dos tempos do Fantástico. O estilo “o Brasil não tem jeito” do seu discurso soou apenas despreparado. Acentuou que os produtores independentes correm 90% de todos os riscos (ora, é assim com quem lança um CD, mais ainda com quem escreve um livro sem ter um editor), não se entusiasmou com a MP 2219 (que cria a Ancine, Condecine, Producine e o Conselho Superior de Cinema) e acabou sua fala lamurienta como o menino a quem negaram um pirulito.

Estava mesmo na hora de um *showman* – e Flávio Cavalcanti Jr., diretor regional do SBT no Distrito Federal, não fez por menos. Ocupou a tribuna com gestos e retórica que traziam de volta a imagem do seu velho pai nos tempos de *Um instante, maestro*. E soube dosar com humor o seu recado altamente patronal. No início, disse que há 188 projetos em Brasília que visam mudar as leis que regem a tevê no Brasil, confessando sem constrangimento o seu papel de lobista:

- A tevê no Brasil é uma história de fracassos. Excelsior, Continental, Manchete, Tupi e a própria Record são emissoras que quebraram. Não se pode contar essa história vendo só os sucessos. Quando a vaca vai pro brejo, a responsabilidade é da concessionária. Não há tradição de produ-

ção independente na tevê brasileira. Nos EUA, quando a tevê começou, já encontrou Hollywood como um grande fornecedor. Aqui, não. O empresário se habituou a ter que produzir. No caso da nossa empresa, não tenho dúvida: Sílvio Santos prefere fazer um programa a comprar pronto.

Logo em seguida, Flávio lançou o que considera a fórmula infalível da boa televisão: audiência + faturamento + prestígio. Comparando com a tevê americana, sugeriu que “lá há mais baixaria que aqui” (sim, mas sem hegemonia de nenhuma rede e com centenas de opções a dez dólares por mês). “A regulamentação – aposta – não garante o problema do controle de qualidade. Nossa tevê tem que resolver um dilema shakespeariano: ela se pretende espelho ou farol da sociedade?”

Vice-presidente da ABERT e representante da Rede Globo, Evandro Guimarães, abriu sua locução dizendo-se um entusiasta do “melhor programa da tevê brasileira, o intervalo comercial”. Depois de homenagear Walter Avancini e Guimarães Rosa, concordou com Flávio ao mencionar o absurdo de alguns projetos tramitando em Brasília: “vejam vocês, há um que propõe tirar do ar a propaganda da Embratel porque o slogan ‘faz um 21’ pode ser aproveitado eleitoralmente nas próximas eleições.”

Nos sonhos de Evandro há uma tevê mais local (coisa que dá urticária em seus patrões). Ele entende que a globalização impôs um movimento exógeno ao desenvolvimento da televisão e, no Brasil, hoje, dependemos até do que vai acontecer com a ALCA. “Produção é a soma – diz – de capital, tecnologia e conteúdo”. Se a legislação optar por uma programação regional compulsória, só restará, sendo otimista, um pé desse tripé: o conteúdo. Repetidoras e afiliadas, país afora, estão na era da tevê a vapor. E vapor barato.

O fato de não limitar as importações confere ao Brasil uma tendência livre, atenuada pelos instrumentos de fomento à produção nacional. É pouco, reconhece o dirigente da ABERT. “A Índia produz 850 filmes por ano, entre outras coisas porque reserva grande parte do seu mercado interno para a exibição desses filmes” – exemplifica.

Evandro livra discretamente a barra da Globo: “reparem que, no horário nobre, só temos produções nacionais, novelas, telejornais, programas de

humor”. A música brasileira está fora desse pacote – mas ele é o primeiro a se referir a ela no encontro. Ponto para a consciência crítica do executivo.

Há um consenso no ar que Evandro sintetiza bem: a indústria audiovisual é a maior fonte de empregos que se descortina nesse limiar de século. “Os políticos estão mais sensíveis a isso”, acrescenta. “Em compensação, o movimento para a desnacionalização do produto brasileiro é muito maior do que se imagina. Sei do que estou falando” – afirma com a segurança de quem conhece os atalhos do poder.

Ao concluir, o representante global faz uma distinção entre programação e empacotamento, ao mesmo tempo em que observa as opções da mídia publicitária: “pelo menos 50% destina-se exclusivamente a promover marcas – não ocupa a telinha para vender nenhum produto específico.”

É fato. A propaganda institucional banca as grandes transmissões, os eventos internacionais transmitidos ao vivo. O varejo vai na programação regional, de veiculação muito mais barata e resposta imediata. O chamado anunciante majoritário, cujos produtos estão disponíveis do Oiapoque ao Chui (Itaú, Bradesco, Brahma, Nike e etc), na verdade não pode abrir mão dessa participação massiva. É preciso estar atento e forte, disse alguém.

Eugenio Bucci, mais que um jornalista, é um *scholar*. Usa modos recitados para proclamar seu orgulho de ser professor de jornalismo e enaltece a qualidade dos cursos de Comunicação Social no país, isso já nos debates da mesa “Telejornalismo e formação de opinião”. Alguém, antes dele, em outra mesa, talvez o Flávio com seu incorrigível e simpático direitismo patronal, tinha detonado com a formação acadêmica obrigatória dos jornalistas (ato falho, passei por cima disso; Eugenio, não).

Admitindo *a priori* o poder de formação da opinião pública que a tevê tem, o crítico/professor observa o modelo estrutural da Rede Globo, “apoiada no ducto telejornal x novela”. Durante os anos da ditadura, acentua, “quando o jornalismo era sensivelmente chapa branca, coube à novela tratar como ficção alguns aspectos mais interessantes da realidade brasileira. De alguma forma a gente está vendo isso agora, em *O clone*.”

O fim da ditadura, *et pour cause*, acabou representando “um desafio para o telejornalismo brasileiro, inclusive na Globo”. De alguma forma, esse telejornalismo acabou sendo alçado a um grau maior de responsabilidade, de isenção informativa – que parece ameaçada pelos acontecimentos trágicos do 11 de setembro:

- Quem viu as provas contra Bin Laden? – Eugenio pergunta, claro, bem antes do líder talibã ter assumido a responsabilidade pelas mortes das torres gêmeas.

Há uma precariedade de informações com relação a esse novo momento mundial, “causada por razões até institucionais”. Mas Eugenio refuta a idéia de que o problema seja exclusivo do jornalismo: “estudamos pouco, sim. A questão é muito mais ampla. Não se restringe ao jornalismo. Médicos, engenheiros, advogados – está todo mundo lendo muito pouco.”

Editor-chefe do Jornal da Record, Boris Casoy pega uma carona na discussão. Assume ter medo de ser entrevistado por alguns repórteres de revistas de variedades, tipo *Caras*. “Às vezes, publicam o contrário daquilo que eu disse.”

Eugenio não perdoa: “imaginem vocês o médico com medo de se operar no próprio hospital em que trabalha.”

Mas, nem Boris nem Eugenio vão ao que me parece o nó da questão. O jornalismo é uma profissão de jovens. Uma profissão em que os patrões exploram clinicamente o idealismo da juventude que sonha mudar a face do mundo (“eu sou você amanhã”, poderíamos argumentar, nós, os com mais de vinte anos de praia). Redações como as de *O Globo* e *Jornal do Brasil* têm raríssimas pessoas com mais de quarenta anos – e nenhuma delas na reportagem. Por quê? Ora, por causa dos salários e da equação disposição/disponibilidade. O recém-formado está sempre pronto a despejar-se para a Baixada Fluminense onde foi descoberto um montinho de pó que pode ser antraz, cocaína ou mármore moído. Fã-lo a preço vil, de manhã, de tarde, de noite ou de madrugada.

Em suma: acaba-se para o jornalismo numa idade, por volta dos quarenta, em que se está efetivamente chegando à maturidade nas outras

profissões. Responda rápido: você confiaria o próprio olho, se precisasse de uma cirurgia delicada, a um oftalmologista de 24 anos, diploma cheirando a tinta? Essa é a questão – e não é uma pequena questão.

Palmas à Globo que, depois de décadas de mauricinhos e patricinhas no vídeo, vem tendo a coragem de exibir em horário nobre as anatomias nem tão privilegiadas assim de profissionais competentes como Zilcide Silva, Domingos Meirelles, Luiz Fernando Silva Pinto e outros, como a correspondente de guerra Cristiana Mesquita, de tanta inexperiência na telinha que sequer arrisca-se numa passagem – mas é capaz de reportagens estupefacentes, praticamente de dentro do *front*. Mas, esses são profissionais com carreira consolidada e longe do padrão estético que recomendou, *circa* 1987, a substituição de Leda Nagle por Cláudia Cruz no jornal *Hoje*.

A esta altura, um estudante quer saber de Amaury Soares, então diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo, o que aconteceu “nas internas” no famoso episódio da cobertura, pela TV Bahia, do processo de cassação do mandato de Antonio Carlos Magalhães, dono daquela afiliada da Rede Globo. Tive a curiosidade, na época, de tentar acessar a *site* da tevê baiana. Esteve por semanas fora do ar com a informação de que “estamos refazendo nossa *homepage* e breve estaremos de novo disponíveis na Internet”. Conversa pra boi dormir, à sombra do Mar Grande, em Itaparica. Amaury não pipocou:

- Aquela história da TV Bahia obrigou a Globo a refazer o contrato com todas as afiliadas. Agora, somos gestores do jornalismo de todas elas. Antes, não era assim. Não podíamos, da cabeça de rede, pautar a cobertura das afiliadas. Isso acabou.

Gol da TV Globo. Mas, logo contrabalançado por um gol contra da tevê como um todo. Amaury, Boris e Eugenio concordam em que a história do telejornalismo no Brasil está recheada de erros éticos e, em muitos casos, merece a opinião pública. Caberia um ombudsman na tevê?

- Claro – apressa-se Eugenio em responder – a tevê tem que ter um “erramos” como os maiores jornais têm.

A que horas, em que espaço da grade? Basta um desmentido num

horário de muito menor audiência para dissipar os malefícios de uma informação (ou uma campanha) equivocada como ocorreu, em horário nobre, com a Escola Base, de São Paulo? Pelo jeito, o telejornalismo ainda precisa amadurecer bastante para equacionar equilibradamente a força do veículo e os inalienáveis direitos de quem é atingido por ele em sua honra ou nos lucros do seu negócio.

Gabriel Priolli, diretor da TV PUC-SP e crítico de TV, é o primeiro a se manifestar na mesa que discute *Audiência, grade e responsabilidade*. E começa pelo óbvio: “a tevê é um aparelho social que

- reproduz a ordem vigente, política e social;
- recalca e libera tensões, instintos e pulsações, operando como um relê;
- crotiza ou reprime a sexualidade;
- incorpora ou sublima a violência;
- alterna qualidade e baixaria.”

A seguir, Priolli radiografa a situação atual da tevê brasileira: o que há é “apelo ao sexo e à violência, desrespeito à lei, ao homem e à família”. Há solução à vista? Ele diz que “a responsabilidade da tevê está atrás da grade e só a pressão da sociedade pode libertá-la.”

Nem tanto – voltemos às questões fundamentais das relações do Estado com a cultura e as telecomunicações. A tevê é assim porque o Estado é permissivo, omissivo e covarde. Como Pilatos no Credo, as autoridades lavam cinicamente as mãos e deixam que os telespectadores se defendam sozinhos, sejam ele o metropolitano alfabetizado de classe média ou o operário sub-empregado a preço vil no *binterland*.

Na seqüência, a vez de Regina de Assis, presidente da MultiRio e ex-secretária de Educação do Rio de Janeiro (primeiro governo César Maia). Primeira observação: “a criança assiste, desassistida, a cerca de cinco horas de tevê por dia”. Cá entre nós: essa frase, só ela, vale um congresso inteiro. Dá para discutir, cobrar, fazer catarse e fazer política.

No fim, os aplausos para mais uma intervenção preciosa e diretamente ligada ao *real* da televisão:

“Sacha não usa as roupas que a mãe anuncia para os filhos dos outros. O que demonstra claramente o quanto o conhecimento e o comportamento podem ser perversos.”

Ombudsman. Ouvidoria na tevê. Gabriel Priolli defende essa interatividade responsável como providência capaz de devolver a televisão a níveis razoáveis de saúde:

“Para que se tenha idéia da gravidade da situação, observe-se que os vinte programas prediletos das crianças são adultos. Em décimo lugar, está o Casseta e Planeta. O programa infantil melhor colocado vem em 21º lugar, conforme certifica uma pesquisa realizada em São Paulo. A realidade é simples: isso acontece porque a tevê é o maior poder do país. O Estado teme a tevê e só por isso evita regulamentá-la.”

O dramaturgo e roteirista Lauro César Muniz, autor de novelas como *Escalada*, *O casarão*, e *O salvador da pátria* e minisséries como *Chiquinha Gonzaga*, abriu a mesa *Ficção e espetáculo*. A necessidade de uma cota de tela para as produções nacionais foi a preocupação central de sua exposição, tendo como anteparo a atuação da Associação Nacional de Roteiristas, nova entidade corporativa disposta a lutar contra os empresários de comunicação e as instituições federais no sentido de garantir ao roteirista patricio o direito de ocupar um espaço na tevê do seu próprio país.

- Estivemos – diz ele – com o ministro Pimenta da Veiga e ele parece sensível à idéia de uma reserva de mercado qualquer na telinha brasileira.

Os temores da classe referem-se em especial à possibilidade de ser aberto o capital das emissoras de teledifusão:

- Na reuniões internas, o empresariado está todo a favor da abertura. Só quem ficou contra foi a Globocabo, que representa 1,5 milhão de assinantes. – conclui.

Diretor artístico da TV Record, Del Rangel advogou uma utopia: “o que eu prego é uma tevê inteligente, capaz de levar o belo às classes C, D e E. Mas sem perder de vista a realidade de que anunciantes tipo Casas Bahia só anunciam em dramaturgia.”

De alguma maneira, tanto Del Rangel quanto Lauro César Muniz mostraram-se prioritariamente preocupados com o futuro da tevê brasileira,

no caso de ser aberto o capital das emissoras. Na verdade, se o Brasil fosse um país onde as leis fossem cumpridas com rigor, o zelo seria desnecessário. Com capital de qualquer latitude ou longitude, a legislação brasileira é o bastante para nos garantir uma tevê menos indigente, dos pontos de vista ético e qualitativo. Não fosse aquele medo a que o Priulli se referiu acima.

Professora e historiadora argentina, Silvia Oroz participou do Encontro como representante da Televisa, a maior rede do México – da qual o SBT é o grande exportador brasileiro. Segunda pessoa a falar em música no Encontro, Silvia usou como argumento para defender os dramalhões astecas as composições do grande Agustín Lara, que segundo ela seriam vítimas de preconceito similar:

- Ele é tão rejeitado pelas elites quanto as telenovelas.

Não creio. Sempre ouvi de bons músicos da bossa nova as mais gentis referências ao piano e à música do autor de *Farolito*, *Maria Bonita* e *Noche de ronda* (em 86, já que não ganhamos a Copa, um dos meus troféus pessoais foi sair do México com um álbum triplo de Agustín Lara ao piano).

- A rejeição do gênero popular – enfatizou Silvia – é um pecado original das elites. Os melodramas são fundamentais. Reparem que as tragédias gregas também são melodramáticas e se movem na bipolaridade tragédia x amor. A telenovela constitui e nutre o imaginário popular. Como não é novidade, ela oscila entre a narrativa e a retórica, que é a reiteração, aquilo a que nós, argentinos, costumamos nos referir como *dimelo otra vez*.

A esta altura, a questão do capital estrangeiro tinha se tornado tão obsessiva para a mesa que o moderador, radialista Sidney Resende, não resistiu a um pitaco:

- Não é uma contradição que a tevê brasileira defenda a abertura de capitais em todos os setores menos nela?

Del Rangel respondeu pela tangente: que a Record mantém um compromisso com a família brasileira. Que ninguém verá em sua tela uma cena constrangedora. Nada que um pai não possa assistir ao lado da filha adolescente.

A mesa seguinte teria tudo para ser, como foi, a mais polêmica. Reunia os apresentadores Carlos Massa, o Ratinho, (ex-Record, atual SBT), Cazé Peçanha (ex-MTV, atual Globo) e Soninha, ex-MTV, ex-Cultura, demitida por causa de uma entrevista à revista *Época*, em que assumia fumar maconha), escalada à última hora em lugar de Max Fivelinha (MTV). Tema: *Roupa suja se lava na tevê*.

De início, Soninha tentou separar o popular do popularesco. Usou Jô Soares como exemplo: "Jô teria audiência num horário mais cedo. Do mesmo modo, lá na Cultura, há um programa – *Viola, minha viola* – popular e com uma grande audiência."

No outro extremo, para a apresentadora, estariam Sergio Mallandro e Simony:

– A pior coisa que eu conheço na tevê é o programa do Sergio Mallandro. Nas poucas vezes em que o vi, nunca tinha nada que pudesse ser considerado num nível sequer razoável. Todos os outros programas populares têm alguma coisa que escapa. O dele, não. Quanto à Simony, costume dizer que ela é o exemplo da liberdade que eu tenho na TV Cultura: jamais serei obrigada a entrevistar a Simony ou convidá-la para o meu programa.

Se a idéia da produção do evento, convidando Ratinho, era sacudir um pouco a platéia, pode-se dizer que o objetivo foi alcançado. Se era produzir qualquer reflexão, foi um logro. Ratinho começou pelo óbvio mais superficial e simplista da análise televisiva:

– Cada um assiste o que quer (*quem dera, meu caro; de que país estamos falando?*). Eu não sei porque estou aqui. Não sou nada, falo tudo errado. Eu tô aqui porque sou amigo do Nelson (*Hoineff*). A tevê é só um espelho da sociedade. Faz 500 anos que a elite desembarcou com Cabral e continua mandando aqui. Pra mim, aquele navio devia ter afundado. Se querem melhorar a qualidade da tevê, por que o governo não põe o Telecurso no ar às oito horas da noite? Eu era feirante. Me laçaram e me botaram lá. Não fui preparado, não fui formado para fazer televisão. Para melhorar a tevê, só melhorando o nível educacional. Quando isso acontecer, eu fico

desempregado, volto a vender churrasquinho na feira, só que com um pouco mais de experiência.

O salário, dizem, é de 300 mil reais mensais. Para entrar e sair do Hotel Glória, segurança, carro e motorista na porta. Se o país mudar tanto que não der mais chance a um Ratinho na tevê, o mais provável é que isso demore o bastante para que ele possa construir um patrimônio milhares de vezes superior a uma barraca na feira. Mas, quem sabe da vida dele é o Cazé. David contra Golias.

Cazé é a metade do Ratinho mas, como se diz hoje em dia, tem atitude. Começou batendo de frente:

- Ser espelho é como ser Pilatos. É lavar as mãos. Nossa obrigação é tentar mais, ir além.

Soninha gostou da deixa e acrescentou:

- Criança gosta de bala. Vamos dar bala à criança o tempo todo?

A tendência do ser humano é evoluir? Bem, ninguém nasce gostando de Chivas Regal – e se a gente continuasse a mesma coisa o produto mais vendido nos supermercados do mundo era leite materno. Pano rápido. Voltemos à Soninha:

- A tevê ensina até a quem não quer. Se você vê um jogo de futebol e os caras baixam o sarrafo sem levar sequer um cartão amarelo, isso forma uma idéia. O sujeito acaba achando que a impunidade é o certo. Do mesmo modo, as pessoas aprendem com os mitos da tevê que não saber uma coisa não tem nada demais. Em alguns circuitos, fica até charmoso o sujeito mandar que “pô, não manjo nada desse lance aí”. Um exemplo: o ministro José Serra, da Saúde, encara as câmaras e diz que “até hoje não sei o que é o exame Papanicolau”.

É só o preventivo que as mulheres fazem contra o câncer, ministro – mas a situação continua tensa. Sidney Resende argumenta: “Ratinho tem responsabilidades, sociais inclusive, queira ou não queira”. Soninha aproveita e desanca também a mídia televisiva: “é medíocre, divulga IBOPE, quem comeu quem” (vejam vocês: no dia em que rememoro este debate, Joaquim Ferreira dos Santos deplora, na página 2 do Caderno B, do JB,

este tipo de jornalismo; no mesmo dia, na página 4 do mesmo caderno, era uma festa – mídia mais medíocre é impossível).

A esta altura, Ratinho perde a linha:

- Tem gente que lê um livro do Che Guevara e acha que é intelectual. Mas a verdade é que 70% do pessoal que vê o meu programa riem. Só 30% choram (e eu, pasmo na platéia, pergunto-me onde ele descobriu que ler Che pode fazer alguém intelectual?)

Uma luz no fim do túnel – Soninha toca numa questão inadiável:

- Se a Globo descentralizasse a produção, seria um ganho enorme. Vira e mexe, ela faz uma novela nordestina, só que com atores de sotaque carioca e paulista. Se tivesse coragem para ousar mais, isso representaria muito em termos de emprego, de cultura regional.

Surpresa: sabe aquele exemplo do leite materno versus Chivas? Não é que Ratinho pede a palavra e cai nele, por outras vias? Em evidente contradição com tudo o que havia dito antes, ele proclama: “o sujeito começa lendo ‘Notícias Populares’ até chegar à ‘Carta Capital’”.

Finalmente, o debate se torna essencialmente musical. Soninha não se constrange de afirmar que “o território brasileiro é o espaço de barganha da MTV com as gravadoras, que numa época não queriam investir em cliques (*a cultura original das gravadoras é de que a mídia devia ser uma coisa de graça – isso mudou*). Na verdade, o interesse era investir no clipe do grupo tal e a emissora queria fazer o clipe de outro grupo. Aí, a MTV assumiu o axé, o pagode e ficou refém dessa imagem.”

E, numa conclusão que só surpreende os desavisados, Soninha fecha a sua delicada mas incisiva participação no encontro:

- Dizer que a MTV foi alternativa e hoje é sistema não é verdade. Ela nunca foi só alternativa. Cazé, por exemplo, era subversivo, mas outras coisas não.

A mesa seguinte era como a MTV segundo Soninha: uma grande contradição. Reunia Renato Janine Ribeiro, professor de Ética e Filosofia Política da USP e um dos nomes mais respeitadas da *intelligentsia* nacional. Um *scholar*. Do outro lado do ringue, Antonio Abujamra, apaixonado, arrebatado, ator mas intelectualmente dezenas de furos acima de seus pares,

um fingidor que finge completamente (longe, portanto, da imagem preconceituosa que tinha com a categoria um dos maiores amigos de Nelson Hoineff, o irreverente Paulo Francis: “o ator se cair, não levanta mais; fica de quatro”). Tema: *A tevê é coisa séria?*

Renato buscou ser eficiente e foi austero – como um mestre rigoroso. Disse do papel do Estado (“a tevê é um bem público; as ondas são propriedade nossa”) e puxou o papo para a questão da responsabilidade social (“se o Estado controlar vai dar errado; é preciso pensar na liberdade de expressão *versus* a responsabilidade social; e tem mais: note que o comício *Diretas-Já* começou como atração de uma festa de aniversário da cidade de São Paulo”).

Mais ou menos: o primeiro comício foi em Belém, Pará, coincidindo com o Círio de Nazaré, a maior festa religiosa e folclórica da cidade. Reza a lenda que foi lá que Tancredo sussurrou para Ulisses Guimarães: “um povo que faz uma festa assim jamais poderá ser comunista.”

Voltemos ao professor: a verdade é que, com mais ou menos empatia, Renato foi fundo. Disse ele: “como fazer da relação doméstica com a tevê uma presença associativa capaz de fazer a sociedade participar?”

Logo depois, o tema era outra vez a necessidade de um ombudsman na tevê: “a BBC tem um programa de reclamações. Um programa, vejam vocês, que questiona até falhas na previsão da meteorologia.”

Renato admite avanços no papel da mulher, segundo a ótica das novelas. Os personagens são mais iguais hoje do que eram há duas décadas. Em compensação, “no jornalismo, o discurso dos Direitos Humanos dificilmente vai além dos já persuadidos; na narrativa, obtém-se uma repercussão muito maior. Mesmo assim, sabe-se que o telespectador ainda encara com pouca aceitação o lesbianismo, que na televisão é um comportamento de alto risco.

No *Você Decide*, diz o professor, “é fascinante ver a irritação do apresentador diante das escolhas do público”. A tevê, repete, faz questão de exercer “um poder tirânico e despota, como é visível no programa do Ratinho”:

- Isso também é resultado – prossegue – do fato de a sociedade brasileira ter com a política uma relação muito diferente, por exemplo, da relação francesa. Ou, para ficar no nosso continente, das relações argentina e chilena, sociedades muito mais politizadas que a nossa. É simples checar isso. Se a gente perguntar ao cidadão comum como se dá a cadeia histórica de Rosas a Perón, daí a de la Rúa, ele é capaz de explicar. Mas se a gente quiser saber, por exemplo, o que liga Caxias ao Regente Feijó e daí para cá, poucas pessoas serão capazes de unir essas biografias. Não há um *continuum* político. Aqui, a ditadura tolerou ou liberou a revolução de costumes, drogas, etc. Em troca, camuflou ou obscureceu os dados da nossa história. O sopro de renovação que existe hoje no nosso panorama político vem da ecologia. O grande desafio brasileiro é como aprimorar a energia difusa que resiste à organização dos partidos e privilegia as relações pessoais.

Quase perfeito. Eu só acrescentaria: “e as ambições individuais”. Farinha pouca, meu pirão primeiro. Essa parece ser a máxima filosófica e pragmática determinada pelos padrões das nossas tevê e publicidade. Ou, como diria Raul Seixas: eu sou eu e Nicuri é o diabo.

O encontro está chegando perto do fim. Com a palavra, Antonio Abujamra, amargo, cético e muitas vezes mais arrogante do que seria recomendável a qualquer tentativa de aproximação. Ele começa repetindo o Ratinho: também só está ali por causa do Nelson Hoineff, que o indicou para ser júri no Festival de Montecarlo, coisa assim. Em seguida, Abu pede que as luzes se apaguem para que a platéia assista a um monólogo filmado. O rosto do ator aparece em *big close up*, sangrando a tela, num discurso belíssimo mas de acachapante pessimismo. Diante do texto, os *Versos íntimos*, de Augusto dos Anjos, são quase um conto de fadas. Algumas das falas do Abu:

- A imagem escraviza. O homem de tevê não pode ter uma sala só. É preciso ter medo dessas pessoas só de tevê.

- A tevê é virgem. Ainda precisa ser descoberta. O artista precisa idolatrar a dúvida.

- Ser diretor é como ser pai, é dominar a arte de ser desnecessário.

- *TV é fashion*. Não pode ser só tecnologia. Tenho medo disso. John Woo e o dragão. Não pode ser só isso. Não é possível que seja só isso.

Terminada a lamúria, a vez da participação da platéia. Diante de uma pergunta, Renato resvala na questão do controle de programação (e eu assino em baixo): "tevé é empresa; muito do que se defende no Brasil como liberdade de imprensa é meramente liberdade de empresa."

Falou e disse.

Resumo

O texto sintetiza o que aconteceu no I Encontro Internacional de Televisão, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 2001, no Hotel Glória. O autor acompanhou todos os debates e traça um breve painel do que foi discutido sobre o papel que a televisão representa hoje no mundo e, em especial, na sociedade brasileira.

Palavras-chave

Televisão, criança, audiência, tecnologia.

Abstract

The text summarizes the events at the 1st International Television Meeting held in Rio de Janeiro, in October 2001, at the Hotel Gloria. The author attended every debate and now gives a brief outline of what was discussed with respect to television's role today in the world and, particularly, in Brazilian society.

Key-words

Television, child, audience, technology.

Nota aos colaboradores

A Revista *Comum* aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em disquete, digitado em programa Word para Windows, acompanhado de duas cópias impressas.
2. Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 25 laudas (cada lauda com cerca de 30 linhas e 70 toques por linha).
3. Notas de rodapé, referências bibliográficas e citações que obedeçam as normas da ABNT.
4. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
5. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
6. Listar palavras-chave, *key-words* ou *mots-clés*.
7. Incluir nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.

No caso de publicação do trabalho, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas pertinentes.

8. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido publicado ou apresentado em forma de palestra ou comunicação.
9. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
10. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado na Revista *Comum*.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.